

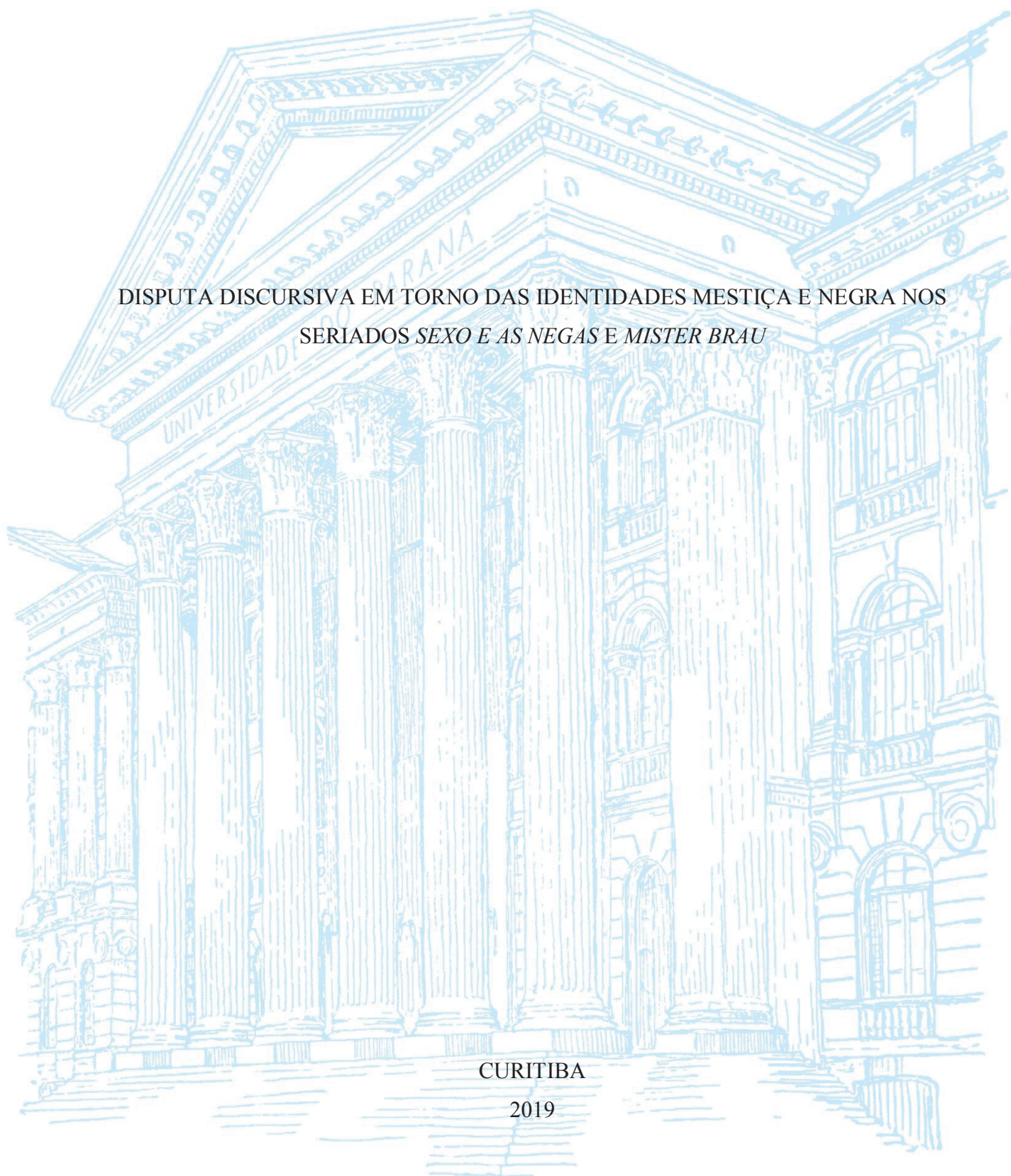
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VIRITIANA APARECIDA DE ALMEIDA

DISPUTA DISCURSIVA EM TORNO DAS IDENTIDADES MESTIÇA E NEGRA NOS
SERIADOS *SEXO E AS NEGAS* E *MISTER BRAU*

CURITIBA

2019



VIRITIANA APARECIDA DE ALMEIDA

DISPUTA DISCURSIVA EM TORNO DAS IDENTIDADES MESTIÇA E NEGRA
NOS SERIADOS *SEXO E AS NEGAS* E *MISTER BRAU*

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação de
Ciência Política, Setor de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Doutora em
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza..

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Almeida, Virítiana Aparecida de

Disputa discursiva em torno das identidades mestiça e negra nos
seriados *Sexo e as Negas* e *Mister Brau*. / Virítiana Aparecida de
Almeida. – Curitiba, 2019.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza

1. *Sexo e as Negas* (Programa de televisão). 2. *Mister Brau*
(Programa de televisão). 3. Negros – Identidade racial. 4. Mestiçagem.
5. Televisão - Seriado. I. Título.

CDD – 305.896



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **VIRITIANA APARECIDA DE ALMEIDA** intitulada: **DISPUTA DISCURSIVA EM TORNO DAS IDENTIDADES MESTIÇA E NEGRA NOS SERIADOS 'SEXO E AS NEGAS' E 'MISTER BRAU'**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Fevereiro de 2019.

NELSON ROSÁRIO DE SOUZA

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

RAFAEL CARDOSO SAMPAIO

Avaliador Interno (UFPR)

HILTON COSTA

Avaliador Externo (UEM)

ALEXANDRO DANTAS TRINDADE

Avaliador Externo (UFPR)

RESUMO

O objeto deste trabalho foi elaborado a partir das séries de TV *Sexo e as Negas* e *Mister Brau*, ambos da Rede Globo. A primeira retratou a intimidade de quatro mulheres negras da periferia com a intenção de destacar o protagonismo delas quanto à sexualidade. Na segunda, ao contrário, o tema foi a ascensão social de um casal de negros pela música, bem como as tensões que isso provocou. Embora sejam séries de entretenimento, abordam a polêmica tradição de sub-representação de afrodescendentes na televisão. Procuramos sair do paradigma da dominação ideológica, que opera na chave da reprodução do poder de classe pela mídia e da sub-representação estereotipada dos afrodescendentes, optando por captar as disputas discursivas por identidades que perpassam a mídia. Para isso, mobilizamos o referencial de “miyaculturas”, cuja ideia norteadora é de que a mídia televisiva é responsiva aos debates que ocorrem nas esferas públicas, pois, para conquistar audiência precisa não só reproduzir fórmulas de sucesso, mas também antecipar tendências, ou seja, precisa correr riscos. Essa estratégia favorece a representação midiática das tensões entre linhas discursivas hegemônicas e contra-hegemônicas. Nesse sentido, faz-se necessário investigar os conflitos discursivos identitários e as nuances presentes no gênero televisivo em tela, especialmente no que tange à temática racial. O objetivo desse trabalho é investigar se os seriados mencionados anteriormente, por estarem inseridos num contexto de debate sobre a questão racial, reproduziram ou ressignificaram linhas discursivas hegemônicas e contra-hegemônicas presentes em nossa polêmica herança sociocultural. A questão que orienta a pesquisa é a seguinte: quais linhas discursivas podem ser apreendidas nos conteúdos dos seriados, comparados entre si, quando se observa a herança discursiva sobre raça que eles mobilizaram? As narrativas apresentadas em ambos dizem algo sobre o atual estágio das disputas por identidades no que tange a esse tema? Parte-se da hipótese de que os conteúdos desses programas televisivos expressam conflitos em torno da linha discursiva da identidade negra, mas também um processo ambíguo de apropriação, ressignificação e atualização que de uma forma ou de outra favorece a reprodução do discurso hegemônico da democracia racial, mas também contempla o discurso contra-hegemônico que entende a democracia racial como um mito. A fim de analisar tal premissa e responder a questão, além do referencial de “miyaculturas”, nos apropriamos da metodologia qualitativa de análise de conteúdo (AC) e da quantitativa a partir da segmentação e classificação de elementos das cenas, o que possibilitou a obtenção de frequências e cruzamentos com a ajuda do software estatístico SPSS.

Palavras-chave: disputas discursivas; mestiçagem; identidade racial; série de TV.

ABSTRACT

The object of this work was elaborated from the TV series *Sexo e as Negas* and *Mister Brau*, both of Rede Globo. The first one portrayed the intimacy of four black women from the periphery with the intention of highlighting their protagonism regarding sexuality. In the second, on the contrary, the theme was the social rise of a couple of blacks for music, as well as the tensions that this provoked. Although they are entertainment series, they address the controversial tradition of underrepresentation of Afro-descendants on television. We seek to move away from the paradigm of ideological domination, which operates in the key to the reproduction of class power by the media and the stereotyped under-representation of Afrodescendants, choosing to capture the discursive disputes over identities that permeate the media. To this end, we mobilize the "mediacultures" referential, whose guiding idea is that the television media is responsive to the debates that take place in the public spheres, since, in order to win audience, it is necessary not only to reproduce successful formulas but also to anticipate trends, , you need to take risks. This strategy favors the media representation of the tensions between hegemonic and counter-hegemonic discursive lines. In this sense, it is necessary to investigate the discursive conflicts of identity and the nuances present in the television genre on canvas, especially with regard to racial themes. The objective of this work is to investigate whether the serials mentioned above, because they are inserted in a context of debate on the racial question, reproduced or re-signified hegemonic and counter-hegemonic discursive lines present in our controversial socio-cultural heritage. The question that guides the research is: what discursive lines can be apprehended in the contents of the series, compared to each other, when one observes the discursive heritage about race that they mobilized? Do the narratives presented in both say something about the current stage of identity disputes in this regard? It is hypothesized that the contents of these television programs express conflicts around the discursive line of black identity, but also an ambiguous process of appropriation, resignification and updating that in one way or another favors the reproduction of the hegemonic discourse of racial democracy , but also contemplates the counter-hegemonic discourse that understands racial democracy as a myth. In order to analyze this premise and answer the question, in addition to the reference of "mediacultures", we took the qualitative methodology of content analysis (AC) and the quantitative one from the segmentation and classification of elements of the scenes, which made it possible to obtain of frequencies and crosses with the help of SPSS statistical software.

Keywords: discursive disputes; miscegenation; racial identity; TV series.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linhas discursivas veiculadas na Marcha Zumbi dos Palmares	20
Quadro 2 – Linhas discursivas veiculadas no Seminário Multiculturalismo e Racismo	31
Quadro 3 – Linhas discursivas veiculadas na Conferência de Durban.....	34
Quadro 4 – Linhas discursivas proferidas pelos manifestos contrários e favoráveis às AA para Negros	39
Quadro 5 – Linhas discursivas proferidas na AP e acórdão da ADPF 186	49
Quadro 6 – Categorias criadas para analisar os seriados SN e MB.....	78
<i>Quadro 7</i> – Dados qualitativos retirados de SN	161
Quadro 8 – Dados qualitativos retirados de MB	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Protagonista (sexo e cor)	83
Tabela 2 – Protagonista x Interlocutor – SN (sexo e cor)	85
Tabela 3 – Protagonista x Interlocutor – MB (sexo e cor)	85
Tabela 4 – Tema principal x Frequência x Porcentagem – SN	86
Tabela 5 – Tema principal x Frequência x Porcentagem – MB	87
Tabela 6 – Tema principal x Protagonista (sexo e cor) – SN	88
Tabela 7 – Tema principal x Protagonista (sexo e cor) – MB	90
Tabela 8 – Frequência de Vieses – SN	92
Tabela 9 – Frequência de vieses – MB	92
Tabela 10 – Tema principal x viés – SN	93
Tabela 11 – Tema principal x viés – MB	95
Tabela 12 – Viés x Protagonista (sexo e cor) – SN	97
Tabela 13 – Viés x Protagonista (sexo e cor) – MB	98
Tabela 14 – Viés x Conflito – SN	99
Tabela 15 – Viés x Conflito – MB	99
Tabela 16 – Viés-conflito-tema – SN	100
Tabela 17 – Viés-conflito-tema – MB	101
Tabela 18 – Predomínio no conflito (sexo e cor) – SN e MB	103

LISTA DE SIGLAS

AA	Ações Afirmativas
AC	Análise de Conteúdo
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de descumprimento de preceito fundamental
AP	Audiência Pública
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
CPS	Contrapúblico subalterno
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democratas
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinar de Ação Afirmativa
GTEDEO	Grupo de Trabalho, para eliminação da Discriminação do Emprego e na Ocupação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IRA	Índice de Rendimento Acadêmico
MB	<i>Mister Brau</i>
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MNS	Movimento Negro Socialista
MNU	Movimento Negro Unificado
MPMB	Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro
ONG	Organização não governamental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização Nacional das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SBT	Emissora Sistema Brasileiro de Comunicação
SN	<i>Sexo e as Negas</i>
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 LINHAS DISCURSIVAS SOBRE IDENTIDADE MESTIÇA E PRETA DEBATIDAS NAS ESFERAS PÚBLICAS BRASILEIRAS (1995-2012).....	9
2.1 LINHAS DISCURSIVAS ENFATIZADAS NA MARCHA ZUMBI DOS PALMARES (1995).....	17
2.2 LINHAS DISCURSIVAS PROFERIDAS NO SEMINÁRIO “MULTICULTURALISMO E RACISMO: O PAPEL DA AA NOS ESTADOS DEMOCRÁTICOS CONTEMPORÂNEOS” (1996).....	21
2.3 LINHAS DISCURSIVAS PROFERIDAS NA CONFERÊNCIA DE DURBAN (2001).....	32
2.4 LINHAS DISCURSIVAS PRESENTES NOS MANIFESTOS CONTRÁRIOS E FAVORÁVEIS ÀS COTAS RACIAIS (2006-2008)	35
2.5 QUADRO DISCURSIVO VEICULADO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (2010-2012)	40
3. MIDIA CULTURAS: UM NOVO OLHAR TEÓRICO SOBRE A QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA.....	51
4. REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA MÍDIA BRASILEIRA	67
5. METODOLOGIAS	76
6. ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DA HERANÇA RACIAL BRASILEIRA	82
6.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS SERIADOS SN E MB	83
6.2 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA QUESTÃO RACIAL	104
6.3 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA DESIGUALDADE SOCIAL	117
6.4 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA TRABALHO	125
6.5 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA CULTURA	130
6.6 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA IDENTIDADE.....	136
6.7 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA AFETIVIDADE	139
CONCLUSÃO.....	145
REFERÊNCIAS.....	148
ANEXOS.....	156

1 INTRODUÇÃO

No dia 17 de setembro de 2014, estreou na Rede Globo de Televisão o seriado *Sexo e as Negas* (SN), inspirado no seriado norte-americano *Sex and the city*. Aparentemente, aquele programa trazia a ideia de realizar uma espécie de paródia deste seriado ambientado em Nova York que tematizava com bom humor a vida afetiva e os problemas associados ao exercício da sexualidade autônoma de quatro mulheres brancas de classe média. SN, segundo seu produtor, Miguel Falabella, visava retratar a vida afetiva de quatro mulheres negras. Mas, antes mesmo da estreia do seriado, “diversas críticas começaram a circular em sites da internet vindas de intelectuais, militantes de movimentos negros e ativistas feministas” (COSTA; OLIVEIRA; ZOGHBI, 2015, p.4), gerando controvérsia sobre a representação dos afrodescendentes, uma vez que o próprio título da série “trazia um campo lexical associado ao estereótipo da mulher negra e sua sexualidade, e posteriormente ao conteúdo e as histórias dos personagens”, (COSTA; OLIVEIRA; ZOGHBI, 2015, p. 4). Em face disso, Miguel Falabella participou de entrevistas a fim de “rebatê-las acusações de que o programa reproduzia o estereótipo da “mulata” sensual a serviço dos prazeres do homem branco e que, portanto, teria conteúdo racista” (ALMEIDA; DRUMMOND; SOUZA, 2017, p. 10).

Segundo Luis Augusto Campos (2014), o seriado norte-americano denunciava a ideia de que a mulher branca de classe média é frígida e monogâmica. Para o autor, ao que parece, o erro de Miguel Falabella está em dissociar a temática de gênero da questão racial e de classe. Nessa separação, ao invés de valorizar a autonomia sexual das mulheres negras, tal como o programa norte-americano fez com relação às mulheres brancas, ele parece reproduzir preconceito racial. Desse modo, as atrizes, por representarem personagens negras e pobres, carregam consigo as linhas argumentativas da mulher negra hipersexualizada e disponível aos desejos dos homens brancos.

Em termos de polêmicas, já em outras ocasiões, Miguel Falabella sofrera críticas em decorrência de outros programas produzidos por ele, como o caso do *sitcom* “Sai de Baixo”, em que ridicularizava classes populares. Após as críticas com relação ao seriado SN, o produtor apenas afirmou em redes sociais que não tinha mais interesse em escrever uma segunda temporada para o programa.

A primeira temporada de SN foi veiculada às terças-feiras, após as 23 horas, entre 16 de setembro e 16 de dezembro de 2014. Foram exibidos 13 episódios de 35

minutos cada, numa única temporada, com média geral de audiência de 13,5 pontos - índice considerado bom para o horário¹ e que indica que foi visto por grande quantidade de telespectadores.

Em seu enredo, SN representa o dia a dia da vida de quatro amigas negras moradoras da Cidade Alta de Cordovil, subúrbio do Rio de Janeiro. As cenas se desenvolvem a partir da narração de Miguel Falabella e Jesuína (interpretada por Claudia Jimenez), proprietária de uma emissora de rádio local e também de um bar onde as quatro amigas se encontram. A partir da narrativa, percebe-se que as amigas Zulma (Karin Hils), Lia (Lilian Valeska), Matilde (também chamada Tilde e representada por Corina Sabbas) e Soraia (Maria Bia) levam a vida de cabeça erguida na busca pela sobrevivência. São mulheres trabalhadoras que, apesar das dificuldades enfrentadas no dia a dia, nas horas de lazer adoram aproveitar os prazeres da vida, como, por exemplo, frequentar bailes na comunidade. Além das quatro protagonistas, também há outros personagens, dentre os quais uma gaúcha chamada Gaudéria (Alessandra Maestrini), que surge em várias cenas e é dona do salão de beleza onde as quatro amigas negras arrumam suas madeixas.

No aspecto profissional das personagens, Zulma é camareira da personagem branca Leonor Canhoto (Bia Nunnes), que trabalha no ramo do teatro e da TV. Matilde vive de trabalhos esporádicos, atuando como garçoneiro. Soraia, por sua vez, é cozinheira de uma família no bairro do Leblon, ao passo que Lia está desempregada e é ex-mulher de um traficante temido na comunidade – qual seja, o personagem branco Alair, com quem tem uma filha chamada Jéssica.

As quatro atrizes protagonistas negras não eram muito conhecidas pelos telespectadores. Karin Pereira de Souza é uma atriz, cantora e compositora brasileira que venceu o programa *Popstars* (SBT) em 2002 e passou a integrar a banda denominada Grupo Rouge, permanecendo nela até 2006. Ela também atuou como atriz nas peças teatrais *Hairspray*, *Emoções Baratas*, *Xanadu* e *Mudança de hábito*. Na televisão, trabalhou nos seriados *Pé na Cova* e *Sexo e as Negas*. Em 2016, trabalhou na telenovela *Carinha de Anjo* (SBT). Por sua vez, a atriz Lilian Valeska participou na novela *Malhação — Seu Lugar no Mundo*, bem como atuou na peça *Amargo fruto — A vida de Billie Holiday*. A atriz Maria Bia também trabalhou no ramo do teatro, tendo atuado em algumas peças, dentre as quais *A comédia das maldades*. Por fim, Corina

¹ Cada ponto equivale a uma média de 79 mil domicílios no estado de São Paulo.

Sabbas, atriz e cantora, atuou em vários musicais, entre eles *Hairspray*, *Aladdin*, *New York*, *Aida* e *Fame*. Também apresentou a turnê com o show *Divazz*, ao lado de Graça Cunha e Nanny Soul, ambas cantoras do programa *Altas Horas*, da Rede Globo de televisão.

Mister Brau (MB), o outro seriado objeto do presente trabalho, foi lançado em 22 de setembro de 2015 também na Rede Globo de Televisão e escrito e dirigido pelo escritor e cineasta Jorge Furtado, conhecido pela direção dos filmes: *O homem que copiava*, *Lisbela e o Prisioneiro* e *Meu tio matou um cara*. Na televisão, ele também foi roteirista das séries: *A invenção do Brasil*, *Os normais* e *Ó pai, Ó*.

MB tematiza a mobilidade social de dois personagens, representados pelos atores Taís Araújo e Lázaro Ramos, que ascenderam socialmente devido ao trabalho com a música. Mister Brau (Lázaro Ramos) se tornou um cantor de sucesso e sua mulher, Michele, representada por Tais Araújo, é sua empresária. Nesse seriado, “estão presentes, ainda que de forma sutil, as tensões de classe, gênero e raciais” (ALMEIDA; DRUMMOND; SOUZA, 2017, p. 3).

Devido ao grande sucesso, MB chegou à quarta temporada no ano de 2018. Nos anos anteriores, a média de audiência deste seriado foi de 26 pontos em 2015; manteve a mesma média de 26 pontos em 2016 e em 2017 apresentou leve declínio para 23 pontos², o que, apesar disso, indica elevado número de telespectadores, do mesmo modo de SN. A grande repercussão do seriado, inclusive, levou ao lançamento da película *Mister Brau – O Filme*, para ser apresentada no programa televisivo de filmes *Sessão da Tarde*, da mesma emissora³.

As três primeiras temporadas de MB foram gravadas no Rio de Janeiro, tendo a quarta temporada sido gravada em Luanda, capital de Angola. MB narra a história de um cantor popular com uma mulher controladora e que o faz seguir à risca o ditado "por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher". Os personagens Brau e Michele vivem brigando, mas se amam e se complementam, de maneira que ela é a musa que o inspira a escrever as letras das músicas e ele é, sem dúvida, o ídolo dela. Mister Brau é amigo de longa data de Lima (Luis Miranda), seu parceiro e assessor desde o início da carreira. Michele, por sua vez, se apoia em Gomes (Kiko Mascarenhas), seu assessor, mordomo e conselheiro pessoal. O personagem Henrique

² Cada ponto equivalendo a aproximadamente 45 mil residências no estado do Rio Janeiro.

³ <<https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2018/04/mister-brau-vira-filme-especial-para-tv.html>>, acesso em 29 de junho de 2018.

(George Sauma), é advogado e vizinho de Mister Brau e está sempre atento à capacidade deste de arranjar encrencas. Henrique é casado com Andréia (Fernanda de Freitas), mulher preconceituosa que faz de tudo para se livrar dos vizinhos que a deixam incomodada. O elenco é composto, também, por Catarina (Cláudia Missura), doméstica intrometida que trabalha na casa de Henrique e Andréia. Além dela, há o personagem Tenente Marques (Marcelo Flores), namorado de Catarina que trabalha como guarda e segurança do condomínio de luxo. A partir da terceira temporada, a família “Brau” adota os filhos Egidio (Leonardo Lima), Lia (Brunna Oliveira) e Carlito (Sérgio Rufino).

Ao contrário das atrizes principais de SN, Taís Araujo e Lázaro Ramos são atores conhecidos da televisão brasileira, tendo ela atuado nas novelas “Xica da Silva” (1996), da Rede Manchete, “Da Cor do Pecado” (2004), “Cobras & Lagartos” (2006), “Viver a Vida” (2009) e “Cheias de Charme” (2012), estas veiculadas pela Rede Globo. Desde 2015 a atriz interpreta a protagonista Michele, de MB. Ademais, atua em peças de teatro, dentre elas a peça “O Topo da Montanha”, que estreou em São Paulo em 2015. Em 2017, a atriz foi eleita uma das 100 personalidades negras mais influentes do mundo.

A seu turno, Lázaro Ramos, além de apresentador, é cineasta, ator e escritor. Ele atuou como âncora do programa Fantástico de 1998 a 2002. Atuou na novela “Cobras e Lagartos” e nas peças “Bando de Olodum” e “Mamãe Não Pode Saber”. Trabalhou, ainda, na minissérie da Rede Globo denominado “Pastores da Noite” (2002). Em 2002, foi protagonista no cinema com o papel de “Madame Satã”, em 2005 participou do filme “A Máquina” e, em 2007, de “Ó paí ó”. Em 2006, apresentou o programa “Espelho”, no canal Brasil. Por fim, em 2009 foi considerado pela Revista Época um dos cem brasileiros mais influentes.

No presente trabalho propomos a exegese da temporada inaugural de ambas as séries. Para tanto, será mobilizado o referencial das midiaculturas, que parte da premissa de que a mídia não reproduz apenas estereótipos e preconceitos referentes às classes populares com o objetivo de aliená-las. Antes, é um aparelho interativo que também espelha as relações de força atuantes na sociedade. A mídia anseia representar a média dos interesses sociais, mas também agradar ao público médio. O que a torna, ao menos em parte, responsiva aos constrangimentos advindos do social (PORTO, 2012).

Desse modo, as séries oferecem uma oportunidade para observação das disputas discursivas, especialmente em torno da questão racial, sobretudo por terem sido escritas num contexto de democratização das políticas de ações afirmativas (AA) nas universidades públicas brasileiras. Contexto esse precedido por lutas que culminaram na realização de diversos eventos nas diversas esferas públicas, tais como a Marcha Zumbi dos Palmares realizada em 1995 e o Seminário Multiculturalismo e Racismo de 1996, ambos ocorridos na cidade de Brasília, bem como na Conferência de Durban, realizada na África do Sul em 2001.

Foram importantes, também, os manifestos contrários e favoráveis às AA raciais assinados por intelectuais, artistas e líderes de movimentos sociais, veiculados nos anos de 2006 e 2008 e apresentados ao Congresso Nacional. Nesse contexto, em 2010, foi realizada, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma Audiência Pública (AP) sobre as AA, momento que pode ser considerado a síntese do debate acerca da temática da questão racial brasileira.

Dentro dessa perspectiva, o objetivo desse trabalho é investigar a responsividade dos seriados SN e MB à luz da questão racial; ou seja, se tais produtos culturais – produtos midiáticos – ao menos em parte refletem as tensões sociais sobre raça vigente na sociedade brasileira. As questões que orientam esse trabalho são: como as linhas discursivas sobre a questão racial aparecem nos seriados? Existem diferenças nas linhas discursivas adotadas por cada um deles? Em caso afirmativo, quais? Essas linhas discursivas mobilizadas nesse espectro atualizaram a visão hegemônica das lutas por poder no que se refere à identidade negra?

Por atualização, tem-se como norte a ideia de que a mídia representa o poder de disputa vigente na sociedade, ou melhor, ela não reproduz apenas a visão dos grupos poderosos – como afirma a teoria midiática dos “efeitos” –, antes é responsiva, ou seja, em algum grau, reflete as mobilizações do corpo social na esfera pública. Noutras palavras, “é pertinente olhar o dispositivo midiático menos como uma instituição acabada operando dentro de um sistema com funções pré-determinadas e mais como construção interativa num intenso jogo com a sociedade e seus agentes” (ALMEIDA; DRUMMOND; SOUZA, 2017, p. 7).

Havendo disputa discursiva, a mídia acaba por apropriar, ressignificar e atualizar os discursos. Nos casos sob análise, as linhas discursivas sobre questão racial são apresentadas sob uma diversidade de pontos de vista, pois os meios de comunicação buscam atingir o maior número de audiência.

É relevante também indicar que se entende por poder (disputas) discursivo o que foi pontuado por Isaac Ariail Reed (2014) no que diz respeito aos discursos mobilizados por atores sociais na luta por identidade. Nessa disputa há um processo de apropriação e ressignificação de narrativas, inclusive inserindo significados e mesclando sentidos, a fim de controlar as ações dos outros. Dessa forma, o poder reforça ou refuta a visão hegemônica vigente numa dada sociedade.

Tendo isso em vista, partimos da hipótese de que os conteúdos dos programas televisivos expressam conflitos em torno do discurso da identidade negra, mas também um processo de apropriação, ressignificação e atualização, ensejando ambiguidade. Ou seja, de uma forma ou de outra os conteúdos televisivos favorecem a reprodução do discurso hegemônico da democracia racial descrito na obra de Gilberto Freyre (2006[1933]). Porém, não há como negar que também ocorre inovação⁴ dessa linha argumentativa, uma vez que os conteúdos das séries analisadas não enfatizam somente as linhas discursivas hegemônicas em torno do mito da democracia racial, mas também contemplam quadros discursivos contra-hegemônicos desse mito. Isso demonstra que a mídia televisiva é responsiva aos debates que ocorrem nas esferas públicas, pois, para sobreviver no mercado capitalista, ela precisa apresentar produtos culturais diversificados para o público consumidor (MAIGRET, 2010).

É importante salientar que não partimos do pressuposto de que os meios de comunicação de massa tenham o compromisso político ou mesmo a preocupação de espelhar os debates teóricos-políticos dos eventos analisados nesse trabalho, mas existem algumas situações, inclusive motivadas pelo interesse na busca de audiência, que podem expressar um olhar mais atento ao que se passa em tais esferas. Essa relação é demonstrada por Rousiley Maia (2007), ao afirmar que a mídia televisiva de entretenimento apropria de discursos. Como exemplo, a autora cita as ações afirmativas e o aborto.

Essa hipótese foi fomentada após a leitura do livro “Não Somos Racista” de autoria de Ali Kamel, diretor da Central Globo de Jornalismo. Nessa obra, o autor agradece à família Marinho pela “pluralidade de ideias” que, segundo ele, a Rede Globo

⁴ Nesse trabalho, entendemos “inovação verbal como uma inovação que sugere, e conforme sua força impõe alguma mudança nas regras ou nas convenções das linguagens políticas: ela pode propor alguma alteração nos signos de valor – um tratamento daquilo que antes era ruim como bom, ou vice versa” (POCOCK, 2003, p.78).

garante. Secco e Pires (2009), em crítica a tal livro, afirmam que o diretor da emissora “escreveu um libelo contra o que chama de ‘nação bicolor’, a qual apagaria a mestiçagem brasileira”. Nas palavras de Ali Kamel, a nação bicolor é fomentada pelos movimentos negros, que, no Brasil, são mera cópia dos movimentos negros norte-americanos (KAMEL, 2006).

No que tange nossa análise, combinaremos a análise qualitativa de conteúdo com a análise quantitativa de dados retirados dos segmentos que compõem os programas televisivos (BARDIN, 2011), processados no programa SPSS para obtenção de cruzamentos e frequências.

Não há como negar, dessa forma, que a exegese da atualização das linhas argumentativas em torno da identidade mestiça brasileira nos seriados mencionados supra é de suma importância por apontar um dos possíveis modos de agir das classes dominantes para manutenção do “status quo” frente à pressão dos contragrupos subalternos. Ademais, não há trabalho sobre mídia que apresente como foco este objeto de estudo.

Para tanto, é relevante analisar como a mídia apropriou e ressignificou os quadros discursivos em torno da identidade negra, já que os meios de comunicação têm grande relevância social como aparelho interativo (MAIGRET, 2010). Ademais, segundo Fábio Wanderley Reis (2002), é importante analisar, dentro da Ciência Política, a temática da identidade nacional ligada às relações de poder e interações estratégicas, sobretudo, com a mídia.

Dessa maneira, é conveniente perceber que a apropriação dos conceitos de poder e disputas discursivas permite analisar os seriados de maneira distinta dos métodos utilizados no passado. Os estudos sobre mídia e questão racial no Brasil até o momento apenas olharam a temática racial pelo ângulo dos efeitos, ou seja, a mídia como sendo um objeto a serviço dos grupos poderosos e espalhando efeitos na sociedade. Esses estudos apontaram a sub-representação e a reprodução de estereótipos, uma vez que apresentaram a linha discursiva da “identidade nacional unificada que opera com a ideia de que a mistura das raças teria a capacidade de superar a herança inferior graças ao embranquecimento do povo” (ALMEIDA; DRUMMOND; SOUZA, 2017, p. 68).

Tais trabalhos contribuíram de forma significativa para compreender a realidade midiática nos trópicos, no entanto, é importante avançar e olhar a mídia não somente pelo ângulo dos efeitos e da reprodução de preconceito, mas enquanto um

aparelho interativo que traz para a cena o jogo de disputa discursiva entre grupos dominantes e contra-dominantes (FRASER, 2001), disputa essa trabalhada de forma explícita em nosso trabalho.

Isso porque, a ideia de que a mídia veicula apenas a visão de mundo hegemônica e um olhar estereotipado dos afrodescendentes (ARAÚJO, 2010), não é de todo convincente, por apresentar-se incompleta. Assim, é importante partir-se da premissa de que o processo de apropriação e ressignificação dos discursos sobre mestiçagem traz em si quadros discursivos ambíguos, uma vez que o discurso da democracia racial defendido por Gilberto Freyre (2006[1933]) convive lado a lado com o argumento do mito da democracia racial (FERNANDES, 1965).

Essa tensão é percebida quando se analisam os conteúdos midiáticos. A título de exemplo, em SN, a união afetiva entre a personagem branca Gaudéria e o personagem preto Carboreto representam linhas discursivas hegemônicas em torno da miscigenação, ao passo que a união amorosa entre a personagem negra Michelle e o personagem preto Mister Brau veiculam quadros discursivos em torno do mito da democracia racial.

Os capítulos dessa tese estão distribuídos da seguinte maneira: num primeiro momento, será feita uma síntese do conceito de esfera pública no sentido habermasiano, e que fora revisitado por Nancy Fraser (2001), Rousiley Maia (2007), Fernando Perlatto (2015), Éric Macé (2006) e Eric Maigret (2010). Em seguida, serão apresentadas as linhas discursivas da herança racial brasileira que foram retomadas pelos atores sociais no período de 1995 a 2012 nas diversas esferas públicas do País. Para tanto, levaremos em consideração o conceito de atos de fala de John Pocock (2003).

No terceiro capítulo, haverá a explicitação do arcabouço teórico em torno das “midiaculturas”, que envolve, dentre outros, os conceitos de construtivismo, esfera pública polifônica, identidades, citação e poder discursivo. E na quarta parte, serão problematizados os estudos sobre a representação do negro na mídia brasileira.

No quinto capítulo, serão apresentados o arcabouço metodológico e os dados quantitativos e qualitativos referentes à SN e MB. Por fim, serão analisados os dados empíricos (material quantitativo e qualitativo) dos seriados que retomam linhas discursivas da nossa herança racial e que foram problematizados pelos atores sociais de 1995 a 2012.

2 LINHAS DISCURSIVAS SOBRE IDENTIDADE MESTIÇA E PRETA DEBATIDAS NAS ESFERAS PÚBLICAS BRASILEIRAS (1995-2012)

Nesse capítulo serão apresentados os principais quadros argumentativos difundidos entre 1995 e 2012 nas arenas públicas brasileiras sobre identidade mestiça e preta, com o objetivo de analisar como a arena midiática apropriou, ressignificou e atualizou essas linhas discursivas da nossa herança histórica. Antes, porém, será feita uma síntese do conceito de esfera pública.

Cunhado por Jurgen Habermas na tese *Mudança estrutural da esfera pública*, publicada em 1962, o conceito de esfera pública explicita um espaço de debate ocorrido na Alemanha, França e Inglaterra em meados do século XVIII, por homens brancos pertencentes às classes altas, em sua luta por influenciar as decisões do estado Moderno. A constituição dessa esfera estava ligada à emergência da burguesia, bem como ao crescimento das cidades.

Assim, nos cafés e salões da época, esses burgueses se reuniam e discutiam assuntos considerados, por eles mesmos, de relevância pública e que, por isso, ganhavam visibilidade na imprensa, expandindo, com o tempo, o público que tinha acesso a tais conteúdos argumentativos. Esse espaço público e burguês de debate se contrapõe ao espaço privado, lugar reservado aos assuntos relativos à intimidade.

O autor chama a atenção para a diversidade de sentidos que o termo esfera pública tem adquirido ao longo dos séculos, sendo que o primeiro foi de público informado, voltado à defesa dos interesses da coletividade, com o objetivo da construção de uma opinião pública. Ao problematizá-lo, Jurgen Habermas (2003[1962]) explicita que, ao longo da história as esferas pública e privada, nem sempre foram abordadas de modo dissociado.

O autor menciona também que, na Idade Média, os termos público e privado apareciam de modo indissociável, de forma que a autoridade pública representava tanto a esfera pública quanto a privada. Como exemplo, o autor cita o modelo de representação monárquico, em que o Rei se apresentava perante o povo e não em nome deste, já que representava o papel de seus direitos senhoriais, isto é, seu status social. Mas, com o passar dos séculos, tais conceitos (público e privado) passaram a ser tidos como distintos.

O autor aponta que entre os séculos XVIII e XIX observa-se a consolidação de uma esfera pública literária. Nos salões, os indivíduos debatiam assuntos que eram

considerados públicos, os quais eram visibilizados em pequenos jornais, institucionalizando-se, assim, a crítica literária. O uso que a sociedade civil faz tendo como referência a crítica literária é o que Habermas chama de esfera pública burguesa, pois a sociedade civil faz uso dessa institucionalização para pressionar o Estado a atender suas demandas.

A partir do século XIX, o acesso amplo às obras literárias promoveu um público generalizado de leitores, composto, sobretudo, por cidadãos burgueses, que ultrapassavam os círculos dos eruditos e incluíram em seus hábitos a prática da leitura. Isso fomenta, no seio da esfera privada, uma rede de comunicação pública, pois, ao ler as obras privadamente, os indivíduos podiam dialogar em público assuntos de interesses não particulares. E o acesso de grande parcela da população às informações possibilitou a emergência da imprensa – a qual foi apropriada pelo poder público.

É importante para esse trabalho apropriar a crítica feita por Nancy Fraser (2001) ao conceito de esfera pública habermasiano. Segundo a autora, o modelo de esfera pública de Jurgen Habermas (2003[1962]) nos oferece a possibilidade de evitar confusões conceituais ao estudar as democracias de massa vinculadas ao estado de bem-estar social. Além disso, tal conceito é útil para atender as necessidades de uma investigação no que tange a Teoria Crítica. Para ela, tal conceito mostra também “La incapacidad histórica del ala dominante de la tradición Marxista y Socialista para apreciar en la toda su fuerza la distinción entre lós aparatos del Estado y lós escenarios públicos de discurso y asociación ciudadanos⁵” (FRASER, 2001, p. 1).

Segundo ela, tal conceito também é de suma importância, por tratar-se de um espaço em que “los ciudadanos piensan y examinan sus asuntos comunes y por lo tanto es un escenario institucionalizado de interacción discursiva⁶” (FRASER, 2001). Porém, a autora também critica Jurgen Habermas por este ter deixado de analisar esferas públicas não hegemônicas, como, por exemplo, as esferas públicas feminista, negra e proletária, conceituadas pela autora como “subaltern counterpublics⁷” (PERLATTO, 2015, 126).

⁵ “A incapacidade histórica da ala dominante da tradição marxista e socialista de apreciar, em toda a sua força, a distinção entre os aparatos de Estado e os cenários públicos do discurso e da associação dos cidadãos” (tradução livre).

⁶ Em tradução livre, “como os cidadãos pensam e examinam seus assuntos comuns e, portanto, é um cenário institucionalizado de interação discursiva”.

⁷ Em tradução livre, “contra-públicos subalternos”.

Isso significa que Nancy Fraser (2001) reconhece a importância do conceito de esfera pública burguesa, sobretudo para analisar as relações discursivas explícitas em cenário de debate público. Reforçamos, no entanto, tal explanação crítica do conceito de esfera pública exige sua reformulação, uma vez que a autora aponta para a incompletude do modelo teórico habermassiano, ao excluir de sua análise a existência de outras esferas públicas, analisando apenas a burguesa.

Jurgen Habermas, todavia, relativiza esse fato, argumentando que a análise das outras esferas era impossibilitada pela conjuntura política e social do período por ele analisado. Nas palavras do autor:

Pode-se falar em exclusão no sentido de Foucault, uma vez que se trata de grupos cujo papel é constitutivo na formação de uma esfera pública específica. Exclusão recebe um sentido diferente, menos radical, quando várias arenas se formam ao mesmo tempo no seio das mesmas estruturas de comunicação, nas quais, ao lado da esfera pública burguesa hegemônica, se apresentam outras esferas públicas subculturais ou particulares às classes, sob premissas próprias e que não são imediatamente suscetíveis de compromisso. Eu não considere em minha obra o primeiro caso e ainda que tenha mencionado o segundo em meu prefácio, eu não o tratei (HABERMAS, 1999, p. 4).

Embora Jurgen Habermas, como mencionado na citação acima, reconheça não ter analisado esferas públicas contra-hegemônicas, dentre as quais, a feminista, a partir disso, Nancy Fraser (2001) também argumenta a necessidade de se ter em mente que Jurgen Habermas não analisou quatro premissas que sustentam o modelo teórico de esfera pública burguesa. Quais sejam: o fato de a igualdade social não ser necessária para a democracia; a questão de a pluralidade de públicos concorrentes não ser desejável, antes, ser preferível uma esfera pública única; o debate na esfera pública deve ser sobre temas de interesse comum, sendo indesejada a abordagem de temas privados; e, por fim, o funcionamento da esfera pública exige a separação clara entre a sociedade civil e o Estado (FRASER, 2001).

No que tange à pluralidade, a ideia apresentada por Nancy Fraser deixa clara a existência de contrapúblicos subalternos (CPS) frente à legitimação dessa esfera pública única, a burguesa. Quanto a essa premissa, Jurgen Habermas expõe que:

A exclusão das classes inferiores, mobilizadas culturalmente e politicamente, provoca uma pluralização da esfera pública em sua fase de formação. Ao lado da esfera pública hegemônica e, entrelaçada a ela, uma esfera pública plebeia se forma (HABERMAS, 1999, p. 3).

Nancy Fraser (2001) também argumenta a importância de se analisar a esfera pública tendo em vista aspectos privados da vida social. Ela ressalta a necessidade do debate de temas relegados à esfera da intimidade, uma vez que a violência doméstica, por exemplo, era assunto considerado privado, porém com nítido caráter público. Especificamente relacionado a esse tema, Jurgen Habermas reconhece a importância de estudá-lo, afirmando que “quando direcionamos o mesmo olhar sobre a esfera pública burguesa, a exclusão das mulheres deste mundo dominado pelos homens se apresenta de uma maneira diferente daquela que eu havia percebido antes” (HABERMAS, 1999, p.1).

Por fim, segundo Nancy Fraser (2001), a defesa habermassiana da separação entre sociedade civil e Estado não é nítida para os críticos da esfera pública tradicional. O parlamento, por exemplo, é uma esfera pública dentro do Estado e não separada dele. No que tange a esse ponto, Jurgen Habermas (1999), orienta que a análise desse tema deve pautar-se pelo conceito de mundo vivido presente na teoria do agir comunicativo.

A noção de esfera pública habermassiana, olhada pelo ângulo de Nancy Fraser (2001), foi revisitada por Fernando Perlatto (2015) e Rousiley Maia (2007). Observando o contexto político e social do Brasil, Fernando Perlatto (2015) aponta que o conceito de esfera pública emergiu no século XIX, uma vez que vigoraram no país duas modalidades de esferas públicas, uma seletiva, formada por grupos hegemônicos, e uma contra hegemônica, formada por grupos contra-públicos subalternos, abrangendo, dentre outros, líderes do movimento social negro. O surgimento dessas esferas foi possível a partir da diminuição das relações clientelistas vigentes no território.

O conceito de seletividade, para Fernando Perlatto (2015), refere-se a alguns indivíduos seletos que “seriam aptos a operar na esfera pública, organizando o debate público e instituindo o campo semântico em que ele se deu, selecionando temas e constituindo interlocutores legítimos” (PERLATTO, 2015, p.126). Assim, “a construção de uma esfera pública seletiva no país permitiu a organização de uma hegemonia por parte das classes dominantes” (PERLATTO, 2015, p.133).

Ao lado dessa esfera pública seletiva, é possível falar da “formação de esferas públicas subalternas, constituídas por diferentes espaços de sociabilidade nos quais os segmentos subalternos buscaram se organizar” (PERLATTO, 2015, p. 123). Desse modo, os CPS “foram capazes de falar, de diferentes maneiras, contra os discursos hegemônicos e as práticas repressivas do cotidiano” (PERLATTO, 2015, p. 132). Assim, a relação entre as esferas públicas seletiva e subalterna busca o diálogo, ao

mesmo tempo em que enseja o conflito. Ademais, “como bem percebido por Nancy Fraser, em sociedades estratificadas, as relações entre os diferentes públicos pertencentes a estas esferas tendem a ser mais de contestação do que de propriamente de deliberação” (PERLATTO, 2015, p. 123).

Avançando os estudos de Jurgem Habermas e Nancy Fraser, Rousiley Maia (2007) afirma que a análise dos debates nas esferas públicas pode ser realizada a partir do estudo dos meios de comunicação de massa. Assim, a autora propõe uma revisita dos estudos anteriores para analisar a esfera pública midiática, pois a exegese dessa estrutura permite “explorar alguns aspectos de potencial ambíguo dos *media* para pré-estruturar a esfera pública política, expressos nas formulações recentes de Habermas” (MAIA, 2007, p. 103).

Desse modo, para Rousiley Maia (2007), Jurgem Habermas reconhece a importância em “perceber como se dá o confronto entre opinião pública pré-fabricada, forjada por políticos profissionais e grupos de interesse em processos subvertidos pelo poder, através da utilização dos *media*” (MAIA, 2007, p. 103), visto que “discussões sobre agenda governamental e políticas públicas, bem como temas como aborto, ação afirmativa, orientação sexual etc” são visibilizados pela mídia. Tendo isso em mente, o interesse da presente pesquisa é justamente analisar se e como a mídia televisiva, nas primeiras temporadas de SN e MB, apropriou, ressignificou e atualizou os discursos em torno da nossa herança racial, retomados nas diversas esferas públicas entre 1995 a 2012 por grupos de interesses contrários e favoráveis às ações afirmativas raciais.

Para realizar tal empreitada, é importante perceber que “não só a visibilidade interessa nesse processo, mas também, a possibilidade de estabelecer o debate, trocar opiniões e argumentar através dos *media*” (MAIA, 2007, p. 104). Segundo a autora, além da visibilidade em si, é importante analisar como os debates que ocorrem nas esferas públicas são veiculados pela mídia de entretenimento, pois os produtores dos meios de comunicação selecionam e editam discursos nas vozes de personagens, dando-lhes ou retirando-lhes legitimidade dos argumentos, e confrontando vozes hegemônicas e contra-hegemônicas. A partir disso, alguns discursos ganham proeminência enquanto outros são desprestigiados, mesmo que, de todo modo, ambos passam a formar uma rede de argumentos acessível ao público (MAIA, 2007).

Para a análise proposta nesta pesquisa, é também relevante levar em consideração também os estudos de Eric Macé (2006) e Eric Maigret (2010). Para ambos, o modelo de comunicação racional burguês descrito por Habermas não capta as

polêmicas que moldam o espaço público, dentre outros, o midiático. Assim, é imprescindível levar em conta o conceito de contrapúblicos subalternos explicitado por Nancy Fraser (2001), pois esses atores sociais têm suas vozes marginalizadas quando representadas pela esfera midiática, tal como explicitado acima.

Como demonstra Eric Maigret (2010), os atores sociais lutam nos espaços públicos para constituição de identidades, sendo esses espaços divididos em duas vertentes, uma institucionalizada (com atores mais restritos) e outra não oficial (mais ampla, que possibilita a atuação de diversos grupos sociais).

A primeira (oficial) apresenta duas possibilidades: uma denominada espaço público habermassiano, do qual participam grupos hegemônicos e onde há um debate racional; a segunda é constituída pelo chamado espaço público conflitual, do qual participam grupos hegemônicos e contra-hegemônicos, com intensa pressão da opinião pública.

A vertente não oficial, por sua vez, biparte-se no espaço público habermassiano ampliado, em que há uma busca pelo consenso racional no qual participam grupos hegemônicos e contra-hegemônicos, a opinião pública e a mídia; e em um espaço também denominado público conflitual, em que há uma luta por identidades entre os indivíduos e diversos grupos visibilizada pela mídia.

Conforme o autor, tais modalidades não são estanques, antes dialogam entre si e permitem aos atores sociais participar de uma, várias ou de todas elas. Por exemplo, assuntos da esfera privada podem se sobrepor aos da esfera pública e vice-versa, visto que a relação entre elas é negociada e não rígida. A partir do exposto, Éric Maigret (2010) apresenta o seguinte questionamento: “deve-se considerar como espaço público só o espaço institucional dito político ou aquele, mais amplo, das relações de poder e de identidades entre indivíduos e grupos sociais?” (MAIGRET, 2010, p. 345).

A resposta para essa pergunta é afirmativa. Na concepção de esfera pública midiática, Éric Maigret (2010) advoga a importância de se levar em consideração as relações de poder e disputas por identidades vigentes nas arenas públicas entre grupos dominantes e CPS.

Os quatro espaços públicos descritos por Maigret são instrumentalizados nesse trabalho a fim de mapear quais discursos da herança racial brasileira foram retomadas nas esferas públicas do país no período de 1995 a 2012. Após isso, e com instrumental metodológico diverso, procuramos verificar se e como as linhas discursivas do passado racial brasileiro foram apropriadas e ressignificadas pelas esferas públicas midiáticas,

especialmente pelos seriados SN e MB, utilizando, nesse contexto, a lente do espaço conflitual para o estudo dos dados empíricos coletados nos seriados.

Explicitada a síntese do conceito de esfera pública, na sequência serão apresentados os quadros argumentativos hegemônicos e contra-hegemônicos sobre a herança racial do Brasil que foram retomados nas arenas públicas no período proposto: em 1995 houve a “Marcha Zumbi dos Palmares” (1995); no ano subsequente, o seminário intitulado “Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos”. Em 2001, a Conferência de Durban; nos anos de 2006 e 2008 houve a veiculação de manifestos contrários e favoráveis às cotas raciais. Por fim, em 2012, ocorreu o debate sobre AA na AP promovida pelo STF.

Os discursos presentes nesses momentos referidos serão olhados através da lente do conceito de atos de fala de John Greville Agard Pocock (2003). Para esse autor, é de suma importância, ao se analisar linguagens, levar em consideração o contexto linguístico, cultural e histórico em que a fala foi veiculada. Nesse sentido, o autor diferencia a profissão de historiador do ofício de um arqueólogo. Ele propõe que os discursos são constituídos por diferentes camadas de linguagens e que o estudioso que se propõe a analisá-los tem que estar atento a isso ao mesmo tempo em que considera o texto e o contexto.

Desse modo, é importante ter em mente que o período histórico a ser analisado foi marcado pelas disputas políticas entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), capitaneado por Luis Inácio Lula da Silva. O primeiro governou de 1995 a 2002 e, apesar de fomentar a discussão sobre questão racial brasileira, posicionava-se contrário às cotas raciais para negros (CARDOSO, 1997). Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011), por outro lado, era abertamente a favor de políticas públicas com corte social e racial.

Seguindo os ensinamentos de John Pocock (2003), é relevante entender que, além de se observar o contexto social de veiculação de linguagens, essas devem ser entendidas, sobretudo, como “sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, precondições, implicações, tom e estilo” (POCOCK, 2003, p. 65). Nesse sentido, ao se analisar os eventos sobre identidade preta e mestiça cabe compreender que todo discurso é enunciado “para poder ter uma história, e que tal história pode ser vista como uma interação entre atos de fala e a linguagem” (POCOCK, 2003, p. 64). Portanto, o

historiador, ao estudar uma linguagem dentro de um contexto, deve começar a analisar a língua e os atos de fala, e posteriormente:

pesquisar em busca dos efeitos desses atos, geralmente em relação às circunstâncias e ao comportamento dos outros agentes que usaram ou estavam expostos ao uso dessas linguagens, e mais especificadamente “sobre” as linguagens “dentro” das quais esses atos foram efetuados (POCOCK, 2003, p. 66).

Neste trabalho, não serão analisados minuciosamente os atos de falas tal como se propõe o historiador, mas os ensinamentos de John Pocock (2003) também são relevantes na identificação dos efeitos que os discursos da herança racial retomados de 1995 a 2012 ocasionaram no comportamento dos personagens de SN e MB. Essa exegese é importante, uma vez que “apropriação e expropriação são aspectos importantes do que temos que estudar” (POCOCK, 2003, p. 68).

Além disso, ao analisar o processo de apropriação e ressignificação dos quadros discursivos nas diversas esferas públicas é importante, também, considerar que numa esfera pública os participantes realizam seus discursos com o objetivo de modificar a alocação dos recursos e interferir na consecução de políticas públicas (MAIGRET, 2010). John Pocock, por sua vez, informa que a ação dos atores que efetuam atos de fala não se dá de modo isolado, antes:

os jogadores efetuam seus atos de fala de acordo com as regras do jogo. Algumas vezes, eles discutem as regras do jogo e desenvolvem linguagens de segunda ordem para conduzir a discussão. Estas, por sua vez, possuem regras que podem estar sujeitas a inovações, e uma mudança nessas regras pode implicar uma mudança nas regras de acordo com as quais os atos de fala são efetuados nas linguagens de primeira ordem. Uma mudança nas regras do jogo linguístico, provocada por algum ato de fala, pode ser tanto prévia quando posterior a qualquer efeito que esse ato possa ter sobre qualquer participante do jogo. No entanto, todos os atos são efetuados por jogadores (POCOCK, 2003, p. 78).

Como apresentado anteriormente, a mídia é responsiva aos debates nas esferas públicas, uma vez que procura representar os inúmeros discursos que estão em evidência nas arenas públicas (ALMEIDA; DRUMMOND; SOUZA, 2017). As linhas discursivas contra-hegemônicas, ao serem veiculadas, refletem uma “mudança nas regras do jogo linguístico” (POCOCK, 2003, p. 78), e a arena midiática busca refletir tal mudança, quando atualiza os discursos hegemônicos, apresentando linhas discursivas contrárias.

A seguir, propomos uma abordagem mais detida das linhas discursivas debatidas em cada um dos eventos ocorridos de 1995 a 2012 e reputados mais importantes por refletirem a luta discursiva sobre a questão racial no Brasil.

2.1 LINHAS DISCURSIVAS ENFATIZADAS NA MARCHA ZUMBI DOS PALMARES (1995)

Quando um cara te chama de negão, sem perguntar o seu nome, ele já vem com uma ideia formada e vai além de um tempo para ele ir além do negão e te encarar como homem, deu para entender? (SEXO... 2014. Episódio 5)

No evento da Marcha Zumbi dos Palmares, organizada por líderes de movimentos negros e ocorrida em 1995 na Explanada dos Ministérios, em Brasília, observa-se que a linha discursiva exaltada foi o discurso da negritude, proferido dentre outros pela senadora Benedita da Silva – PT-RJ (RIOS, 2012). Esse termo, negritude, surgiu na França em 1940, inspirado no “movimento da negritude francesa de escritores francófonos como Aimé Césaire, Leopold Sédhor, entre outros” (CUSTÓDIO, 2011, p. 52). No Brasil, tal conceito se visibiliza com Abdias do Nascimento, uma vez que esse “mobiliza uma noção de cultura negra construída pelos marcadores da diferença (da negritude), que assume as ideias de resistência e revolta e a incorporação do discurso negro internacional, da marca do pan-africanismo e afrocentrismo” (CUSTÓDIO, 2011, p. 102).

A supracitada senadora se apropria desse vocábulo e, acompanhada por milhares de militantes, apresenta uma performance exaltando em tom eloquente a seguinte frase: “nós queremos que o Brasil mostre sua cara negra” (RIOS, 2012, p. 4). É mister compreender que esse discurso já era defendido na década de 1980 pelo Movimento Negro Unificado (MNU), especificamente quando quatro jovens negros foram impedidos de frequentar o famoso clube de classe média Regatas do Tietê no estado de São Paulo (RIOS, 2012).

Esse mesmo argumento também foi enfatizado nos anos 1980 pelo próprio Abdias do Nascimento (deputado de 1983 a 1987 e senador de 1997 a 1999 pelo PDT) na luta por AA. Nascimento aliou o discurso de raça, cor negra e classe social ao de negritude, como se vê na citação a seguir:

Entendo que o negro e o mulato⁸ – os homens de cor – precisam, devem ter uma contra-ideologia racial e uma contraposição em matéria econômico-social. O brasileiro de cor tem de se bater simultaneamente por uma dupla mudança: a) a mudança econômico-social do país; b) a mudança nas relações de raça e cor. Aqui entra a Negritude como conceito e ação revolucionários. Afirmando os valores da cultura negro-africana contida em nossa civilização, a Negritude está afirmando sua condição ecumênica e seu destino humanístico. Enfrenta o reacionário contido na configuração de simples luta de classe do seu complexo econômico-social, pois tal simplificação é uma forma de impedir ou retardar sua conscientização de espoliado (NASCIMENTO, 1968, p. 23).

Nesse trecho, o deputado retoma o discurso da negritude, a fim de criticar o debate discursivo sobre enegrecimento versus branqueamento debatido no século XIX por intelectuais brasileiros (NASCIMENTO, 1968), especialmente por Silvio Romero (1851-1914) e Nina Rodrigues (1862-1906), ambos influenciados pelo pensamento antropológico da época, o evolucionismo. Todavia, “Nina vê na mestiçagem um produto e um resultado diametralmente oposto ao vislumbrado por Romero. Em vez de branqueamento, ele vê o enegrecimento” (MUNANGA, 2008, p. 54). Dentro do contexto da época, o branqueamento racial seria o resultado das misturas biológicas entre raças distintas – o qual promovia a “inferioridade do povo brasileiro” (SALAINI, 2012, p. 105).

Nesse sentido, Nina Rodrigues defendeu que os negros tinham potenciais criminosos. Inclusive, na época vigorava a ideia de que “a aparência de um sujeito poderia revelar uma natureza criminosa” (SALAINI, 2012, p. 105). Deste modo, na visão desse autor, o Brasil tendia a enegrecer com a política de miscigenação (RODRIGUES, 1957[1894]). Por outro lado, Silvio Romero acreditava que os cruzamentos raciais entre brancos e negros fomentavam, no Brasil, o branqueamento. Citando esse autor, Cristian Jobi Salaini (2012, p. 106) aponta que “a imigração de europeus ao Brasil promoveria, ao longo das gerações, um processo de branqueamento e, portanto, civilizador”.

Décadas depois, a questão da negritude também foi objeto de reflexão do antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997). Kabengele Munanga (2008) afirma que tal autor substituiu a ideia de branqueamento por uma “morenização bilateral que se opera tanto pela branquização dos pretos como pela morenização dos brancos” (MUNANGA,

⁸ É importante ter em mente que o termo mulato vem do latim *mulus*, e que, no século XV, a palavra “mulo”, designa um “animal híbrido, estéril, produto do cruzamento do cavalo com a jumenta, ou da égua com o jumento”.

2008, p. 96). Tendo em vista esse raciocínio, o Brasil do futuro seria moreno, pelo enegrecimento dos brancos e branquização dos negros (MUNANGA, 2008).

Abdias do Nascimento não chega a problematizar a questão da miscigenação na citação acima, mas aponta que o negro sofre preconceito duplamente, seja de classe, seja de raça. Além disso, o autor afirma que o discurso isolado de classe social retarda a consciência racial.

Fora esse argumento, outra linha discursiva suscitada na Marcha Zumbi dos Palmares foi a da diversidade étnico-racial, uma vez que imagem pejorativa contra os indivíduos de pele escura “estigmatiza o povo negro, impedindo a valoração positiva da diversidade étnico-racial” (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995 apud ROSEMBERG, 2012 p. 33). É importante salientar que no “Brasil o termo étnico refere-se a grupo social que tem traços culturais e origem comum” (SILVA, 2014, p. 251).

Remontando o debate em torno do discurso da diversidade, observa-se que ele apareceu no século XIX na visão de Oliveira Viana (1883-1951). Conforme Kabengele Munanga, “Viana reconhece que o Brasil é constituído de diversidade antropológica [...] por causa da mestiçagem que, indefinidamente, produz tipos diversos” (MUNANGA, 2008, p. 68). Tal linha discursiva foi apropriada pelo MNU, que a uniu sob o rótulo da igualdade na diferença (D’ADESKY, 1997). Segundo D’Adesky (1997), na década de 1980, o discurso da diversidade étnico-racial enaltecia que os negros deviam buscar a igualdade com o branco; entretanto, não há referência se a igualdade deveria ser meramente formal ou se deveria ser buscada em sua substância.

Em 1995, tomou força a ideia de que a retórica da igualdade meramente formal conjugada com o preconceito racial desvalorizava a diversidade étnico-racial (D’ADESKY, 1997), ao mesmo tempo em que se passou a argumentar que uma das formas para se valorizar a diversidade é “se ocupar de diagnósticos e proposições de políticas de igualdade no trabalho” [MARCHA ZUMBI, 1996 apud MOEHLECKE, 2003, p. 205-206]. Percebe-se que o conceito de igualdade transitou de seu significado meramente formal para o de igualdade material, ao exigir tratamento diferente para pessoas em situações distintas.

Pressionado na “Marcha Zumbi dos Palmares” por meio da retórica da negritude, diversidade étnico-racial e igualdade no mercado de trabalho, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) reconheceu publicamente o preconceito racial e comprometeu-se a criar AA a fim de promover a igualdade racial – o que não

foi feito em seu governo. Em face disso, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), aliada à organização não governamental (ONG) Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), e com o apoio dos movimentos negros, denunciou o Estado brasileiro à Organização Internacional do Trabalho – OIT. Nessa denúncia, prevaleceu o discurso de que algumas multinacionais instaladas no Brasil estavam infringindo os princípios da igualdade material e da diversidade cultural presentes na Constituição de 1988 ao preferirem contratar trabalhadoras brancas em detrimento das negras (TELLES, 2012).

Após essa denúncia, FHC fomentou a criação do Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação, GTEDEO, bem como incentivou a organização do seminário “Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos”. O intuito era discutir a viabilidade de implementação de AA no Brasil, como se verá mais detidamente na próxima subseção. Antes, porém, apresenta-se um quadro com as principais linhas discursivas contra-hegemônicas⁹ em torno da herança racial brasileira proferidas na Marcha Zumbi dos Palmares.

Quadro 1 – Linhas discursivas veiculadas na Marcha Zumbi dos Palmares

Linhas discursivas contra-hegemônicas favoráveis às AA para negros	Negritude – o preconceito é de raça
	Valorização da diversidade étnico-racial
	Igualdade no mercado de trabalho entre brancos e negros

FONTE: A autora, 2015.

Apresentadas as principais linhas discursivas da herança racial brasileira retomadas na Marcha Zumbi dos Palmares, passa-se à análise dos quadros discursivos exaltados no seminário Multiculturalismos e Racismo: o papel das ações afirmativas nos estados democráticos contemporâneos.

⁹ O quadro proposto não apresenta linhas discursivas hegemônicas, pois o evento sob análise foi organizado apenas por líderes de movimentos negros.

2.2 LINHAS DISCURSIVAS PROFERIDAS NO SEMINÁRIO “MULTICULTURALISMO E RACISMO: O PAPEL DA AA NOS ESTADOS DEMOCRÁTICOS CONTEMPORÂNEOS” (1996)

As linhas discursivas proferidas na Marcha Zumbi dos Palmares foram apropriadas e ressignificadas no seminário Multiculturalismo e Racismo: o papel das ações afirmativas nos estados democráticos contemporâneos (ALMEIDA, 2015). É válido lembrar que, de acordo com John Pocock (2003), uma linguagem não fica confinada no seio de um grupo, pois “podemos encontrar casos em que a linguagem foi difundida para além dos limites do relacionamento original entre governantes e governados, no qual ela foi criada: casos em que está sendo enunciada por outros governantes” (POCOCK, 2003, p. 68).

Assim, no referido seminário, ocorrido em 1996 na cidade de Brasília, o presidente Fernando Henrique Cardoso apropriou e ressignificou as linhas discursivas de diversidade cultural e da diversidade racial étnica proferidas na Marcha Zumbi dos Palmares. Nas palavras de FHC, “o Brasil é uma nação multicultural e disso se orgulha, porque essa diversidade cultural e étnica é fundamental para o mundo contemporâneo” (CARDOSO, 1997, p. 13). Percebe-se então a ressignificação de tais argumentos pelo então presidente, pois ocorre a conjugação entre discurso da diversidade étnica e cultural (apresentada na Marcha Zumbi dos Palmares sob enfoque eminentemente racial) e a ideia de nação multicultural elaborada por Gilberto Freyre (1900-1987).

Esse conceito de nação multicultural traz à cena a ideia de que os portugueses possuíam uma liberabilidade para com os estrangeiros, pois as raízes daqueles eram cosmopolitas. Nesse sentido, a formação do povo português se mostraria “harmoniosa nos seus contrastes formando um todo social plástico, que é característica do português” (FREYRE, 2006, p. 278 [1933]). Esse povo seria, então, marcado pela heterogeneidade étnica e cultural, pois, por sofrer influências do povo mouro, “predispõe como nenhuma outra para a colonização agrária, escravocrata e polígama - patriarcal, enfim - da America tropical” (FREYRE, 2006, p. 285[1933]).

Verifica-se que FHC retoma a linha discursiva de Freyre, para quem o Brasil é formado pela contribuição cultural e racial dos povos negros, europeus e indígenas e se orgulha dessa mestiçagem. Ao defender tal linha argumentativa, FHC compara o preconceito racial presente na América do Sul ao ocorrido nos EUA, e aponta que “nós,

no Brasil, de fato convivemos com a discriminação e convivemos com o preconceito, mas as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá”.

Uma das primeiras pessoas a propor comparação entre o problema racial vigente nos Estados Unidos da América (EUA) e no Brasil foi Oracy Nogueira (2006). Comparando essas duas formas de preconceito, esse autor afirma que “na falta de expressões mais adequadas, o preconceito, tal como se apresenta no Brasil, foi designado por preconceito de marca, reservando-se para a modalidade em que aparece nos Estados Unidos a designação de preconceito de origem” (NOGUEIRA, 2006, p. 291). Para esse sociólogo,

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

Nesse sentido, “quanto ao modo de atuar: o preconceito de marca determina uma preterição, o de origem, uma exclusão incondicional dos membros do grupo atingido” (NOGUEIRA, 2006, p. 293). Tendo em vista a distinção entre preconceito de marca e origem, a norte-americana Angela Gilliam ressignificou o discurso da diversidade exaltado por FHC, conjugando-o ao de igualdade ao mostrar que:

O conceito de diversidade como valor positivo emerge do discurso progressivo. A ação afirmativa ou as políticas de igualdade são quase universalmente percebidas como um sistema de cotas exigido, identificado em muitos casos com a discriminação reversa [...]. Essas interpretações são, em parte, geradas pela adoção, por jornalistas brasileiros, dos paradigmas direitistas e dos pontos de vista dos conservadores norte-americanos. (GILLIAM, 1997, p. 53).

Ao mesclar o discurso de diversidade ao de igualdade, Angela Gilliam (1997) afirma que os conservadores contrários às AA apropriam esses argumentos para enfatizar a retórica da discriminação reversa. Marco Maciel, no mesmo evento, apresentou a linha discursiva da igualdade sob outro ângulo, o da economia:

Creio que este é o grande legado da lição de Nabuco, cuja atualidade - como lembrou recentemente o presidente Fernando Henrique na Universidade de Stanford - assenta-se na visão profética de que a escravidão permanecerá por muito tempo como característica nacional do Brasil, uma vez que a abolição não foi seguida de medidas sociais complementares em benefício dos libertados [...] não tenho dúvida de que, se não tivesse havido discriminação econômica, não teria havido exclusão social. Sem um e sem outro, a

discriminação racial não teria encontrado o campo em que se plantou raízes [...] o fim da discriminação terá de ser cimentado pela igualdade econômica (MACIEL, 1997, p. 20).

Nota-se que, para Maciel (1997), o preconceito racial no Brasil tem sua origem na base econômica, pois em sua concepção a desigualdade racial brasileira atual é resultado da ausência de implementação de políticas sociais aos escravos libertos. Nesse sentido, ele é contra AA para negros porque esse grupo social no próximo século será a maior parcela da população. Nas suas palavras, “O Brasil terá de se convencer, dentre em pouco, que os negros e seus descendentes, deixarão de ser minoria no próximo século, pois já representa maioria em três das cinco regiões brasileiras” (MACIEL, 1997, p. 20).

Os estudos sobre classe social imbricada ao preconceito racial no Brasil remontam aos trabalhos de Donald Pierson (2011[1939]), para quem a desigualdade brasileira era de classe e não de raça. Seguindo esse raciocínio, Thales de Azevedo também argumentava que a desigualdade racial era insignificante quando comparada ao preconceito de classe social (JACCOU et al., 2008).

Em contrapartida, Carlos Hasenbalg deixou explícito no seminário sob análise que “as desigualdades raciais estão imbricadas com as grandes desigualdades sociais e econômicas vigente no Brasil. É esta imbricação que constitui o contexto mais amplo das desigualdades raciais” (HANSENBALG, 1997, p. 63).

Vale lembrar que o discurso de que a desigualdade brasileira não é apenas classista remonta aos estudos de Florestan Fernandes (1920-1995), para quem o preconceito racial conjuga-se ao de classe social, e que aquela discriminação é tão atual “que seria perfeitamente possível e logicamente legítimo estudar o passado através do presente” (FERNANDES, 1965, p. 210). Como esclarece Alexandro Dantas Trindade (2014), as pesquisas de Florestan Fernandes revelaram que um dos principais obstáculos à integração do negro ao mercado capitalista foi também “o preconceito racial, que se traduzia em resistências abertas ou dissimuladas para sua admissão em pé de igualdade com os brancos” (TRINDADE, 2014, p. 33).

Por outro lado, desdobrando o argumento da discriminação reversa pontuada por Angela Gilliam, Fábio Wanderley Reis afirmou que a:

Memória do ódio racial – como experiência dos Estados Unidos nos adverte, apesar de todos os êxitos recentes dos esforços de promoção social da população negra – dificilmente lhe permitirá ser também autenticamente

harmoniosa e fraterna na convivência entre as raças. Na verdade, essa sociedade tenderá para o apartheid” (REIS, 1997, p. 225).

O discurso de discriminação reversa, como pontuado por Angela Gilliam (1997), é uma apropriação dos discursos conservadores dos norte-americanos contrários às AA para negros nos EUA. Tal discurso, segundo Kabengele Munanga (2008), ganhou visibilidade no Brasil a partir dos estudos de Darcy Ribeiro, pois “Darcy parece-me um dos pensadores que acreditavam, comparativamente ao Apartheid e ao sistema Jim Crow, que o racismo brasileiro é o melhor por não ter criado uma linha de cor” (MUNANGA, 2008, p. 98). Tal discurso também foi exaltado por Nina Rodrigues, uma vez que, para esse autor, na região sul do Brasil prevaleceria o elemento branco devido às características do clima, enquanto, no Nordeste, destacar-se-ia a população de cor. E essa separação, na visão de Nina Rodrigues, tendia a um país racialmente dividido entre sul branco e norte mestiço (RODRIGUES, 1957[1894]).

Ressignificando esse discurso, Fábio Wanderley Reis, aponta que a implementação de AA para afro-brasileiros vai ao encontro do discurso da divisão racial, ou seja, da ausência de convivência harmoniosa entre as raças.

Conforme Thomas E. Skidmore, “às vezes, é dito que o Brasil não tem categorias raciais claramente definidas [...] Tal documentação existe no Brasil, mas é frequentemente descrita como inconsciente e não confiável” (SKIDMORE, 1997, p. 134). Isso significa que, para o autor, os afro-brasileiros têm consciência racial, mas “a elite brasileira, especialmente os líderes políticos [...] têm alimentado o mito de que o Brasil escapou do conflito social na questão racial” (SKIDMORE, 1997, p. 134).

O quadro argumentativo da divisão racial foi mencionado por Jessé Souza (1997), sendo que, ao invés de focar nesse argumento detidamente, o autor advogou a favor de três linhas discursivas a fim de evitar o apartheid: a) política redistributiva; b) democracia racial; c) meritocracia. Para ele “se a maioria de pobres é de cor negra, uma política redistributiva nessa área cumpriria um papel mitigador dos efeitos do preconceito sem comprometer o princípio da universalidade dos direitos ou o princípio meritocrático do desempenho” (SOUZA, 1997, P.28). Além disso, ele acrescenta que

O conceito, ou melhor, o mito da democracia racial pode perfeitamente ser visto como bifronte. Sem dúvida, é hipócrita. Supõe uma realidade inexistente de igualdade racial. No entanto, como mito não tem a ver com mentira, mas com antecipações e desejos reais das comunidades humanas, não vemos como o mito da democracia racial brasileira não deva ser considerado como um projeto sócio-político interessante. [...] Não aproveitar

o potencial desses mitos responsáveis pela coesão social é pouco sábio. Negá-los como pura mentira é menos do que sábio, é perigoso (SOUZA, 1997, p. 34).

Desta forma, na visão de Jessé Souza (1997) o discurso de mito da democracia racial não deve ser visto como uma mentira, mas como algo que promove a coesão social. É importante salientar que esse discurso foi cunhado por Florestan Fernandes especificamente para rebater a ideia de Gilberto Freyre de que no Brasil haveria uma harmonia racial. Paralelamente, o vocábulo democracia racial foi cunhado por Roger Bastide, sendo que “em 1944, Freyre utilizou a expressão democracia étnica e social para descrever o Brasil. No mesmo ano, num artigo de jornal em que relatava uma entrevista com Freyre, Roger Bastide grafou pela primeira vez a expressão democracia racial” (SILVA, 2014, p. 253). Nas palavras de Antonio Alfredo Guimarães, o discurso do mito foi exaltado por Florestan Fernandes, uma vez que:

Em 1964, no contexto do rompimento da democracia brasileira justamente em nome da preservação dos valores e ideais democráticos, estava finalmente madura a idéia de que a “democracia racial” mais que um ideal era um mito; um mito racial, para usarmos as palavras de Freyre. O autor dessa expressão foi justamente alguém que já dialogava criticamente com a obra e as idéias de Freyre desde o início de sua formação acadêmica: Florestan Fernandes (GUIMARÃES, 2001, p.10).

Ao apropriar o discurso de que a democracia racial é um mito, mas deve ser considerado um projeto político interessante para o Brasil, Jessé Souza (1997) alia o discurso de políticas redistributivas à meritocracia e à democracia racial. Para ele, políticas redistributivas são a melhor saída para o contexto brasileiro, pois não comprometeria, o princípio da meritocracia, ademais fomentariam a ideologia da democracia racial, a qual promove coesão social. Contrário a essas ideias no que diz respeito ao discurso da democracia racial, Contardo Calligaris acredita que tal linha argumentativa é um discurso que conforta a subjetividade dos indivíduos brancos, pois “no Brasil, pretender que haja uma democracia racial significa contrapor à discriminação contra negros o conforto condescendente dos brancos” (CALIGARIS, 1997, p. 245).

Por outro lado, o discurso meritocrático proposto por Jessé Souza (1997) foi ressignificado por vários estudiosos no seminário em Brasília, dentre outros, por Dora Lúcia de Lima Bertúlio, Thomas Skidmore e Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Aquela autora postula que:

o mérito não significa outra coisa que a competência específica para determinada ação ou posição, de acordo com parâmetros preestabelecidos por algo ou alguém. Ainda que se objetivem esses parâmetros, eles serão sempre objetivados a partir de uma intenção – que será subjetiva (BERTÚLIO, 1997, p. 201).

Semelhante a esse pensamento, Thomas Skidmore defende que “o Brasil é hoje, de muitos modos, uma sociedade não orientada por méritos e suas práticas atuais de contratação e promoção são partes intrínsecas de um sistema social patrimonial diferente dos Estados Unidos” (SKIDMORE, 1997, p. 134). Por outro lado, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, por sua vez acredita que a AA tem a virtude de “evitar que mecanismos meritocráticos acabem por concentrar no topo indivíduos de uma mesma raça, etnia ou sexo” (GUIMARÃES, 1997, p. 238).

Segundo Thomas Skidmore (1997), o mérito, tal como vigora no Brasil, fundamentado nas relações patrimonialistas, deve ser lido à luz dos discursos da justiça social, compensação histórica e do princípio da diversidade, uma vez que:

Ação afirmativa é também uma questão moral. É baseada em uma interpretação da justiça social. As mais óbvias são oportunidade igual e valor da diversidade. Mas as ideias de compensação por injustiças passadas recaem necessariamente sobre uma vontade moral de arriscar um novo conflito a fim de corrigir injustiças passadas. (SKIDMORE, 1997, p. 132).

Os discursos da justiça social, diversidade e compensação, defendidos por Thomas Skidmore (1997), estão imbricados com a noção de moralidade. Isso quer dizer que, por questão de justiça social, a meritocracia deve levar em consideração os valores da diversidade, uma vez que, ao elencar tal valor como importante, é relevante também perceber que os negros são discriminados por terem a pele escura. Logo, deve prevalecer o viés da injustiça social ocorrida no passado contra os descendentes de escravos. A relação dialógica entre esses três argumentos levou Carlos Hasenbalg (1997) a refletir acerca da dificuldade de definir quem tem direito às medidas compensatórias devido à grande variabilidade de termos utilizados pelos afro-brasileiros para se autoidentificar como negros.

pesquisas como a PNAD-1976 e a mais recente da Folha de São Paulo, em 1995, surpreendem pela variedade de termos usados pela população para se identificar-se em matéria de cor ou raça. Esta é uma ambiguidade do sistema racial do Brasil e dos demais países da América Latina que deve ser encarada na hora de estabelecer o conjunto de regras que permita identificar quais são os indivíduos ou grupos que podem beneficiar-se com os programas de ação afirmativa (HASENBALG, 1997, p. 67).

A fala de Carlos Hasenbalg foi relativizada por Antônio Sérgio Guimarães, que argumentou que não é difícil identificar quem é negro no Brasil, pois basta “reintroduzir, em todos os registros do Estado, a identificação da cor. Se ser negro é realmente algo desvantajoso, quem gostaria de ser identificado como negro?” (GUIMARÃES, 1997, p. 241). Esse argumento foi reforçado por Dora Lúcia de Lima Bertúlio, ao afirmar que

Eu não vejo dificuldade nessa caracterização do beneficiário [...] até hoje, não conheço qualquer dificuldade da comunidade branca em identificar um indivíduo negro para privá-lo dos direitos básicos de cidadania. [...] As cores, grau e nível de descendência ou quantidade de sangue negro são falácias que o sistema dominante racial branco nos incute como elemento de desarticulação de lutas e de exigências de direitos. Minha sugestão é que se proponha ao IBGE a unificação da categoria negra para englobar pretos e pardos dos atuais formulários oficiais (BERTÚLIO, 1997, 204).

Percebe-se que o discurso de Dora Lúcia de Lima Bertúlio se assemelha ao do antropólogo Kabengele Munanga (2008), quando este aponta o cerne do problema em identificar quem deve ou não ser considerado negro no Brasil, advertindo que os pardos, especialmente os mais claros e de aparência europeia, ao serem vistos como não negros, são parte de um discurso fomentado pelas elites dominantes a fim de promover a política de dividir pardos escuros e claros para melhor dominar (MUNANGA, 2008).

Para Fábio Wanderley Reis, é difícil admitir o discurso de que pardos sejam negros, pois:

o critério que tem sido adotado e afirmado pelo movimento negro, de acordo com o qual se juntariam sob a rubrica de “negros” também os mestiços ou “pardos”, é dificilmente admissível [...]. Esse critério redundante, na verdade, em claro exemplo de assimilação injustificada das orientações resultantes dos padrões norte-americanos de relações raciais (REIS, 1997, 229).

No trecho acima, Fábio Wanderley Reis (1997) acusa o movimento negro de estar copiando o modelo de AA vigente nos EUA. No entanto, Antônio Sérgio Guimarães (1997) deixa explícito que o fenótipo deve ser o critério para beneficiar os afrodescendentes com cotas raciais. Cumpre lembrar nesse ponto que, para Oracy Nogueira (2006), o preconceito de marca opera por meio do fenótipo, ao contrário do que ocorre com o preconceito de origem:

Quanto à definição de membro do grupo discriminador e do grupo discriminado: onde o preconceito é de marca, serve de critério o fenótipo ou aparência racial; onde é de origem, presume-se que o mestiço, seja qual for sua aparência e qualquer que seja a proporção de ascendência do grupo discriminador ou do grupo discriminado, que se possa invocar, tenha as “potencialidades hereditárias” deste último grupo e, portanto, a ele se filie, “racialmente” (NOGUEIRA, 2006, p. 293).

Desse modo, apropriando a fala de Fábio Wanderley Reis, Roberto Da Matta (1997) defende que o pardo ou mestiço brasileiro não deva ser colocado na categoria negra, pois o mestiço brasileiro, ao contrário do norte-americano, tem reconhecimento cultural e ideológico, apesar de haver preconceito racial.

Assim, embora exista preconceito no Brasil, não existe entre nós um sistema de segregação ou de separação racial implementado e legitimado por leis. Ademais, o sistema, coerentemente, gerou uma ideologia de mistura e ambiguidade – na figura da mulata e do mulato, por exemplo, e nas religiões populares, que se constituem em um elemento integrador de todo o sistema, valorizando mais a confissão humana – sofrimento, culpa, pecado, caridade, amor, etc. – como explicadores da situação social de cada um, mais do que a própria raça, como ocorre nos Estados Unidos (DA MATTA, 1997, p. 73).

De acordo com Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 346), “ao contrário do que sucedeu na América do Norte e em Angola, tais práticas de favorecimento aos mulatos tiveram curso no Brasil desde as primeiras décadas da colonização”, porquanto:

A extensão do escravismo na América tropical aumentava a insegurança dos proprietários e restringia a oferta de mão de obra qualificada exigida pelos desdobramentos setoriais da economia da América portuguesa. Tais embaraços levaram os senhores a conceder melhor tratamento aos mestiços em geral e aos mulatos em particular (ALENCASTRO, 2000, p. 346).

Desse modo, o favorecimento aos mulatos, explícito na retórica de Roberto Da Matta (1997), ocorreu devido à insegurança dos proprietários de engenho devido à grande extensão que o escravismo tomou no Brasil, ao contrário do que sucedeu nos EUA e no continente africano. Ademais, tal favorecimento coadunou com a diminuição de mão de obra qualificada – o que fomentou a contratação de trabalhadores mestiços para desempenhar determinadas funções sociais. Tanto que Luiz Felipe de Alencastro afirma que “das relações de produção predominantes na pecuária deriva uma camada social geralmente livre e mestiça” (ALENCASTRO, 2000 p. 346). Além disso, houve a “utilização militar de mestiços na segurança do território colonial” (ALENCASTRO, 2000, p.346). Consequentemente, calcula-se:

Que os mulatos receberam 45% das cartas de alforria concedidas na Bahia entre 1648 e 1745, embora representassem menos de 10% do total dos escravos da capitania. Da mesma forma, constituindo apenas 6% do total de escravos dos engenhos, os mulatos ocupavam mais de 20% das funções mais qualificadas de supervisão, de artesanato e domésticas no século XVIII, ao passo que os negros estavam confinados ao duro trabalho braçal dos campos (ALENCASTRO, 2000, p. 346).

Tendo como base o favorecimento dos mulatos em detrimento dos pretos, Roberto Da Matta (1997) toma o mulato como o elemento integrador do sistema social. Gilberto Freyre, inclusive, via-o como algo que engendrava a harmonia racial brasileira, pois o mestiço revela “duas metades confraternizantes que se veem mutualmente enriquecendo os valores e experiências diversas” (FREYRE, 2006, p. 418[1933]). Desse modo, nas palavras de Gilberto Freyre o processo de confraternização promovido pelo mulato é uma das grandes “possibilidades de desenvolvimento da cultura mestiça: mas atingido o ponto em que uma metade de sua personalidade não procure suprimir a outra” (FREYRE, 2006, p. 418 [1933]).

É importante notar que, de acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (FGV, 1987), há diferenças entre a integração enfatizada por Roberto Da Matta (1997) e a harmonia exaltada por Gilberto Freyre (2006[1933]). Observa-se que o termo harmonia é consentâneo com a família patriarcal harmônica, ou seja, com ausência de conflito, ao passo que integração explicita cada parte trabalhando isoladamente para formar um conjunto, podendo haver ou não conflito. Assim sendo, observa-se um processo de ressignificação da linha discursiva gilbertofreyriana por Roberto Da Matta, uma vez que a palavra integração não descarta a possibilidade de haver conflito, mas defende que cada pessoa deva ocupar um espaço delimitado na estrutura social. Este autor defende os princípios da hierarquia social, porém é a favor de que a imagem negativa em relação ao negro seja combatida, apresentando algumas possibilidades de ação:

Realizar uma campanha nacional, utilizando, sobretudo a televisão, na qual os brasileiros se vissem confrontados com os seus mecanismos implícitos de exclusão racial. Nesse tipo de campanha, valeria a pena valorizar figuras de negros historicamente importantes, ressaltando o lado étnico e, também, denunciando as mil formas de hipocrisia pelas quais a discriminação se exerce no Brasil. 2. Ressaltar o fato de que a ideia de que temos uma democracia racial é algo respeitável [...] de resgatá-la como um patrimônio que seja capaz de fazer com que o Brasil-nação, honrando com seu comprometimento igualitário, possa resgatar a sua imensa dívida com os negros que tiveram o mais pesado fardo na construção do Brasil-sociedade (MATTÁ, 1997, p. 74).

No trecho acima, Roberto Da Matta defende a linha discursiva de que programas televisivos devem enaltecer a figura do negro a fim de promover o respeito à população não branca, uma vez que o Brasil tem uma dívida histórica com os afrodescendentes. Isso deve ser feito, sem, no entanto, desvalorizar o viés da democracia racial. Não há como negar, dessa forma, que Roberto Da Matta, ao defender a presença de negros na mídia, ressignifica o argumento da compensação histórica presente na retórica de Abdias do Nascimento ao utilizar a expressão dívida histórica em seu discurso. Essa linha discursiva, a da compensação histórica, emergiu na Índia e nos EUA na luta contra as diversas formas de desigualdades (FERES JUNIOR, 2007), e se fez presente na retórica de Abdias do Nascimento, sendo que, “em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, propõe uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação” (MOEHLECKE, 2003, p. 204).

Fábio Wanderley Reis (1997), entretanto, é contrário a tal discurso, porém é a favor de que haja programas televisivos que valorizem a figura do negro. Ao defender essa abordagem, argumenta também a favor da miscigenação, mesmo que os cruzamentos raciais, em sua visão possam, também, ser resultado de uma baixa-estima dos afro-brasileiros. Ele também critica alguns movimentos negros brasileiros contrários à miscigenação, afirmando que as associações negras na “luta em prol das populações negras, não hesitam em qualificar a miscigenação como nada menos que genocídio” (REIS, 1997, p. 229).

Em linha contrária, Alípio de Sousa Filho argumenta que o discurso da miscigenação, exaltado da forma como o foi por Fábio Wanderley Reis, foi “elaborado por nossas elites intelectuais e políticas, desde os primeiros momentos de nossa fundação como sociedade e até hoje” (SOUSA FILHO, 2001, p. 7), lembrando que a visão negativa sobre miscigenação remonta aos estudos das elites intelectuais brasileiras racistas do século XIX, tanto que a “existência de representações depreciativas das mestiçagens e do mestiço que se produziram ao longo da história se conservam ainda” (SOUSA FILHO, 2001, p. 7).

No século XIX, por exemplo, “Louis Agassiz oferece sua ciência racista: que qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil” (SOUSA FILHO, 2001, p. 25). Desse modo, “Agassiz, Gobineau e mesmo figuras como Kant e Hegel, entre outros, esteve mil vezes submetido à questão de saber [...] se

mestiços, seres híbridos, eram criaturas viáveis, capazes” (SOUSA FILHO, 2001, p.30). Assim, se “sabe do desconforto na alma das nossas elites de ter que reconhecer na revelação de Gilberto Freyre: Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...], a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (SOUSA FILHO, 2001, p. 29).

Essa e outras linhas discursivas problematizadas no seminário Multiculturalismo e racismo: o papel das ações afirmativas nos estados democráticos contemporâneos estão elencadas no quadro abaixo.

Quadro 2 – Linhas discursivas veiculadas no Seminário Multiculturalismo e Racismo

Linhas discursivas hegemônicas contrárias às AA para Negros	A diversidade cultural e étnica está dentro de um contexto brasileiro multicultural, o que é motivo de orgulho.
	A desigualdade brasileira é econômica.
	A luta por AA visa promover a divisão racial entre brancos e negros.
	O problema brasileiro é meritocrático. Políticas redistributivas são a melhor solução por contemplar os pobres. Se a maioria dos pobres é negra, então esses serão beneficiados.
	Democracia Racial é um mito, mas promove a harmonia social, de gênero e raça. A Democracia Racial deve ser vista como algo respeitável - por isso deve ser exaltada.
	É difícil definir quem é negro fenotipicamente para que seja beneficiado com AA..
	Os programas televisivos devem exaltar figuras de negros importantes denunciando as mil formas de hipocrisia pelas quais a discriminação se exerce no Brasil.
	Os negros têm baixa-estima, por isso copiam o padrão estético branco.
	Os movimentos negros veem a miscigenação como um genocídio.
Linhas Discursivas Contra-hegemônicas favoráveis às AA para negros	As AA para negros promovem justiça social.
	A desigualdade brasileira é de raça e não de classe social.
	As AA promovem o princípio da diversidade.

	As AA são uma forma de compensação histórica aos negros.
--	--

FONTE: A autora (2015).

Nessa sessão foram mapeadas linhas discursivas sobre identidade mestiça e preta apropriadas no Seminário Multiculturalismo e Racismo. Tal mapeamento coaduna com a ideia de Jonh Pocock (2003) de que não foram novas linguagens as debatidas nesse evento. Ao contrário, as linhas discursivas enfatizadas revelam discursos velhos vestidos de uma roupagem nova, pois são “fontes conhecidas e reconhecidas da comunidade de discurso, linguagens disponíveis com que diz o jargão, que eram utilizadas e, em certa medida, reconhecidas como utilizáveis por mais de um ator dessa comunidade” (POCOCK, 2003, p. 72). Desse modo, as linhas discursivas hegemônicas proferidas no evento analisado revelam, sobretudo, um processo de apropriação e ressignificação da ideia dominante sobre mestiçagem exaltada por Gilberto Freyre (2006 [1933]).

A seguir, serão apresentados aos quadros argumentativos veiculados na Conferência de Durban.

2.3 LINHAS DISCURSIVAS PROFERIDAS NA CONFERÊNCIA DE DURBAN (2001)

Organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Conferência de Durban ocorreu em 2001 na África do Sul após diversos movimentos negros, especialmente da América Latina, inclusive do Brasil, denunciarem práticas de preconceito no âmbito de classe, raça e gênero. Sendo que as linhas discursivas proferidas no seminário “Multiculturalismo e racismo: o papel das ações afirmativas nos estados democráticos” se tornaram “recursos disponíveis para a emissão de atos de fala que não aqueles por meio dos quais foram criadas” (POCOCK, 2003, p. 79), e tendo em vista a difusão dos atos de fala debatidos na ocasião, em sua grande maioria contrários às AA, um dos objetivos de movimentos negros do Brasil foi buscar apoio internacional na luta por cotas raciais.

Nessa conferência, governos de vários países, ONGs e movimentos sociais debateram sobre as diversas formas de desigualdades, tendo como uma de suas

principais pautas discutir a importância da implementação de AA a fim de diminuir as diversas desigualdades, dentre outras, a racial.

Em Durban, as linhas discursivas problematizadas foram as de raça, gênero, diversidade, igualdade material, equidade, justiça social, trabalho sem discriminação, igualdade de oportunidade na educação, representação da diversidade na mídia, e reparação, conforme revela a declaração dos programas de ação adotados no evento:

54. Insta os Estados a: a) [...] Reconhecerem discriminações com base em raça e gênero [...]
99. [...] Incentiva os Estados a desenvolverem e elaborarem planos de ação nacionais para promoverem a diversidade, igualdade, equidade, justiça social, igualdade de oportunidades e participação para todos. Através, dentre outras coisas, de ações e de estratégias afirmativas ou positivas. [...]
104. Insta os Estados a incentivarem as organizações não-governamentais e o setor privado a: (a) Apoiarem a criação de locais de trabalho livres da discriminação [...]
136. Convoca os Estados a assegurarem [...]que a educação e a capacitação, especialmente a capacitação para professores, [...] pela luta contra o racismo [...]
144. Insta os Estados e incentiva o setor privado a promoverem o desenvolvimento através da mídia, [...] que visem a: (a) Combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata; (b) Promover a representação justa, equilibrada e equitativa da diversidade de suas sociedades, bem como assegurar que esta diversidade seja refletida entre sua equipe de pessoal. [...]
165. Insta os Estados a reforçarem a proteção contra o racismo [...] que todas as pessoas tenham acesso aos remédios eficazes e a gozarem do direito de [...] solicitarem reparação ou satisfação justa e adequada, pelos danos ocasionados por tais formas de discriminação. (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO ADOTADOS NA III CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001).

Nesse evento, o discurso de raça vinculou-se ao de discriminação de gênero, uma vez que as mulheres negras foram vistas como as mais afetadas pelo racismo. Já a retórica da diversidade foi exaltada num sentido amplo, ou seja, com o intuito de enaltecer os valores étnicos, sociais e culturais dos povos subjugados. Para isso, o argumento valorizado foi o viés da igualdade de oportunidades, bem como o da equidade e da justiça social.

Este discurso, por sua vez, defendeu que os negros “devem ser tratados com justiça e respeito por sua dignidade e não devem sofrer discriminação de nenhum tipo” (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO ADOTADOS NA III CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA,

2001). O argumento é semelhante ao de Thomas Skidmore (1997), entretanto, com a ressalva de que, ao invés de usar a palavra dignidade, no “Seminário Multiculturalismo e Racismo: o papel das ações afirmativas nos Estados Democráticos” esse autor problematizou o termo moralidade. Em contrapartida, o argumento da não discriminação no ambiente laboral, ou seja, da igualdade material apontou a necessidade de as empresas incentivarem, em seu interior, a comunicação pública e a educação cívica a fim de protegerem os trabalhadores contra o preconceito. Em consonância com esse discurso, houve o viés de que o Estado deve assegurar a capacitação de docentes para que os mesmos saibam lidar com o problema da discriminação.

Por fim, o debate em torno da representação do negro na mídia enfatizou a importância da criação de um código de ética que combata o preconceito racial. Além disso, a ação Durban incentivou os meios de comunicação a representarem de forma equitativa os povos subjugados de acordo com o número de habitantes que compõe a sociedade. Linha discursiva semelhante àquela exaltada por Roberto Da Matta (1997), uma vez que este pontua a importância de os meios de comunicação contratarem atores negros na luta contra o preconceito.

A Conferência de Durban, como mencionado anteriormente, foi um evento de amplitude mundial, e as principais linhas discursivas proferidas nessa esfera pública estão apresentadas abaixo.

Quadro 3 – Linhas discursivas veiculadas na Conferência de Durban¹⁰

Linhas Discursivas Contra-hegemônicas favoráveis as AA para negros	As discriminações imbricam questões de gênero e raça.
	Os Estados devem desenvolver e elaborar planos de ação nacionais para promover a diversidade.
	Os Estados devem desenvolver e elaborar planos de ação nacionais para promover a igualdade.
	Os Estados devem desenvolver e elaborar planos de ação nacionais para promover a equidade.
	Os Estados devem desenvolver e elaborar planos de ação nacionais para promover a justiça social.
	Os Estados devem incentivar as ONGs e o setor privado a apoiarem a criação de locais de trabalho livres da discriminação.
	Os Estados devem assegurar que a educação capacite professores na luta contra o racismo.
	Os Estados devem lutar contra o racismo e promover políticas

¹⁰ Na Conferência de Durban, não houve discursos contrários à implementação de AA. Os EUA se retiraram do evento por não quererem discutir a possibilidade de pagamento de indenização aos povos escravizados da África.

	que permitam solicitar reparação ou satisfação justa e adequada pelos danos ocasionados por tais formas de discriminação.
	Os Estados devem direcionar os meios de comunicação ao combate do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e a intolerância correlata. Ademais, a mídia deve promover a representação justa, equilibrada e equitativa da diversidade da sociedade em que atua, bem como assegurar que esta diversidade seja refletida entre sua equipe de pessoal.

FONTE: A autora (2015).

De acordo com o quadro supra, observa-se que, apesar da Conferência de Durban abordar assuntos tematizados na Marcha Zumbi dos Palmares e no Seminário Multiculturalismo e Racismo, os discursos não enfatizaram a linha discursiva hegemônica da identidade nacional mestiça pontuada por Gilberto Freyre (2006[1933]). Por se tratar de um marco histórico, analisar as linhas discursivas proferidas durante a conferência permite afirmar que “novas circunstâncias geram tensões nas velhas convenções, a linguagem acaba sendo usada de novas maneiras, ocorrem transformações na linguagem em uso, e é possível imaginar esse processo conduzindo à criação e difusão de novas linguagens” (POCOCK, 2003, p. 76). Dito isso, na próxima seção, serão apresentadas linhas discursivas em torno da herança racial brasileira veiculadas por manifestos contrários e favoráveis às AA lançados em 2006 e 2008.

2.4 LINHAS DISCURSIVAS PRESENTES NOS MANIFESTOS CONTRÁRIOS E FAVORÁVEIS ÀS COTAS RACIAIS (2006-2008)

Após a Conferência de Durban houve um intenso agendamento midiático dos discursos sobre AA (FERES JUNIOR; DAFLON, 2009). O que promoveu uma reação de diversos setores da sociedade brasileira. Em 2006, dois manifestos foram lançados, um contrário e outro favorável às políticas de discriminação positiva. São eles, respectivamente: a “Carta Pública ao Congresso Nacional – Todos Têm Direitos Iguais na República Democrática” e “Em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial”. Este último, além de defender AA para negros, reivindicava que o Congresso Nacional aprovasse o Estatuto da Igualdade Racial proposto pelo deputado federal Paulo Paim (PT/RS) em 2000. Tal documento exigia do Estado Brasileiro a implementação de políticas de discriminação positiva para negros nos espaços públicos.

Dois anos mais tarde, em 2008, outros dois manifestos foram elaborados, um criticando e outro exaltando as cotas raciais. O primeiro, intitulado “Cento e Treze Cidadãos Antirracistas Contra as Leis de Cotas”, e o segundo, “120 Anos de Luta Pela Igualdade Racial no Brasil: Manifesto em Defesa da Justiça e da Constitucionalidade das Cotas”. As principais linhas argumentativas presentes nos manifestos contrários e favoráveis serão discutidas a seguir.

O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000), que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional (MANIFESTO CONTRÁRIO ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS, 2006).

Nesse trecho tem-se o argumento da igualdade formal, ou seja, a alegação de que todos são iguais perante a lei e, por isso, não há necessidade de implementação de cotas raciais. Já os grupos favoráveis defenderam o viés da igualdade material, afirmando que o Estatuto da Igualdade Racial “assegura um mínimo de igualdade racial no mercado de trabalho e no usufruto dos serviços públicos de saúde e moradia, entre outros” (MANIFESTO FAVORÁVEL ÀS COTAS RACIAIS, 2006).

O argumento do conflito racial também sofreu ressignificações, como se vê no excerto abaixo:

A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos "raciais" estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância (MANIFESTO CONTRÁRIO ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS, 2006).

O viés da divisão racial proferido pelos manifestos contrários às AA, uma ressignificação do conceito de apartheid problematizado por Thomas Skidmore, Jessé Souza e Fábio Wanderley Reis, parte da premissa de que a adoção de cotas raciais fomenta a retórica da raça. E isso na visão dos manifestos contrários teria o poder de engendrar guerra civil entre brancos e não brancos no Brasil. Argumento rebatido pelos grupos pró-cotas, para quem o discurso de divisão racial seria um “panorama alarmista, os casos de racismo que têm surgido após a implementação das cotas têm sido enfrentados e resolvidos no interior das comunidades acadêmicas, em geral com

transparência e eficácia maiores do que havia antes das cotas” (Manifesto favorável às cotas raciais, 2006). Outro argumento utilizado foi o seguinte:

Almeja-se um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor, seu sexo, sua vida íntima e sua religião; onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos; que se valorize a diversidade como um processo vivaz e integrante do caminho de toda a humanidade para um futuro onde a palavra felicidade não seja um sonho. (MANIFESTO CONTRÁRIO ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS, 2006).

O discurso da diversidade foi enfatizado pelos grupos contrários as AA. É importante enfatizar que esse mesmo discurso foi exaltado na Marcha Zumbi dos Palmares, bem como no Seminário Multiculturalismo e racismo, especialmente por FHC. Na visão dos manifestos contrários as AA existem diversos tipos de preconceito, dentre os quais o religioso, o de gênero e o de raça. Portanto, sob essa ótica, não se deve privilegiar AA para nenhum grupo social, muito menos baseado na raça. Discurso semelhante ao de FHC, porém distinto, já que o ex-presidente não afirma que nenhum grupo social não deva ser beneficiado pelas AA.

Por outro lado, os defensores do Estatuto da Igualdade Racial afirmam que não se deve abrir mão do viés da diversidade na luta em prol dos benefícios para os negros, pois a alegada democracia racial dita pelos contrários às AA como existente no Brasil na verdade nunca existiu, o que houve foi a criação de um mito nunca visto na prática. Nas palavras do Manifesto Favorável de 2008: “ideologia do mito de uma ‘democracia racial, de fato, nunca tivemos’ no Brasil” (MANIFESTO FAVORÁVEL ÀS COTAS RACIAIS, 2008). Assim, para eles é preciso romper “com o mito da democracia racial, assegurando o direito à diferença, ao reconhecer e valorizar as especificidades étnico-raciais, sociais, religiosas e culturais dos povos que compõem o Brasil” (MANIFESTO FAVORÁVEL ÀS COTAS RACIAIS, 2008).

Observa-se que os manifestos contrários defendem o viés da diversidade, enquanto os manifestos favoráveis, além do da diversidade, acrescenta o da diferença. A linha discursiva da diversidade e diferença está imbricada ao argumento do mito da democracia. Tal entrelaçamento tem o intuito de romper com a retórica da democracia racial exaltada por Gilberto Freyre (2006[1933]), Roberto da Matta (1997) e Jessé Souza (1997).

Outro discurso valorizado pelos manifestos pró-cotas foi o quadro discursivo da justiça social, pois, para eles, “a Lei de Cotas visa nivelar o acesso às vagas de

ingresso nas universidades públicas entre brancos e negros, o Estatuto da Igualdade Racial complementa esse movimento por justiça” (MANIFESTO FAVORÁVEL ÀS COTAS RACIAIS, 2006). Dessa maneira, a linha discursiva fundamentada na justiça social apontou que uma das formas de se promover justiça seria via a implementação de cotas raciais, e alega que “dados oficiais recentes do IBGE e do IPEA expressam, sem nenhuma dúvida, a nossa dívida histórica com os negros” (MANIFESTO FAVORÁVEL ÀS COTAS RACIAIS, 2006).

Também defendido por Roberto Da Matta (1997), o discurso da dívida histórica enfatizado pelos manifestos favoráveis às AA apareceu no seminário Multiculturalismo e Racismo e na Conferência de Durban com roupagens diversas, respectivamente, compensação e reparação. A primeira expressão, na retórica de Thomas Skdimore, alia-se ao viés da moralidade e justiça social, ao passo que a palavra reparação tem sentido eminentemente pecuniário.

Novos argumentos foram enfatizados pelos manifestos veiculados em 2008: a) rendimento acadêmico (IRA) dos cotistas; b) miscigenação; c) raças não existem; d) o problema no Brasil é a pobreza; e) melhoria das escolas públicas. O primeiro discurso enfatiza que o [...] “rendimento acadêmico dos cotistas é, em geral, igual ou superior ao rendimento dos alunos que entraram pelo sistema universal” (MANIFESTO FAVORÁVEL ÀS COTAS RACIAIS, 2006).

O segundo argumento, qual seja, da miscigenação aponta que:

Uma investigação já célebre sobre a ancestralidade de brasileiros classificados censitariamente como “brancos”, conduzida por Sérgio Pena e sua equipe da Universidade Federal de Minas Gerais, comprovou cientificamente a extensão de nossas miscigenações. “Em resumo, estes estudos filogeográficos com brasileiros brancos revelaram que a imensa maioria das patrilinhagens é europeia, enquanto a maioria das matrinhagens (mais de 60%) é ameríndia ou africana” (PENA, S. “Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?”, Estudos Avançados 18 (50), 2004). Especificamente, a análise do DNA mitocondrial, que serve como marcador de ancestralidades maternas, mostrou que 33% das linhagens eram de origem ameríndia, 28% de origem africana e 39% de origem europeia (MANIFESTO CONTRÁRIO AS AÇÕES AFIRMATIVAS, 2008).

O discurso da miscigenação exposto pelo estudioso Sergio Pena se assemelha à retórica de Gilberto Freyre (2006[1933]) e expressa que o Brasil é composto pelas contribuições culturais de diversos povos. Sergio Pena, entretanto, ressignifica tal

discurso ao inserir a contribuição genética de cada povo na formação miscigenada do Brasil.

De outro lado, o manifesto contrário às cotas raciais metamorfoseia tal discurso ao afirmar que “raças humanas não existem. A genética comprovou que as diferenças icônicas das chamadas raças humanas são características físicas superficiais” (MANIFESTO CONTRÁRIO ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS, 2008).

A quarta linha argumentativa ressalta que “são diferenças de renda, com tudo que vem associado a elas, e não de cor, que limitam o acesso ao ensino superior” (MANIFESTO CONTRÁRIOS ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS, 2008). Nesse sentido, o investimento nas escolas públicas brasileiras solucionaria o problema da ausência de negros nas universidades, uma vez que “o direcionamento prioritário de novos recursos para esses espaços de pobreza beneficiaria jovens de baixa renda de todos os tons de pele” (MANIFESTO CONTRÁRIOS ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS, 2008).

Os grupos pró-cotas, por sua vez, no manifesto de 2008, reiteraram os argumentos apresentados no manifesto de 2006, acrescentando a eles a constitucionalidade das AA com corte racial, afirmando que a Constituição de 1988 prevê a implementação de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, de forma que sua implementação não seria inconstitucional. Esse e os outros discursos enfatizados pelos manifestos contrários e favoráveis as AA para negros estão elencados resumidamente no quadro a seguir.

Quadro 4 – Linhas discursivas proferidas pelos manifestos contrários e favoráveis às AA para Negros

Linhas discursivas hegemônicas contrárias às AA para Negros	As AA para negros são inconstitucionais.
	Miscigenação: a genética mostra a contribuição genética das raças negra, indígena e africana no genótipo dos brasileiros.
	Raças não existem (geneticamente as diferenças externas são superficiais).
	No Brasil deve prevalecer a igualdade formal.
	O problema do Brasil é a pobreza, e não a questão racial.
	Deve-se investir na educação básica e não em AA para ingresso no ensino superior.
	As AA promoverão conflitos raciais.
	A diversidade deve ser valorizada, para tanto, ninguém deve sofrer preconceito pela sua cor, seu sexo, sua vida íntima e sua religião.
Linhas Discursivas Contra-hegemônicas favoráveis às AA para negros	A dignidade é valor moral do Estado Moderno.
	As cotas raciais são constitucionais.
	As AA promovem justiça social.
	No Brasil deve prevalecer a igualdade material.

	O Brasil tem uma dívida histórica com os negros.
	O índice de rendimento acadêmico dos cotistas é, em geral, igual ou superior ao rendimento dos alunos que entraram pelo sistema universal.
	O Brasil deve promover a valorização da diferença racial.
	O Brasil deve promover a cidadania.
	A democracia racial é um mito.
	Divisão racial é um discurso alarmista.
	O Brasil tem uma dívida histórica com os negros.

FONTE: A Autora (2015).

Apresentadas as linhas discursivas sobre identidade preta e mestiça veiculadas por manifestos contrários e favoráveis às AA, foi possível perceber que o manifesto contrário apropriou e ressignificou a linha discursiva da mestiçagem elaborada por Gilberto Freyre (2006[1933]) e problematizada, sobretudo, no seminário Multiculturalismo e racismo (ALMEIDA, 2015), enquanto que os grupos favoráveis às AA tiveram que discutir o tema racial “respondendo a um adversário [...] aceitando sua linguagem e seus pressupostos, mesmo que seja como um prelúdio para debater e negar sua aceitabilidade” (POCOCK, 2003, p. 79).

Percebe-se, assim, que os grupos pró-cotas procuraram rebater as convenções da linguagem hegemônica em torno da linha discursiva sobre mestiçagem. O que fica explícito especialmente na AP promovida pelo STF sobre AA, e que será problematizada a seguir.

2.5 QUADRO DISCURSIVO VEICULADO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (2010-2012)

A AP do STF sobre AA foi realizada em março de 2010 na cidade de Brasília-DF, a fim de subsidiar os ministros no julgamento da ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) nº 186, a qual foi impetrada Partido Democratas (DEM), que pediu a declaração de inconstitucionalidade das cotas raciais após dois irmãos gêmeos idênticos, auto-identificados como pardos, terem prestado o vestibular para a Universidade de Brasília (UNB), tendo sido um deles aprovado e outro reprovado pela banca de verificação de afrodescendentes (ALMEIDA, 2015). No evento sob análise, no qual discursaram quarenta e nove convidados com conhecimento em ações afirmativas

ou questão racial, houve a veiculação de diversas linhas discursivas, as quais serão apresentadas a seguir.

O discurso de raça foi objeto de disputa entre grupos hegemônicos e contra-hegemônicos. Os estudos de Sérgio Danilo Pena, anteriormente citados nos manifestos contrários às AA, foram exaltados na AP pelo próprio autor, que afirmou que “do ponto de vista científico, raças humanas não existem” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS, SERGIO PENA). Esse discurso, porém, foi atualizado por Kabengele Munanga, sob o argumento de que “se a raça não existe biologicamente, histórica e socialmente ela é dada, pois no passado e no presente ela produz e produziu vítimas” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – KABENGELE MUNANGA). Denota-se do trecho acima que, enquanto Sergio Pena afirma que raças não existem do ponto de vista genético, Kabengele Munanga contrargumenta, afirmando que raças existem socialmente.

Para Marco Antônio Cardoso, o discurso científico pode ser uma das bases para fomentar o racismo, isso pois, para o autor, “o ser humano não é dividido em raças, não havendo o critério preciso para identificar alguém como negro ou branco. Essa alegação constitui a estrutura do discurso racista” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – MARCO ANTÔNIO). José Carlos Miranda procurou complementar essa ideia, ao afirmar que “os argumentos com base em raças sempre foram usados pelos reacionários e pelos conservadores: de Loius Farracan a Idi Amim Dada; de Mussolini a Botha; de Hitler a Radovan Karadzic. Todos levaram seus povos à tragédia” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – JOSÉ CARLOS MIRANDA).

Na AP, o argumento de raça foi vinculado ao discurso do fenótipo por Carlos Alberto da Costa Dias, para quem “a raça, o fenótipo racial não pode ser, na minha forma de pensar, um fator que diferencie a pessoa à concessão de direitos” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CARLOS ALBERTO DA COSTA DIAS). Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves acrescenta ainda que o fenótipo do pardo comprova “que pardo não é negro. Diversos casos têm sido noticiados envolvendo duas pessoas com parentesco sanguíneo, inclusive de gêmeos idênticos, em que uma é aceita como negra e outra não” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – HELDERLI FIDELIZ). Complementando essa fala, Roberta Fragoso aponta que a maior dificuldade para se implementar cotas raciais seria a dificuldade de definir quem é negro no Brasil, o que seria “um problema relacionado aos pardos especificamente”. (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – ROBERTA FRAGOSO).

A fala de Fragoso foi suplementada com a retórica sobre mestiçagem exaltada por Demóstenes Torres que, objetivando refutar a ideia de que a miscigenação brasileira teria origem em estupros das mulheres negras, afirma que tal argumentação “é algo absolutamente forçado. Gilberto Freyre, que hoje é completamente renegado, mostra que isso se deu de uma forma muito mais consensual” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – DEMÓSTENES TORRES). Como explicita o trecho acima, o discurso sobre mestiçagem proferido é uma ressignificação dos estudos de Gilberto Freyre a respeito da nação mestiça. No entanto, como aponta Kabengele Munanga (2008), tal discurso foi criticado por Abdias do Nascimento no passado, quando esse lançou mão “de dados estatísticos resultantes de pesquisa realizada por Octavio Ianni para reforçar a ideia de que, originalmente, o mulato foi produto de estupro da mulher africana pelo português” (MUNANGA, 2008, p. 87). Tanto que Abdias do Nascimento “evoca o ditado popular: branca para casar, negra para trabalhar, mulata para fornicar” (MUNAGA, 2008, p. 86). Assim, em consonância com Demóstenes Torres, e não com a retórica de Abdias do Nascimento, Helderli Fideliz defende que “a própria mestiçagem, que, em regra, ocorreu e ocorre no Brasil de forma harmoniosa, também passou a ser apresentada de forma equivocada e negativa” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – HELDERLI FIDELIZ).

O discurso da mestiçagem biológica foi também ressignificado por Deborah Macedo Duprat. Para ela, “a miscigenação [...] é uma engenharia social para as colônias, tão curiosa que o casamento inter-racial dessas leis é possível para o homem, mas não é possível para a mulher branca. Então, é uma estratégia [...] de gerar força, mais escravos para aquele mercado” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS - DEBORAH DUPRAT). Essa fala foi reforçada por José Vicente, para quem a “miscigenação de fora desse país é uma miscigenação que não se apresenta por dentro desse país, cursei Direito, Administração e Filosofia na Universidade de São Paulo e não tive um único amigo negro em sala de aula” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – JOSÉ VICENTE).

A fala em torno da miscigenação proferida pelos grupos pró-cotas raciais levou Herderli Fideliz a afirmar que há preconceito no Brasil, mas que:

O racismo teve também grandes opositores. Intelectuais como Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre defenderam que a miscigenação não era um problema para o Brasil, mas uma vantagem que, entre outras, formava a identidade nacional e protegia a Nação dos conflitos raciais e étnicos (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – HELDERLI FIDELIZ).

O discurso da divisão racial mencionado por Helderli Fideliz no trecho supra foi ressignificado por outros atores sociais. João Feres Junior, por exemplo, atualizou esse argumento também proferido nos manifestos favoráveis às cotas raciais ao reforçar que “não é claro que a ação afirmativa promova a racialização das relações sociais em nosso país. Desde sua implementação, não há sinais de que isso esteja ocorrendo” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – JOÃO FERES JUNIOR). De lado oposto, Roberta Fragoso exaltou que:

A divisão artificial e legal das etnias e da divisão de direitos com base em critérios ínfimos como: formato do rosto, formato de nariz e grau de espessura do cabelo. Esses são os critérios para você fazer a divisão entre os grupos. As consequências, sessenta anos depois, foram a guerra civil em Ruanda. (NOTA TAQUIGRÁFICA – ROBERTA FRAGOSO)

No viés de Roberta Fragoso, as cotas raciais, ao selecionarem quem pode ser beneficiado por meio do fenótipo, poderiam engendrar a divisão racial no Brasil, tal como ocorreu no continente africano. Por esse motivo, ela defendeu a concretização do ideário do mito da democracia racial em uma verdadeira democracia racial, uma vez que “sabemos que o mito é obviamente um mito porque ele não é implementado na sua totalidade. No entanto, o mito pode ser analisado como uma mentira, ou ele pode ser analisado como um ideal a ser perseguido” (NOTA TAQUIGRÁFICA – ROBERTA FRAGOSO). Discurso semelhante aos de Jessé Souza e de Roberto Da Matta, tematizados no Seminário Multiculturalismo e Racismo.

De acordo com a professora de Educação da USP Sueli Carneiro, “sonhar [...] com a democracia racial brasileira é aqui a expressão da nostalgia de uma estrutura social que assegura, a tal ponto, o conforto de uma posição branca dominante” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – SUELI CARNEIRO). Seu discurso denota uma atualização da linha discursiva exaltada pelo francês Contardo Calligaris (1997) e foi seguido dos argumentos de reparação, diversidade e justiça social.

Esses argumentos foram tematizados de forma imbricada por João Feres Junior que afirmou que as AA em outros países se basearam em “três justificações básicas: reparação, justiça social e/ou diversidade. No Brasil não é diferente, ainda que aqui o argumento da diversidade não seja tão popular como os outros dois” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – JOÃO FERES JR). No que tange ao discurso da reparação, ele acredita que “medidas reparatórias devem ser tomadas para dirimir essa injustiça. Ou seja, esse argumento requer uma interpretação do passado histórico de nosso país”

(NOTAS TAQUIGRÁFICAS – JOÃO FERES JR). Complementarmente a tal fala, Marco Antonio Cardoso afirma que “é necessário que o Estado, de fato, tenha uma política com orçatura [...] para pagar a tremenda dívida histórica” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – MARCO ANTONIO CARDOSO).

Em relação ao discurso da diversidade, João Feres Junior não acrescentou muito, após afirmar que tal tema foi muito bem problematizado por Leonardo Avritzer, ao apontar que “a diversidade racial étnica e de outros tipos é essencial para a geração de uma educação de alta qualidade, nas áreas da ciência e da engenharia”. Esse argumento complementado por Deborah Duprat, que preferiu falar do termo diferença ao invés da diversidade. Para ela, no âmbito jurídico, o direito visto pela “perspectiva da igualdade formal é um direito, em princípio, indiferente às diferenças, porque essa igualdade é de todos perante a lei, e é um direito que trabalha com a lógica kantiana, muito inspirada nas leis da ciência natural” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – DEBORAH DUPRAT).

Ademais, o discurso da justiça social, por sua vez, foi tematizado por Fábio Konder Comparato, por meio da problematização dos argumentos da constitucionalidade versus inconstitucionalidade. Nas palavras dele “O Supremo Tribunal Federal decide sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de políticas públicas e, a meu ver, o descumprimento do artigo 3º.¹¹ da Constituição representa a desfiguração, por completo, do perfil de justiça social que a Constituição procurou imprimir” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – FABIO KONDER COMPARATO).

Outro argumento discutido na AP foi o de desigualdade social, que englobou o discurso da economia e de classe social. Segundo Demóstenes Torres, o problema do Brasil é econômico, pois “o branco pobre também não tem uma escola boa, também recebe um salário inadequado, também não frequenta lugares em que lhe possa acender as luzes de um enriquecimento cultural ou educacional” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – DEMÓSTENES TORRES). Já, para José Carlos Miranda, o problema de desigualdade

¹¹ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

é de classe social, segundo ele, um dos principais fatores para a produção e manutenção de tal desequilíbrio seriam “a burguesia e seu sistema de exploração. Os beneficiários dessa superexploração foram as elites que estão na Europa e suas sócias menores nas Américas e na África” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – JOSÉ CARLOS MIRANDA).

João Feres Junior também problematizou o argumento de classe social, ao apontar que

O argumento de que a desigualdade no Brasil é de classe e não de raça parece à primeira vista muito convincente, mas não é verdadeiro. Ele é falsificado por estudos de mobilidade social, que mostram o quê? 1. Para o mesmo nível de renda, ou seja, mesma origem social, brancos têm probabilidade de ascensão bem maior que pretos e pardos. (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – JOÃO FERES JUNIOR)

Como se depreende do trecho acima, para o autor a desigualdade vista apenas pelo ângulo social mascara o preconceito racial. Nesse ponto, é interessante lembrar Anthony Giddens (2005), para quem “a estratificação social pode ser definida como as desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas” (GIDDENS, 2005, p. 234). Com uma linha de raciocínio semelhante à de João Feres Jr, Marco Antonio Cardoso apontou que o viés de que “os problemas da realidade social brasileira restringem-se à dicotomia entre ricos e pobres, enfim, é uma repetição enfadonha da cantilena gilbertofreyriana e dos seus seguidores” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS-MARCO ANTONIO CARDOSO).

Ainda nesse evento, o discurso de meritocracia também foi problematizado. Conforme a antropóloga Eunice Duhan, “alunos que ingressam no ensino superior com sérias deficiências em sua formação [...] necessitariam de um programa paralelo que lhes permitisse superar essas deficiências de sua formação. Esta não é uma tarefa das universidades” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – EUNICE DUHAN, texto lido por Roberta Frangoso). Oscar Vilhena apresentou o argumento de que o mérito estaria ligado ao investimento que os pais fizeram nos filhos. Segundo ele, “os filhos também têm mérito porque estudaram e aproveitaram as oportunidades que os pais deram, mas é um investimento” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS - OSCAR VILHENA). Esse discurso meritocrático fora também abordado por Jessé Souza no Seminário Multiculturalismo e Racismo.

A questão referente aos índices de rendimento acadêmico – IRA – alcançados pelos alunos do ensino superior também foi tematizada na ocasião. Maria Paula Dallari

informa que os alunos cotistas têm desempenho inferior aos não cotistas somente quando do ingresso nas universidades, entretanto “no fim do curso os alunos têm desempenho praticamente uniforme” (NOTAS TAQUIGRÁFICAS – MARIA PAULA DALLARI BUCCI). Essa linha argumentativa também se fez presente nos manifestos favoráveis às AA lançados em 2006 e 2008.

Os quadros discursivos expostos na AP foram apropriados e ressignificados pelos ministros do STF, cujos discursos foram analisados a partir do texto do inteiro teor do acórdão da ADPF 186, o qual foi publicado no ano de 2012 (ALMEIDA, 2015).

O discurso de classe social, proferido pelo ministro relator, Ricardo Lewandowski, apontou que a “discriminação racial ou étnica ocorre em conjunção com a discriminação de classe, mas não pode ser reduzida a esta e deve ser objeto de medidas específicas” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI).

No que tange à linha discursiva da democracia racial, Carmen Lúcia Antunes Rocha indica a inexistência de democracia racial no Brasil, pois afirma que “um sinal de inferioridade, pela desigualdade de oportunidades comuns, não pode ser desconhecido pela sociedade como se nada tivesse acontecido, como se nós tivéssemos uma democracia racial” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRA CARMEN LUCIA).

Por outro lado, o discurso de divisão racial, veiculado pelos grupos contrários às cotas raciais na AP foi reapropriado por Gilmar Mendes, que informou a necessidade de “questionar se o Estado brasileiro não estaria passando por um processo de abandono da ideia, muito difundida, de um país miscigenado e, aos poucos, adotando uma nova concepção de nação bicolor” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRO GILMAR MENDES). Vale lembrar que o termo nação bicolor foi cunhado por Ali Kamel (2008) para dizer que o movimento negro busca desconstruir o discurso da miscigenação brasileira, a fim de promover a luta entre brancos e negros.

O argumento da meritocracia, por sua vez, na visão do Ministro Relator demonstra que “a meritocracia sem ‘igualdade de pontos de partida’ é apenas uma forma velada de aristocracia” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI).

Os discursos da diversidade, reparação e justiça social apareceram da seguinte forma:

Notamos que a diversidade que vivenciamos em nosso ambiente universitário, e que reflete de fato o Brasil, possibilita um enriquecimento de nossa formação acadêmica. [...] Alguns desses sujeitos exigem uma resposta específica e diferenciada, um “direito à diferença”, a fim de assegurar-lhes um tratamento especial. [...] A diversidade do corpo discente constitui, ainda, elemento desejável de um fecundo ambiente universitário. [...] Experiência demonstrou que o livre acesso à Universidade – a igualdade “na lei” – foi incapaz de promover a devida implementação do princípio da diversidade (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRO LUIZ FUX).

O termo diversidade foi também pontuado por Rosa Weber, que afirmou ser a Constituição de 1988 “uma verdadeira celebração, em suas normas e princípios informadores, da diversidade e da pluralidade constitutivas de nosso país, em detrimento de uma inexistente homogeneidade” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRA ROSA WEBER).

Ao versar sobre a reparação pleiteada por movimentos negros na AP em decorrência de uma dívida histórica do Brasil para com os negros, Luiz Fux a apresenta no mesmo sentido de justiça compensatória, informando que “são conhecidas as objeções ao critério de justiça compensatória” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRO LUIZ FUX). Em acréscimo, Rosa Weber exalta que a “reparação ou compensação constitui política de ação afirmativa que se inscreve nos quadros da sociedade fraterna que se lê desde o preâmbulo da Constituição de 1988” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRA ROSA WEBER). Cezar Peluso complementa informando da impossibilidade de reparar monetariamente os afrodescendentes. Para ele, as AA independem de cunho compensatório, reparatório ou indenizatório por impossibilidade jurídica. Segundo ele, “Tal política está, portanto, voltada só para o futuro, [...] mas a atuar sobre a realidade de uma injustiça objetiva do presente” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO- MINISTRO CEZAR PELUSO).

Denota-se que o Ministro Cezar Peluso desconstrói a ideia de dívida histórica no sentido pecuniário proferida por militantes negros, ao afirmar a impossibilidade de o Estado atender tal demanda. Além disso, acrescenta a visão de que AA objetiva somente modificar a sorte dos afro-brasileiros no presente e no futuro.

A linha argumentativa da justiça social foi exaltada por Ricardo Lewandowski, para quem “o discurso sobre justiça social, uma vez centrado na distribuição, está agora cada vez mais dividido entre reivindicações por redistribuição, de um lado, e reivindicações por reconhecimento do outro (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI). Observa-se que a redistribuição à qual o Ministro se refere parece ser demanda por igualdade material e diversidade. Tanto que

ele afirma que a AA não focará apenas os negros, e sim “a inclusão social de grupos excluídos ou marginalizados, especialmente daqueles que, historicamente, foram compelidos a viver na periferia da sociedade” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI).

No que tange a linha discursiva sobre o conceito de raça Rosa Weber explicita que “raça [...] é uma construção social responsável pela invisibilidade de parcela importante da população brasileira” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRA ROSA WEBER). Em sentido contraposto, Gilmar Mendes informa que “a concepção a respeito da existência de raças assentava-se em reflexões pseudo-científicas” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRO GILMAR MENDES). Nesse sentido, observa-se que enquanto Rosa Weber apropria o discurso de raça proferido por Kabengele Munanga, Gilmar Mendes corrobora e ressignifica a retórica de que raças não existem, tal como veiculado por Sérgio Pena.

Por fim, Gilmar Mendes, apropriando o discurso do fenótipo, apontou que “temos enorme dificuldade na classificação [...] nós já vimos que ele está longe de ser infalível, como se demonstrou da tribuna, aquela situação de gêmeos univitelinos em que um foi reconhecido como negro e o outro não” (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRO GILMAR MENDES). Nessa fala, observa-se que o Ministro apropria o discurso do fenótipo enfatizado por Helderli Fideliz e Roberta Fragoso na AP.

Exceto Gilmar Mendes, todos os outros membros da Corte concordaram com o discurso de Ricardo Lewandowski acerca do fenótipo:

Tendo em vista o grau mediano de mestiçagem (por fenótipo) e as incertezas por ela geradas – (...), alguns mecanismos adicionais podem ser utilizados como: (1) a elaboração de formulários com múltiplas questões sobre a raça (para se averiguar a coerência da autoclassificação); (2) o requerimento de declarações assinadas; (3) o uso de entrevistas (...); (4) a exigência de fotos; e (5) a formação de comitês posteriores à autoidentificação pelo candidato [...] Tanto a autoidentificação, quanto a heteroidentificação, ou ambos os sistemas de seleção combinados, desde que observem, o tanto quanto possível, os critérios acima explicitados (INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO – MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI).

O Ministro Relator da ADPF 186 aponta a dificuldade em se aferir quem é negro no Brasil devido ao intenso processo de miscigenação. Nesse sentido, para aferir o grau mediano do fenótipo do indivíduo ele sugere os cinco mecanismos descritos supra que, a seu ver, podem ser aplicados quando se busca diagnosticar se uma pessoa deve ou não ser considerada negra.

As linhas discursivas proferidas na AP e ressignificadas pelos ministros do STF estão expostas no quadro a seguir:

Quadro 5 – Linhas discursivas proferidas na AP e acórdão da ADPF 186

Linhas discursivas hegemônicas contrárias às AA para Negros	As AA para negros são inconstitucionais.
	Raças do ponto de vista genético não existem.
	Fenótipo não deve ser critério para beneficiar cotista racial.
	Dificuldade de definição de quem é negro no Brasil – problema de classificar quem é pardo.
	AA vai promover divisão racial semelhante ao ocorrido em Ruanda. A AA incentiva a Nação-Bicolor.
	O problema brasileiro é econômico.
	O problema brasileiro é de classe social.
	Democracia racial é um mito porque ele não é implementado na sua totalidade. No entanto, o mito pode ser analisado como uma mentira, ou ele pode ser analisado como um ideal a ser perseguido.
Linhas Discursivas Contra- hegemônicas favoráveis às AA para negros	Raças existem histórica e socialmente.
	A ideologia da democracia racial traz conforto apenas para a raça branca.
	As AA em outros países se justificaram pelo discurso da reparação, justiça social e diversidade. No Brasil não é diferente, apesar do discurso de diversidade não ser tão popular.
	O Estado deve pagar a dívida histórica que tem com os negros.
	A diversidade racial étnica e de outros tipos é essencial para a geração de uma educação de alta qualidade.
	As AA são constitucionais do ponto de vista jurídico.
	Para beneficiar os afro-brasileiros por meio do fenótipo é importante usar critérios que afirmam se a pessoa é negra, podendo ser tanto a autoidentificação quanto a heteroidentificação, ou ambos os sistemas de seleção combinados.
	O argumento de que a desigualdade no Brasil é de classe e não de raça não é verdadeiro, os estudos de mobilidade social mostram que para a mesma origem social, brancos têm probabilidade de ascensão maior que pretos e pardos
	Meritocracia, sem igualdade de ponto de partida é uma forma velada de aristocracia.
	Miscigenação é uma engenharia para produzir mais mão de obra, essa prática é permitida para o homem branco, mas não para a mulher branca.

FONTE: A autora (2015).

O quadro acima apresenta as diversas linhas discursivas sobre nossa herança racial proferidas na AP promovida pelo STF para subsidiar a Corte no julgamento da APDF 186, bem como no respectivo acórdão. Como se pôde observar, os grupos contrários às AA para negros ressignificaram a visão hegemônica sobre identidade nacional mestiça exaltada por Gilberto Freyre (ALMEIDA, 2015). Por outro lado, grupos favoráveis às AA, apropriaram e ressignificaram a linha discursiva de mito da democracia racial problematizada por Florestan Fernandes e pelo MNU.

Desse modo, percebe-se que há um processo de apropriação, reprodução e ressignificação de linhas argumentativas de nossa herança histórica racial. A proposta desta pesquisa é desvendar se isso também ocorreu, e de que maneira, na esfera midiática. Para tanto, faz-se necessário o arcabouço teórico das “midiaculturas”, que será apresentado a seguir.

3. MIDIA CULTURAS: UM NOVO OLHAR TEÓRICO SOBRE A QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA

A ferramenta teórica das mídiaculturas abarca, dentre outros conceitos, o construtivismo, a interação social, a esfera pública polifônica, a hegemonia, o poder, resistência, a identidade, a diferença, a representação, a performatividade e citação. Esses vocábulos são fundamentais para se investigar se houve ou não um processo de apropriação e ressignificação de linhas discursivas.

A perspectiva da mídiaculturas, que agrega pensadores como os franceses Eric Macé, Eric Maigret e Hervé Glevarec, foi influenciada diretamente pela sociologia construtivista, pela noção de esfera pública polifônica e por estudos culturais ingleses, e propõe uma observação dos conflitos e tensões presentes nas diversas esferas públicas, uma vez que tais conflitos definem as representações coletivas (MACÉ, 2006). Assim, observa-se que tal corrente teórica parte do pressuposto de que a realidade é construída socialmente pelos atores sociais em suas práticas cotidianas (BERGER; LUCKMANN, 2005).

Para se pensar essa prática cotidiana, faz-se necessário recorrer ao conceito básico de interação social, pois as sociedades são o resultado das interações entre indivíduos e grupos sociais. Portanto, a sociologia deve estar atenta às interações, e não somente às ações isoladas dos indivíduos. Assim, características formais, como o número de indivíduos envolvido nos debates e a posição relativa de cada um deles, são relevantes, já que a interação revela aspectos de associação e dissociação entre as pessoas.

Como a interação social visa à manutenção das relações sociais, nela destacam-se mais conteúdos que engendram outras relações, como sentimentos e impulsos, para além das estratégias políticas e econômicas. Para Eric Maigret (2010), a sociedade é uma complexa rede de interações sociais. Desse modo, o conceito de interação dialoga com o construtivismo, pois o indivíduo, ao construir significados, o faz a partir de formas de interação, o que abrange associação, dissociação, conflito, competição, hierarquias, cooperações e seus impactos sobre as interações sociais. Tem-se que a interação face a face é considerada a relação social mais importante. Essa interação é mediada por gestos, palavras, símbolos e expressões.

Erving Goffman (2009) argumenta que as interações sociais podem ser entendidas como uma representação teatral em que cada indivíduo procura compreender

o contexto social no qual deve representar o papel. O indivíduo interpreta e atribui sentido a gestos, falas e expressões do outro e vice-versa. Assim, o próprio sentido das relações é construído pelas micro-interações cotidianas.

Quanto à análise de macro e micro relações sociais, Anthony Giddens (2003) tentou superar a dicotomia dessa imbricação, pois, em sua visão, embora toda ação individual seja constrangida pelas estruturas sociais, ao mesmo tempo, somente as ações sociais dos indivíduos reproduzem, ressignificam e atualizam essas estruturas. O conceito de interação social é, então, importante para compreender o processo de atualização e ressignificação de linhas discursivas, pois, quando há interação entre as pessoas, estas produzem significados, os quais são metamorfoseados (MAIGRET, 2010).

Desse modo, quando pensamos no universo ficcional dos seriados, a ideia de interação social conectada ao viés construtivista possibilita investigar como os autores ou roteiristas interagiram com a nossa herança discursiva sobre identidade racial ao proporem determinadas narrativas aos seus personagens.

De forma que as narrativas construídas pela instituição midiática em torno da ideologia da mestiçagem podem ser capturadas porque, segundo Berger e Luckmann (2005), as instituições sociais são criadas pelos indivíduos através de um processo em que o ator social interioriza e exterioriza o próprio ser no mundo social. As narrativas sociais são, ao longo do tempo, objetivadas e interiorizadas pelos atores sociais, os quais introjetam imagens, regras e objetos das gerações precedentes e as transformam, criando novas formas sociais. O que revela que o mundo social se constrói a partir de pré-construções passadas. Assim, as formas sociais “passadas são reproduzidas, apropriadas, deslocadas e transformadas enquanto outras são inventadas” (CORCUFF, 2001, p. 27) nas práticas cotidianas.

Os pensadores do construtivismo privilegiam o papel desempenhado pelas coletividades nos processos sociais. Nos capítulos anteriores, inclusive, foi possível identificar quais atores coletivos estavam envolvidos na defesa e refutação da ideologia da nação mestiça nas esferas públicas brasileiras no período de 1995 a 2012. E, segundo Eric Macé (2006) e Eric Maigret (2010), é possível, através do conceito de interação, mapear quais linhas discursivas hegemônicas e contra-hegemônicas são exteriorizadas na arena midiática, uma vez que essa é responsiva aos debates ocorridos nas esferas públicas.

Nesse contexto, a teoria das midiaculturas, por abordar assuntos relacionados à construção e ressignificação de significados nas esferas públicas (MACÉ, 2006), especialmente na arena midiática, é instrumento útil para desvendar como se deu o processo conflituoso em torno das linhas discursivas raciais.

Para tanto, conforme Eric Macé (2006), é de fundamental importância analisar o processo de construção de sentido presente na esfera pública polifônica. Esse conceito define que diversas vozes sobrepõem-se umas às outras nas esferas públicas, e que a análise dos significados daquelas revela a existência de assimetrias culturais, meritocráticas ou econômicas de poder entre grupos hegemônicos e contra hegemônicos.

Ressaltamos que hegemonia, na definição exposta por Michel Hanchard (2001) ao citar os estudos de Antônio Gramsci, refere-se à reprodução da visão de mundo dos grupos dominantes. Esses, por sua vez, buscam impor suas vontades tanto no campo político quanto no campo econômico. O termo contra-hegemonia, por outro lado, refere-se à luta dos grupos dominados pela refutação do *status quo* (HANCHARD, 2001). Nesse sentido, é necessário rememorar a sugestão de Eric Macé, que defende ser de suma importância, ao se analisar as relações de poder:

remplacer le concept marxiste d'idéologie (comme vision du monde dominante des classes dominantes) par celui d' hegemonie, signifiant par là que les rapports de pouvoir entre classes dirigeantes et classes subalternes génèrent certes des effets de domination idéologiques, mais sans garantie car toujours susceptibles de contradictions internes au sein des classes dirigeantes et de contestation/subversion de la part des classes subalternes¹² (MACÉ, 2006, p. 41).

Quando se fala em luta, toma-se por norte o conceito de poder explicitado por Isaac Ariail Reed (2014), citando Michel Foucault, ao afirmar que este “conceituou poder como algo difuso e anônimo, que produz tanto as instâncias que os outros teóricos geralmente definiam como fontes gerativas ou matérias-primas de poder (corpos, populações, leis etc) quanto os próprios agentes que exercem esse poder” (REED, 2014, p. 479). Informa o autor ser possível detectar o poder discursivo exercido por grupos

¹² Substituir o conceito marxista de ideologia (como visão de mundo dominante das classes dominantes) pelo de hegemonia, o que significa que a relação de poder entre as classes dirigentes e classes subalternas certamente geram efeitos de dominação ideológica, mas sem garantir a probabilidade de existência de contradições internas dentro das classes dominantes e de contestação/subversão pelas classes subalternas (Tradução nossa).

hegemônicos e contra-hegemônicos, pois “para essa dimensão de poder, a capacidade e a dominação estão inscritas no discurso” (REED, 2014, p. 484).

Essa ideia de poder se aproxima da concepção de Norman Fairclough, para quem a análise do poder discursivo contribui para a transformação ou reprodução de objetos. Como exemplo, ele cita que os discursos sobre a questão racial podem ser objeto de análise na era contemporânea por meio do estudo das formações discursivas presentes na mídia e na política. Segundo o autor, para a análise das linhas discursivas é importante ter em mente que “os enunciados posicionam os sujeitos – aqueles que os produzem, mas também aqueles para quem eles são dirigidos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 68). O autor complementa que as linhas discursivas podem sofrer mudanças ao longo da história por meio da luta discursiva entre grupos hegemônicos e contra-hegemônicos na constituição de identidades sociais.

Assim, na análise das linhas discursivas é preciso estudar o contexto passado da formação discursiva, bem como “a articulação das formações discursivas nas ordens de discurso para explicar a relação contexto-texto-significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 73). Relação esta que revela o conflito entre os grupos sociais e que pode ensejar mudança social, a qual depende do estado das relações e do equilíbrio de poder. Nesse sentido, as linhas discursivas revelam ambiguidades na luta em busca da reprodução ou mudança de identidades sociais.

Assim sendo, na análise das linhas discursivas sobre nossa herança racial e sua possível ressignificação na esfera pública midiática, pode-se levar em consideração duas dimensões de poder, à luz da concepção de Isaac Ariail Reed: a) performático-pragmática; b) discursiva. A primeira revela a importância de mapear os confrontos vigentes entre atores sociais que mobilizam respostas mais ou menos habituais para resolver situações problemática. Essa “ação performática pode ter efeitos na esfera da interação face a face, mas pode, também, agir em uma instância macro, como em eventos da mídia” (REED, 2014, p. 485). A segunda dimensão de poder, por outro lado, aponta que ao se analisar a ação performática tem-se que levar em consideração a “ideia de que o sentido deve ser encarado como um sistema de significações que é 1. Relativamente autônomo, 2. Arbitrário e contextual e 3. Difuso em sua presença e em seus efeitos” (REED, 2014, p. 484). Percebe-se, assim, que “para essa dimensão de poder, a capacidade e a dominação estão inscritas no discurso, e é por esse motivo que elas são tão difusas e anônimas” (REED, 2014, p. 484). A partir das lições de Isaac

Ariail Reed, é também importante lembrar o ensinamento de Eric Macé em relação à análise das linhas discursivas nas mídias, para quem:

L'exercice, du pouvoir des rapports sociaux donne lieu en permanence à des conflits de definition entre légitimation e délégitimation, naturalization et problématisation, transgression et disqualification, occultation et publicité, événement et non-événement, force de l'institué et dynamique de l'instituant, performativité et subversion des codes¹³ (MACÉ, 2006, p. 39).

O objetivo deste trabalho mantém estreita relação com as duas dimensões de poder apresentadas por Isaac Ariail Reed, haja vista que se almeja mapear se e como a mídia televisiva apropriou e ressignificou as linhas discursivas da nossa herança racial, o que se relaciona diretamente ao conflito por identidade entre grupos hegemônicos e contra-hegemônicos. Para alcançá-lo, então, é preciso valorizar os diferentes discursos, o que se aproxima do interesse dos pesquisadores das midiaculturas de mapear os significados construídos pelas diversas vozes, uma vez que estes discursos se complementam, se opõem e se sobrepõem uns aos outros (MACÉ, 2006).

Como já indicado supra, Eric Maigret (2010) informa a existência de diversos espaços públicos nos quais as vozes se imbricam. Como no capítulo 2, foram mapeadas as linhas discursivas do espaço público conflitual oficial (Seminário Multiculturalismo e Racismo, à Conferência de Durban e ao julgamento da ADPF 186 pelo STF) e não oficial (Marcha Zumbi dos Palmares e Manifestos contrários e favoráveis às AA), propõe-se, agora, analisar o espaço público não oficial conflitual que envolve reivindicações e narrativas identitárias sobre a herança racial brasileira veiculadas pela arena midiática.

Ainda segundo Eric Maigret (2010), vários atores sociais participam da discussão no espaço público, dentre os quais políticos profissionais, grupos de pressão e movimentos sociais. Exatamente como se pôde observar no debate público analisado anteriormente. Tendo isso em mente, resta analisar se e como houve apropriação e ressignificação de linhas discursivas da herança racial brasileira na mídia televisiva.

Com base nos estudos de Eric Maigret, é importante notar que o espaço público tem duas faces. A primeira é o espaço de debate e a segunda, o cenário de aparição, no qual orbita a teledramaturgia, sendo que a mídia possibilita tornar visíveis os debates

¹³ O exercício do poder nas relações sociais leva permanentemente a conflitos de definição entre legitimação e deslegitimação, de naturalização e problematização, transgressão e desqualificação, escultação e publicidade, eventos e não-eventos, a força do estabelecido e a dinâmica do que estabelece, performatividade e subversão dos códigos. (Tradução nossa).

que ocorrem na democracia (MAIGRET, 2010). Nesse aspecto, ressaltamos a importância de captar como o debate sobre questão racial foi orquestrado pelos meios de comunicação de massa, especialmente pelos seriados SN e MB.

O estudo das mídias pelo ângulo do conceito de esfera pública foi realizado por Stuart Hall e Martín-Barbero. O primeiro autor participou dos Estudos Culturais Ingleses, grupo que emergiu entre 1970 e 1990 e reuniu esforços para compreender a cultura de massa. Essa corrente de pesquisa propôs uma análise crítica do viés da dominação cultural midiática, utilizando uma metodologia que “congrega tradição literária, etnografia e sociologia participante” (MAIGRET, 2010, p. 223), para desconstruir a ideia de que existe uma cultura superior e outra inferior, reflexo da primeira. Essa perspectiva apresentou uma nova análise sobre a riqueza das práticas culturais dos públicos populares, por exemplo, na forma de apropriação dos programas midiáticos.

Stuart Hall, influenciado pelo marxismo, acreditava que a ideologia dos grupos dominantes era veiculada pelos sistemas educacionais e pelos meios de comunicação de massa. Leitor de Antônio Gramsci, Stuart Hall defendia ser a ideologia um sistema de significações e de práticas que exprime os valores de um grupo social. Após muita pesquisa, Hall relativizou suas análises e passou a acreditar que os meios de comunicação tendem a reproduzir a ideologia da sociedade de modo geral e não somente da classe dominante, o que o levou a advogar a importância de se analisar os conteúdos midiáticos, e não somente a recepção passiva dos mesmos.

É exatamente isso que se propõe a analisar neste trabalho: os conteúdos midiáticos exteriorizados pelos programas SN e MB. Para Stuart Hall, a ideologia dominante, ao tentar apresentar-se como natural e universal, traz um conjunto de contradições que provoca um equilíbrio instável. Esse equilíbrio foi observado quando analisou a capacidade de resistência das classes populares diante dos conteúdos midiáticos, bem como da cultura erudita. Esse fato foi corroborado por Martín-Barbero (2013), ao defender a cultura popular tendo “uma espontânea capacidade de aderir às condições materiais de vida e suas mudanças, tendo às vezes um valor político progressista e de transformação” (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 112).

A classe popular tem, portanto, uma capacidade “de expressar o modo de viver e pensar das classes subalternas, as formas como sobrevivem e as estratégias das quais filtram, reorganizam o que vem da cultura hegemônica, e o integram e fundem com o que vem de sua memória histórica” (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 113). A partir

desse viés, o autor afirma que “nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão” (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 114).

Nesse sentido, é importante lembrar Eric Macé (2006), para quem os profissionais da mídia inclusive têm conhecimento de tal assimilação. Citando Edgar Morin, Eric Macé aponta que a assimilação pelo subalterno dos conteúdos midiáticos não tem o intuito de entorpecer o telespectador, mas segue uma lógica de padronização sem deixar de buscar a inovação, uma vez que busca angariar mais público consumidor. Morin (1962) mostra que houve a emergência de uma nova cultura que não é produzida nem pelo Estado, nem pela igreja e muito menos pela escola, mas sim pelas indústrias culturais. Os conteúdos produzidos pelos meios de comunicação, têm para ele, o poder de democratizar o acesso aos bens culturais da sociedade, sendo que todas as classes sociais têm acesso aos conteúdos veiculados pela mídia, o que ocorre de maneira mais ou menos uniforme, pois os mesmos produtos são ofertados a classes sociais distintas.

Apesar de tal uniformização, Eric Maigret (2010) chama a atenção para o fato de que a relação entre produtores e consumidores não se dá de forma igualitária: aqueles que escrevem, dizem e põem no mercado suas ideias têm o poder de impor sentido ao expor as formas que veiculam, porém o consumidor também apresenta certa capacidade de produzir significados distintos ao veiculado pelos meios de comunicação. Éric Maigret (2010), ao seguir o raciocínio de Stuart Hall, aponta que autonomia dos meios de comunicação cresceu ao longo do tempo. Os produtores de sentido são os donos dos textos cujos acessos e usos eles regulamentam. Contudo, é raro os produtores veicularem textos que não têm conexão com a realidade, pois “os meios de comunicação servem ao mesmo tempo de espelhos que refletem o social e de janelas para o mundo que tornam possíveis certas aprendizagens” (MAIGRET, 2010, p. 281) - o que se dá, segundo Mauro Porto (2012), em razão da responsividade da mídia, já explicada supra.

Os meios de comunicação são espaços onde os atores e atrizes reproduzem e contestam um conjunto de práticas e crenças, nos quais se misturam poder e cultura de modo indissociável. Por isso, a sociologia da comunicação de linhagem midiacultural desenvolveu um nível suplementar de descrição dos atos humanos veiculados pelas mídias que ela não reduz jamais a produtos unívocos. A “interpretação e a mudança estão no coração das atividades, surgindo de maneira manifesta sob a forma de conflitos, de experiência de si e da alteridade nas sociedades democráticas” (MAIGRET, 2010, p. 310).

Uma das tarefas dessa sociologia é compreender as relações entre produção, conteúdos e recepção. O presente trabalho visa, pois, estudar os significados dos conteúdos emitidos pelos programas televisivos, e para tanto faz-se necessário descrever como funcionam os meios de comunicação num conjunto mais abrangente das relações sociais conflituais numa sociedade democrática. Ou seja, pretende-se entender se e como a mídia se apropriou e ressignificou os conflitos discursivos em torno da herança racial brasileira debatidas nas esferas públicas, uma vez que a relação entre discursos sócio-políticos, produções culturais e opinião pública faz surgir um espaço conflituoso no seio das democracias. A mídia, ao enquadrar os conflitos presentes nas arenas públicas, apresenta temáticas que levam o público a pensar. Com isso, ela explicita como ocorre o processamento das ideologias de grupos hegemônicos e suas tensões frente às resistências contra-hegemônicas. As ideologias nada mais são do que as representações sociais construídas nas interações (MAIGRET, 2010), atravessadas por contradições que repousam na imaginação social. Olhar as disputas discursivas presentes na mídia favorece, assim, a compreensão do estágio atual das lutas sociais por reconhecimento e identidade.

O primeiro passo dos pesquisadores das midiaculturas é desnaturalizar seus objetos, isto é, as interpretações veiculadas nas mensagens televisivas, e reinscrevê-los no jogo de produção de sentido. Isso permite aplicar o viés construtivista da realidade social, pois na democracia contemporânea vigora uma pluralidade de públicos concorrentes. Esses grupos sociais trazem para o debate nas arenas públicas, dentre outros problemas, os geracionais, de raça, de classe e gênero. E, a partir dos meios de comunicação, a discussão sobre temas anteriormente classificados como da vida privada podem se tornar públicos, sendo publicizados pela luta de grupos interessados nesse processo, como por exemplo, a luta das feministas para tornar a violência doméstica um tema de debate e de políticas públicas, e não mais uma questão privada (FRASER, 2001). Uma vez adquirindo tal qualidade, interferem no jogo de poder vigente nas sociedades.

Percebe-se, desse modo, que os assuntos da vida privada podem se superpor àqueles da vida pública e não apenas sucedê-los, como muitos acreditam, pois a televisão é relacional e contribuiu para o fomento dessa imbricação, sendo que a mídia representa a vivência das pessoas estabelecendo comunicações emocionais. Os *reality shows*, por exemplo, mostram confissões humanas, promovendo, assim, uma partilha de experiências sociais.

Ao analisar programas televisivos, Edgar Morin (1962) alerta que as mensagens veiculadas pelas indústrias culturais não entorpecem a mente, como acreditavam os defensores da teoria hipodérmica nos primórdios dos estudos sobre mídia. Ao contrário, elas refletem tensões sociais e são suficientemente ricas e socialmente realistas porque a mídia apropria e ressignifica os discursos veiculados nas inúmeras esferas públicas. É importante lembrar que a indústria cultural constantemente renova o conteúdo de suas mensagens a fim de sobreviver no mercado capitalista, necessitando, para tanto, de um equilíbrio entre fórmulas consagradas e inovadoras a fim de manter a atenção do público, ou seja, propor produtos originais e correr riscos. Assim, ela necessita inserir novos temas que expressem as expectativas sociais, fazendo com que precise incorporar as novas relações de poder e visibilizar diversidades.

Cabe salientar que este trabalho lança a hipótese de que os seriados SN e MB procuraram inovar, pois valorizaram a ideologia da nação mestiça exaltada pelos grupos dominantes, porém, também observamos que essas emissões televisivas parecem ter apropriado algumas linhas discursivas contra-hegemônicas exaltadas por associações negras. Acreditamos, portanto, que tais programas ofereceram textos contraditórios, ambíguos e ambivalentes envolvendo disputas discursivas em torno da identidade mestiça e negra.

É necessário, no entanto, considerar que a polissemia é um aspecto da indústria cultural e o caráter sincrético visa à busca de audiência e o desejo de falar com um público cada vez mais heterogêneo. As representações coletivas nos meios de comunicação de massa se transformam de acordo com os conflitos que são manifestados na esfera pública. A mídia torna-se, assim, um espelho do social porquanto a indústria cultural veicula conteúdos e “expressões de uma demanda simbólica peculiar que não coincide de todo com o expediente cultural dominante” (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 312). Ela também corresponde às “demandas simbólicas do espaço cultural dominado” (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 312).

Ao veicularem as visões de mundo das classes subalternas, os meios de comunicação de massa mostram como a cultura popular reage e resiste à dominação. Suas lutas estão reproduzidas, dentre outros programas, nas novelas, filmes e seriados, os quais revelam o poder da cultura e os sentidos produzidos pelo popular e não somente pelas elites. O que mostra a ideia de resistência dos grupos populares frente à cultura hegemônica (MARTÍN-BARBERO, 2013).

Salientamos que o conceito de resistência apropriado neste trabalho não é absoluto, ao contrário, reconhece-se que a cultura dominante de certa forma influencia a vida das pessoas, e as pesquisas sobre meio de comunicação promovidas por Martín-Barbero e Stuart Hall comprovam isso. Todavia, objetivamos mostrar que, ao mesmo tempo, há resistência e assimilação na relação dialógica entre grupos dominantes e dominados. A ideia de resistência frente à visão de mundo elitista, por exemplo, foi objeto de estudo da corrente teórica dos Estudos Culturais Ingleses. Segundo Armand Mattelart e Érik Neveu, Raymond Williams e Edward P. Thompson defendiam a noção de resistência, tal como se vê na mensagem a seguir:

Tanto em Williams como em Thompson encontra-se a visão de uma história construída a partir das lutas sociais e da interação entre cultura e economia, em que aparece como central a noção de resistência a uma ordem marcada pelo capitalismo (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 47).

Como se vê, Raymond Williams e Edward P. Thompson defendiam a noção de que as classes populares por um lado exaltam sua cultura e, por outro, interagem com elementos da ordem capitalista. Dessa forma, o conceito de resistência e interação permite pensar que a mídia brasileira construiu narrativas em que os mestiços e pretos brasileiros, por exemplo, rejeitam ao mesmo tempo em que interagem com ideia hegemônica de democracia racial. É correto pensar que essa resistência tem influência das lutas empreendidas pelos movimentos negros, os quais, segundo Kabengele Munanga (2008) procuraram desconstruir, ao longo da história, o discurso da democracia racial.

Tendo em vista a narrativa de desconstrução da ideologia da mestiçagem, descrita supra, o objetivo deste trabalho é investigar se e como as mídias apropriaram e ressignificaram as linhas discursivas da nossa herança racial. Para tanto, também vêm a calhar os estudos de Martín-Barbero (2013), os quais revelam que a mídia, ao representar a cultura popular, o faz por exagero e degradação, diversamente do que normalmente faz com a cultura erudita. Os produtores dos veículos de comunicação de massa abordam a visão popular de maneira exagerada e muitas vezes satirizada sem deixar de reproduzir o viés erudito. Eles operam por meio da síntese de expectativas múltiplas advindas da diversidade humana. Os atores televisivos vestem papéis que exprimem a multiplicidade de dimensões existentes no mundo exterior, sendo que o objetivo da visibilidade é suprir as expectativas dos telespectadores traduzindo-as em

produtos, e não necessariamente moldá-los. As expectativas deles existem a priori e podem ser atingidas por meio das mediações.

A consecução desta pesquisa, além de utilizar os conceitos de construtivismo, interação social, esfera pública polifônica, hegemonia, poder e resistência problematizados anteriormente, requer a apropriação dos vocábulos identidade, diferença, representação e citação, termos diretamente conectados à teoria das midiaculturas que permitem analisar como se deu o processo de atualização das diversas linhas argumentativas proferidas nas esferas públicas, sobretudo, na arena midiática.

Nessa perspectiva, para entender as disputas discursivas é preciso considerar que elas envolvem, no caso em tela, fundamentalmente, conflito por identidade. Entretanto, não há como entender tal vocábulo sem relacioná-lo ao conceito de diferença, mantendo com ele estreita dependência (SILVA, 2000).

Segundo Stuart Hall (2005), devido à valorização do termo diversidade nas últimas décadas, as velhas identidades, que durante muito tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio. Isso leva ao surgimento de novas identidades, que têm se apresentado fragmentadas. O pesquisador avalia se existe ou não uma crise de identidade, e em que consiste essa fragmentação, bem como a direção da mesma, partindo da hipótese de que as identidades culturais modernas estão sendo descentradas, isto é, deslocadas e fragmentadas desde o final do século XVIII, momento do início da afirmação das identidades sociais de gênero, classe, raça, sexualidade, etnia e nacionalidade. Veja-se que, para o autor, os indivíduos apresentam, de forma imbricada, as várias identidades, e não apenas uma de forma isolada. Esse processo de “perda de sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2005, p.9).

Hall (2005) descarta, assim, qualquer concepção essencialista ou fixa da identidade. Para tanto, ele relativiza a ideia em torno da identidade do sujeito iluminista e sociológico e exalta a identidade pós-moderna. De acordo com o autor, o sujeito no Iluminismo era centrado, unificado, racional, consciente; cujo centro consistia num núcleo interior contínuo e idêntico, pois, apesar das transformações, conservava uma ideia essencial de si mesmo. Ao olhar esse sujeito, a sociologia tradicional considerou que sua identidade possuía um núcleo ou uma essência interior, passível de modificação através do diálogo com o mundo cultural e da relação com outras identidades. Nessa visão, a identidade sociológica internalizaria significados e valores contribuindo para alinhar os sentimentos das pessoas, integraria o sujeito à estrutura social e estabilizaria

tanto o ser humano quanto o mundo cultural. A visão pós-moderna de sujeito, ao contrário, não o apresenta de forma estabilizada, pois ele apresenta várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. O processo de identificação tornou-se, dessa maneira, provisório, variável e problemático. Esse sujeito detém uma identidade móvel que é formada e transformada continuamente através dos sistemas culturais que o rodeia, de forma que o “sujeito assume identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias que caminham em diferentes direções” (HALL, 2005, p.13).

A instabilidade das identidades está relacionada ao fenômeno da globalização. Nas sociedades modernas, as transformações são constantes, rápidas e permanentes. Na contemporaneidade as práticas sociais são examinadas e reformuladas à luz de informações recebidas – as quais alteram o caráter das pessoas. À proporção que áreas diferentes do globo se conectam, ondas de transformações sociais atingem a sociedade, inclusive a natureza das instituições sociais e, sobretudo, as midiáticas, que começam a explicitar os conflitos identitários.

Outro conceito também instrumentalizado aqui é a ideia de diferença social, uma das principais características da sociedade atual e que foi amplamente debatida nas esferas públicas brasileiras. Para Stuart Hall, é interessante analisar a identidade atrelada à diferença, sendo esta que dá sentido àquela. Na modernidade, as diferenças revelam as inúmeras divisões e antagonismos sociais e as interações contemporâneas produzem uma variedade de posições de sujeitos, isto é, identidades (HALL, 2005). As sociedades não se desintegram totalmente porque seus diferentes elementos de identidade se articulam. Mas, essa articulação é parcial e a estrutura da identidade sempre permanece aberta. Dessa forma, a identidade pós-moderna desarticula as identidades estáveis, porém, isso não deve ser visto de forma negativa, uma vez que a desarticulação abre possibilidade para a articulação de novas identidades (HALL, 2005), num jogo tenso e complexo.

O autor também analisa a questão das novas identidades pelo pertencimento à cultura nacional, outro ponto de contato com a presente pesquisa, pois uma de suas proposições é verificar se e como o discurso da identidade mestiça e negra – tão caro ao conceito de nação brasileira – foi reproduzido ou atualizado nos seriados televisivos. Ao analisar a questão do pertencimento, Stuart Hall indaga “como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização?” (HALL, 2005, p. 47). Para ele, não se deve esquecer que no mundo moderno as culturas

nacionais moldam nossa identidade cultural, mas as identidades da modernidade estão sendo deslocadas pela interação entre os indivíduos de países distintos por meio das tecnologias de comunicação.

A cultura nacional é composta pelas instituições culturais, pelos símbolos e representações, ou, nas palavras de Hall (2005, p. 50), a “cultura nacional é um discurso”. Este visa integrar as pessoas num sentimento de pertencimento, sendo que a linha discursiva da nação constrói identidades de modo ambíguo, conectando passado e futuro. Além disso, para que a retórica da nação seja efetiva “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, raça ou gênero, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural para representá-los como pertencendo à mesma família nacional” (HALL, 2005, p. 59).

Tendo em vista a questão da unificação da identidade nacional, Stuart Hall indaga se uma identidade unificada nesses moldes anula e subordina a diferença cultural. Ele não apresenta resposta, mas argumenta que a identidade nacional é complexa, sendo formada por diversos grupos étnicos, classes sociais e gênero. A etnia, nesse contexto, é um termo utilizado para se “referir às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de lugar – que são partilhados por um povo” (HALL, 2005, p. 62). Todas as nações modernas são formadas por híbridos culturais o que, entretanto, “solapa a ideia da nação como uma identidade cultural unificada. As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder de divisões e contradições internas de lealdade e de diferenças sobrepostas” (HALL, 2005, p. 65).

Cabe entender que é “difícil unificar a identidade nacional em torno da raça” (HALL, 2005, p. 62), pois a mesma é um discurso e não uma categoria biológica. Esse discurso “é frouxo, frequentemente pouco específico, de diferentes termos de características – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais” (HALL, 2005, p. 63). Como as novas identidades são formadas pela imbricação de diferentes fatores, entre eles: raça, classe, religião, gênero e geração, o jogo das identidades é também usado em campanhas políticas. As identidades são contraditórias dentro da cabeça dos indivíduos e nenhuma identificação, como por exemplo, a de raça, consegue alinhar as diferentes identidades, por isso uma multiplicidade de identidades se articulam e produzem “uma mudança de uma política de identidade de classe para uma política da diferença” (HALL, 2005, p. 21).

Portanto, é oportuno analisar a temática da identidade nacional mestiça e negra brasileira. Eric Maigret observa que os indivíduos, quando se juntam numa arena pública, constroem sentidos e elaboram “redes de pertencimentos e de diferenças constituídas como signos” (MAIGRET, 2010, p. 359). Nesse sentido, a noção de identidade se refere à ideia de que alguém pertence ou não a uma comunidade, grupo ou nação. Segundo Arjun Appadurai (2004), apesar da complexidade das identidades contemporâneas, os indivíduos se esforçam para regular suas identidades, mas no processo das interações, elas se tornam frágeis à medida que as tradições se enfraquecem. No caso ora analisado, segundo Sérgio Costa (2001) a tradição do discurso da mestiçagem se enfraqueceu a partir de 1970, devido, dentre outros fatores, às pressões das associações negras.

No mesmo sentido, Jessé Souza (2009) defende que os movimentos sociais negros brasileiros têm o intuito de romper com as tradições da nação mestiça ao defender o conceito de diferença, o que, para ele, é perigoso porque o não sentimento de pertencimento coletivo engendra guerras. Ele chega a mencionar “as rivalidades entre clãs nos países africanos [...] porque o sentimento de pertencimento ao clã ou à tribo é mais forte que o pertencimento nacional” (SOUZA, 2009, p. 29).

Como mencionado, o discurso de identidade nacional está diretamente vinculado ao vocábulo diferença. Porém, segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000), a retórica da nação não lança mão do argumento das diferenças. O que demonstra que a definição discursiva e linguística está sujeita a vetores de forças e relações de poder, que incluem, excluem e demarcam eixos binários: masculino *versus* feminino; branco *versus* negro; heterossexual *versus* homossexual. Essas classificações visam hierarquização, pois, para o autor, “deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir valores aos grupos assim classificados” (SILVA, 2000, p. 82).

Se as representações mais importantes são aquelas que se estruturam em eixos binários – geralmente um recebe valor positivo e o outro, negativo, questionar os binarismos é uma forma de problematizar as relações de poder. Fixar “uma identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e diferenças” (SILVA, 2000, p. 83).

A ideia de que o discurso da identidade nacional mestiça veiculado pelos seriados é ambíguo e fragmentado, compõe parte da hipótese desta pesquisa, pois o discurso da democracia racial parece caminhar lado a lado com o argumento do mito da identidade nacional nos sistemas de representações sociais. Para a teoria cultural

contemporânea, a identidade e a diferença estão estreitamente associadas aos sistemas de representação. Por isso, busca-se nesse trabalho captar a maneira como a mídia representou o discurso da identidade mestiça e negra nos seriados.

O vocábulo representação tem longa trajetória na história da civilização ocidental, e visa apreender, por meio de sistemas de significações, o real. Nessa linha, a representação tem duas dimensões – “externa, por meio de sistemas de signos como a pintura ou a própria linguagem; e a representação interna ou mental – representação do real na consciência” (SILVA, 2000, p. 90). Nesse trabalho não serão analisadas as imagens, mas a metamorfose da linguagem expressada pelos personagens no que concerne à linha discursiva da herança racial brasileira.

Para Stuart Hall (2005), a representação é um sistema linguístico e cultural que está diretamente ligado às relações de poder. É nesse sentido que a representação se liga à identidade e à diferença, tipos de representações que adquirem significados através da linguagem e da cultura. Isso porque representar significa dizer que determinada identidade é negra, heterossexual, feminista, classista. Assim, quem “tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2000, p. 91). Questionar a identidade significa, pois, questionar o sistema de representação, e isto pode se dar através do conceito de performatividade. Citando Judith Butcher, Tomaz Tadeu da Silva (2000) disserta que remeter o par conceitual identidade e diferença somente aos processos linguísticos é, de maneira restrita, compreender a representação apenas pelo ângulo descritivo. Por isso, surge a ideia de performatividade, que desloca a ênfase da identidade como descrição para a ideia de tornar-se algo, reforçando a identidade, ao mesmo tempo em que traz a noção de que algo vai acontecer. Por exemplo, vos declaro marido e mulher é proposição performática que reforça a identidade de gênero, não sendo mera descrição dos sujeitos.

Outra forma de questionamento das relações de poder performático é a citação. Como exemplo:

Quando utilizamos a palavra negrão para nos referir a uma pessoa negra do sexo masculino, não estamos simplesmente fazendo descrição sobre a cor de uma pessoa. Estamos, na verdade, inserindo-a num sistema linguístico mais amplo que contribuiu para reforçar a negatividade atribuída a identidade (SILVA, 2000, p. 93).

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000), ao se utilizar a palavra *negrão* se efetua uma operação de recorte e cola. Retira-se a expressão de um contexto social mais amplo em que ela foi constantemente enunciada e a insere noutro, em que ela aparece sob o disfarce da opinião exclusiva do emissor. Esse processo é chamado de citacionalidade, sendo que a citação no novo contexto pode reforçar algum aspecto positivo ou negativo atribuído à identidade negra. Conforme o autor, a frase enunciada “é apenas mais uma ocorrência de citação que tem sua origem em um sistema mais amplo de operações de citações, de performatividade e, finalmente de definição, produção e reforço da identidade cultural” (SILVA, 2000, p. 95). Desse modo, tal conceito é relevante para investigar como as linhas discursivas sobre a identidade preta e mestiça foi citada na mídia televisiva quando deslocada de outras esferas públicas.

O processo de citacionalidade pode ser quebrado, pois citar significa repetir, ou seja, reforçar uma identidade. Logo, se existe repetição pode haver meios que inibem a citacionalidade, que possam quebrar os atos de repetição (SILVA, 2000). Ademais, a repetição é questionada pelos diversos grupos sociais. A título de exemplo, evocamos as críticas às teorias racialistas do século XV a XIX que, segundo Jessé Souza (2009), levaram Gilberto Freyre a desconstruir a ideia de superioridade racial e defender o discurso da democracia racial e os questionamentos à teoria de Gilberto Freyre que, desde década de 1970, tem sido criticado, dentre outros, por Florestan Fernandes e movimentos sociais negros. Atualmente, questiona-se também o modo como a mídia cita os negros nas mensagens televisivas, o que será abordado no capítulo que segue.

4. REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA MÍDIA BRASILEIRA

Tem que denunciar mesmo. Essa gente fica dizendo que não é racista, mas no fundo é. E muito! (MISTER... 2015. Episódio 11).

O objetivo desse trabalho, como mencionado anteriormente, é abordar se e como os seriados SN e MB apropriaram, ressignificaram e atualizaram linhas discursivas sobre a herança racial do Brasil. Para fazer tal exegese é importante primeiro mapear como o negro foi representado pela mídia ao longo da história brasileira, função desse capítulo, que busca apresentar um panorama de como o negro foi representado pela mídia no Brasil de 1980 a 2012. Para tanto, serão apresentados os estudos de Joel Zito Araújo, Muniz Sodré, Luis Augusto Campos e Maria Laura Barbosa Chaves. Antes, porém, é importante explicitar quais programas midiáticos brasileiros trabalharam o tema das relações raciais, uma vez que os seriados SN e MB não são pioneiros neste tema.

No período de 1960 a 1999, as novelas de televisão foram os programas midiáticos que mais abordaram a questão racial em detrimento do rádio, revistas e minisséries (GRIJÓ; SOUZA, 2012), os quais pouco ou nada trabalharam sobre o tema, à exceção, como pontua Joel Zito Araújo (2000), da minissérie “Tenda dos Milagres” (1985). Esse programa, inspirado em obra homônima de Jorge Amado, trabalhou a temática do povo brasileiro exaltando o discurso hegemônico da democracia racial, sem, porém, desprezar o preconceito contra o negro e o índio.

Até o final da década de 1990, as novelas que trabalharam a temática racial foram “O direito de Nascer”, “A cabana do pai Tomaz”, “Escrava Isaura”; “Corpo a corpo”, “Próxima Vítima”, “Anjo Mau” e “Por Amor” (GRIJO; SOUZA, 2012). A partir dos anos 2000, embora muitas vezes sem abordar a questão racial ou abordando-a de maneira tangencial, as novelas passaram a dar maior visibilidade a atores e atrizes negros. Dentre elas, as que apresentaram o maior número de negros foram:

A Padroeira (7); O Clone (8); Celebridade (6); Da Cor do Pecado (6); América (7); o remake de Sinhá Moça (12), Paraíso Tropical (5); Sete Pecados (5); Duas Caras (10); Desejo Proibido (6); Três Irmãs (5); Caminho das Índias (5); o remake de Paraíso (6); Caras e Bocas (7); Viver a Vida (8) e Cama de Gato (7) (GRIJÓ; SOUZA, 2012, p.188).

Joel Zito de Araújo (2000), ao analisar a maneira como o negro foi representado na mídia entre 1980 a 1990, informa que os negros ou estavam ausentes da teledramaturgia ou eram citados em cargos estereotipados, tais como empregados domésticos, jagunços e prostitutas. Ele argumenta que a novela “Direito de Nascer” exaltou o viés da democracia racial e do branqueamento. Na contramão, a novela “Cabana do Pai Tomaz” abordou a questão racial contratando um ator branco – qual seja, Sérgio Cardoso – para representar um personagem negro. Ele se pintava de preto e colocava algodão no nariz para apresentar um fenótipo negro. O mesmo ocorreu na novela “Escrava Isaura”, na qual a personagem principal, que dava título ao programa – representante dos escravos – era representada por uma atriz branca (Lucélia Santos).

A prática de colocar atores brancos para fazer papel de negros foi modificada na novela “Corpo a Corpo”, em 1984 (ARAÚJO, 2000). Mas a sociedade reagia negativamente à tentativa da mídia em mudar estereótipos. A título de exemplo, a atriz Zezé Mota (preta) fez par romântico com Marcos Paulo (branco) nessa novela, porém em decorrência da relação inter-racial, a redação da novela passou a receber muitas correspondências pedindo para que o casal fosse separado sob o argumento de que Zezé Mota era feia e preta demais para Marcos Paulo. Além disso, uma enquete realizada com telespectadores que assistiram essa novela no Estado de São Paulo revelou que a maior parcela do público era contrária à união entre os personagens de Marcos Paulo e Zezé Mota sob o mesmo argumento de que essa personagem, por ser negra e feia, não deveria fazer par romântico com um branco (ARAÚJO, 2000).

Na novela “Próxima Vítima” tentou-se, de forma implícita, apresentar a união afetiva entre brancos e negros. De acordo com Joel Zito Araújo (2000), o programa televisivo apresentou o dilema do preconceito a partir da representação de uma família negra de classe média, a qual era composta pelo pai, Kleber Noronha (Antônio Pitanga), contador íntegro que trabalhava para várias empresas, casado com Fátima (Zezé Motta), secretária executiva. Ambos construíram uma família bem-sucedida cujos filhos são o gerente de banco Sidney (Norton Nascimento), o estudante de direito Jefferson (Luis Mendes) e Patrícia (Camila Pitanga), que sonhava em ser modelo. No desenrolar das cenas, Patrícia tem amigos brancos e a família Noronha não gosta de tais amizades por recear que a moça namorasse um homem branco, fazendo com que a representação da família negra nessa novela enfatizasse a ideia de que essa família era preconceituosa (ARAÚJO, 2000).

Para o autor, houve poucas mudanças na forma como os negros vêm sendo retratados na mídia, que tende a reforçar a teoria do branqueamento, da valorização da identidade nacional mestiça que vai branqueando cada vez mais os não claros através dos casamentos inter-raciais. Nos seus estudos, ele mostra que os atores e atrizes afro-brasileiros foram incorporados de forma regular na história da telenovela como representação de uma natural subalternidade racial e social; portanto, como estereótipos de si mesmos. No período 1963-1997, a televisão brasileira manteve esse discurso, sustentada pelo paradigma do branqueamento (ARAÚJO, 2000):

Na reestruturação “modernizadora” do imaginário brasileiro, a produção televisiva contribuiu com um elogio permanente às características estéticas do segmento eurodescendente, reafirmando uma espécie de vitória simbólica da ideologia do branqueamento. Este construto, criado pelas elites no final da escravidão, norteou um universo ficcional com pretensa representação do real, marcado por personagens brancas, altas e magras, que nunca fez jus à maioria da população que circula pelas ruas das nossas metrópoles (ARAÚJO, 2010, p.27).

De acordo com o trecho, as representações são constantemente produzidas e reproduzidas na mídia e atravessadas pela estética do branqueamento que está presente no subconsciente da sociedade e cultura brasileiras. O discurso estratégico do branqueamento seria, então, utilizado para reforçar e valorizar a mestiçagem, ideologia fortemente presente e comum na construção da identidade nacional da maior parte dos países latino-americanos. O autor complementa discutindo que a internalização da ideologia do branqueamento provoca uma naturalização na produção e recepção das imagens veiculadas pela mídia, bem como, por parte da sociedade, que aceita e concorda com o fato de atores negros não representarem o padrão de beleza brasileiro (ARAÚJO, 2000).

A valorização pela mídia da ideologia do branqueamento acaba por negar a produção de programas televisivos que incentivem os valores do ideal da negritude, pois:

Os interditos do tabu racial, que rejeitam a negritude e promovem a branquitude, com seus modelos de estética e bom gosto calcados nas construções do mundo branco, trouxeram também problemas discriminatórios no meio e na imagem da televisão... [...] Além da telenovela, podemos ver os reflexos dessa realidade nos comerciais de tevê. Aí percebemos as consequências do desinteresse histórico da elite brasileira em formar um mercado consumidor amplo, em seu próprio país, e da preferência pela imigração da mão-de-obra europeia no período final da escravidão, em detrimento do trabalhador negro. Empresários, publicitários e produtores de

tevé, como norma, optam pelo grupo racial branco, nos processos de escolha de modelos publicitários, na estética da propaganda e até mesmo nos critérios de patrocínio ou apoio a projetos culturais. É uma constante a negativa de incentivo cultural aos programas de tevê voltados para a população afro-brasileira, normalmente sob a alegação de não haver retorno comercial. O empresário brasileiro, em sua grande maioria, não acredita que o negro seja uma força econômica. Na lógica dessa maioria, preto é igual a pobre, que é igual a consumo de subsistência (ARAÚJO, 2000, p. 38,39).

A naturalização da representação do padrão ideal de beleza como sendo um padrão não negro possibilitou a exclusão de outros segmentos raciais étnicos do Brasil. O autor argumenta que a mídia brasileira, sobretudo a televisão, convive com a reprodução de estereótipos e com a ausência de uma pluralidade que reflita a diversidade sociocultural de diferentes regiões do país. Segundo ele, o modo em que operam as representações do negro nas telenovelas aponta que por várias gerações os afrodescendentes tiveram o seu imaginário afetado pela persistência de um racismo internalizado na cultura brasileira, nas estruturas sociais, na mídia, bem como no inconsciente coletivo e nas relações sociais, políticas e econômicas, que se manifestam através da reiteração de estereótipos negativos na representação do negro na produção audiovisual.

Ainda conforme Joel Zito Araújo (2000), essa ausência de negros nos meios de comunicação se dá porque os empresários não acreditam que os programas, sobretudo, com atores negros, chamem a atenção dos telespectadores. Com ideia semelhante Maria Laura Barbosa Chaves, para quem esse “é um fato que vai além das publicidades e telenovelas, podendo ser observado também nos telejornais, editoriais de moda e revistas” (CHAVES, 2008, p. 17).

Araújo (2000) reconhece que há um choque de opiniões e perspectivas raciais que acaba de alguma forma ou de outra negando o preconceito racial. Isso se dá porque, de um lado, a mídia exalta o ideal de beleza branco e, por outro, quando quer retratar um negro, coloca atores não brancos que têm menos traços negroides. Desse modo, a mídia, quando procura dar visibilidade à negritude, exalta a figura de negros que não representam a maior parcela da população brasileira. Esses atores, apesar de serem considerados afro-brasileiros, aparecem nos meios de comunicação por apresentarem um fenótipo mais próximo do ideal europeu. Essa visão é corroborada por Maria Laura Barbosa Chaves, ao defender que

A televisão brasileira é um meio onde se encontram casos de negros branqueados. Um exemplo bastante conhecido é o da atriz Camila Pitanga,

ícone de mulher bonita brasileira, negra, que muito embora se identifique como tal, e seja vista como uma das principais atrizes negras na nova geração, possui traços bastante afilados, fazendo com que a noção de negro, geralmente representada nos meios de comunicação, se distancie da maior parte da população brasileira. Em “A negação do Brasil”, Joel Zito diz que “ao caracterizar o negro de modo estereotipado, a telenovela traz, para o mundo da ficção, um imaginário que permeia as relações entre brancos e negros no Brasil; revela o universo presente nessas relações, atualiza crenças e valores pautados por esse imaginário que não modernizou as relações interétnicas na nossa sociedade”. Portanto, é necessário que se mostre o negro como realmente é nos milhões de casas brasileiras (CHAVES, 2008, p. 29).

Depreende-se do texto acima que os meios de comunicação atualizam crenças do branqueamento ao dar visibilidade a atores negros com fenótipo europeu. A citação acima atualiza os estudos de Oracy Nogueira (2006) sobre preconceito de marca e de origem, uma vez que ele aponta que quanto mais próximo do fenótipo europeu, mais chances de ascensão social tem o afro-brasileiro.

Para Joel Zito Araújo (2000), o racismo é um problema de toda a sociedade, e cabe, dentre outros órgãos e instituições, sobretudo à mídia dar visibilidade ao negro e representá-lo como tal, com traços negroides e não aqueles aproximados aos traços caucasianos. Segundo o autor, a superação do racismo somente poderá ocorrer por meio de uma alteração do imaginário coletivo brasileiro, que deixe de lembrar apenas na contribuição europeia e passe a valorizar também a contribuição dos demais povos (ARAUJO, 2000). Interpretando aquele autor, Maria Laura Barbosa Chaves (2008) afirma ser importante que essa reeducação seja incentivada, e cita como exemplo o fato de que as propagandas entre os anos 1900 e 1970 valorizaram a imagem de pessoas brancas e somente a partir da década de 1950 é que se passou a inserir no mercado comercial, muito timidamente, a venda de produtos com afro-brasileiros, valorizando, sobretudo, a figura de jogadores de futebol.

De todo modo, para a autora, a representação do negro na mídia vem sendo modificada. Dentre os diversos fatores que têm provocado tal mudança, está o Projeto de Lei nº 4370/98, enviado ao Congresso Nacional, que “determina a porcentagem mínima de negros que deve atuar na publicidade, [e] indica que existe uma preocupação em tornar possível a efetiva inserção do negro nos diversos espaços de atuação da sociedade” (CHAVES, 2008, p. 22). A autora complementa que:

Muito embora haja um visível desbalanceamento de negros em relação a brancos na mídia, é perceptível que a aparição desses em outdoors, publicidades, revistas, telenovelas e até mesmo em jornais está aumentando

nos tempos atuais; principalmente pelo fato de que ele cada vez mais se apresenta como importante consumidor. Segundo matéria da Revista Raça Brasil, edição 102, setembro de 2006, cujo título é: “Negro compra e consome!”, uma pesquisa nacional revelou que negro é um importante segmento consumidor, sendo assim, não precisava só de produtos específicos, mas também de aparecer em comerciais e revistas (CHAVES, 2008, p. 24).

Assim, embora as análises de Joel Zito Araújo (2000) na década de 90 apontassem que o empresário não acreditava no público consumidor negro, na contemporaneidade a mídia vem valorizando, mesmo que timidamente, esse público (CHAVES, 2008). Ademais, as pesquisas sobre consumismo vêm mostrando a importância de se valorizar o consumidor negro no que tange à exaltação de personagens também negros. Esse incremento da visibilidade de negros na mídia, apesar de lenta, trouxe à tona a problematização do mito da democracia racial (ARAÚJO, 2000).

Joel Zito Araújo (2000) cita como exemplo de problematização do discurso do mito da democracia racial a polêmica que gerou a novela “Pátria Minha”, veiculada pela Rede Globo, e que em uma das cenas o vilão da novela, representado pelo empresário Raul Pelegrini (Tarcísio Meira) acusa o personagem negro Kennedy (Alexandre Rosa Moreno) de furtar objetos de seu cofre, xingando-o de “negro safado” e outras ofensas. O movimento negro denunciou o caso ao Poder Judiciário e a Rede Globo deu à personagem negra Zilá (Chica Xavier), madrinha de Kennedy, num momento em que contracenava com o próprio Kennedy, o direito de resposta. Nessa cena, a problematização da fala de Zilá demonstra que a associação entre cor de pele e roubo é um crime. Desse modo, os movimentos negros ao denunciarem essa cena revelaram que o Brasil não é uma democracia racial.

Muniz Sodré (1999), ao analisar a questão do mito da democracia racial e a representação dos negros nos meios de comunicação, denunciou a forma como esses eram visibilizados. Para ele, na maior parte das vezes em que os não brancos aparecem na mídia, o fazem ocupando papéis estereotipados. Ademais, os afro-brasileiros veem suas histórias sendo narradas pela perspectiva dos senhores de engenho, reiteradamente enfatizando o discurso da democracia racial. Essa concepção é confirmada pelos estudos realizados pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA¹⁴), segundo o qual dados revelam que entre 1995 e 2014 houve uma sub-representação dos negros nas novelas da Rede Globo, atuando em apenas 10% das cenas como

¹⁴ Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas – IESP (Instituto de Estudos Sociais e Políticos) e UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

protagonistas, o que contrapõe-se à representação da sociedade brasileira, visto que o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, no ano de 2014, revelou que 53,6% do povo brasileiro se autodeclarou negro. Assim, não há uma representação proporcional dos negros nos meios de comunicação brasileiros (CAMPOS et al., S/D).

Essa desproporção é confirmada por outros estudos (DIOGO, 2014), o que revelou o tratamento desigual dado aos negros pelos meios de comunicação se comparados aos brancos. Disso denota-se, também, que a sociedade brasileira busca de certa maneira esconder o preconceito racial vigente. No entanto, estudos explicitam uma tímida mudança, já que os estereótipos dos negros nas mídias permanecem, mas devem ser relativizados, pois estão, aos poucos, sendo modificados. Apesar da maior parcela dos estudos sobre mídia perceber tal mudança, não a enfatiza, tratando-a como exceção, pois tem receio de embarcar num discurso que prega evolucionismos ingênuos no tratamento dos negros pelos meios de comunicação (DRUMMOND; SOUZA, 2017). Nas palavras desses autores:

O paradigma que aponta a invisibilidade, o estereótipo e o estigma como procedimentos padrões da mídia ao representar mulheres e homens afrodescendentes é interessante por revelar permanências, entretanto, esta perspectiva tem dificuldades em apreender as transformações e contradições, talvez, pelo justificado cuidado de não embarcar em evolucionismos ingênuos. É comum nesta perspectiva reconhecer alguma mudança na mídia, mas, circunscrevê-las a situações de exceção que confirmam a regra (DRUMMOND; SOUZA, 2017, p 5).

Segundo esses autores, vigora na sociedade brasileira o paradigma da invisibilidade dos negros na mídia e, quando estes são retratados, ocupam papéis de subalternidade. Por outro lado, quando os personagens não ocupam esses papéis, os estudiosos dos meios de comunicação têm dificuldade de explicar essas situações. Logo, classificam-nas como exceções. Por esse motivo, é importante se ter em mente que “os estigmas se repetem, não em termos de conteúdo, mas, de articulação” (BORGES, 2012, p. 188). Assim:

Os estereótipos em torno do negro e da mulher negra não seguem uma trajetória linear (do negativo para o positivo, como algumas análises insistem em sublinhar), mas, se movimentam sobre uma estrutura cíclica, em que os discursos fundadores do Outro ainda são o grande manancial para tipificação dos personagens negros e dos assuntos relacionados à África e ao Brasil negro (BORGES, 2012, p. 198).

Percebe-se, assim, que a mídia brasileira, mesmo que timidamente, tem colocado negros ocupando papéis de prestígio social, o que corrobora o mencionado acima. Em complemento, Nelson Rosário de Souza (2015) aponta que as representações da população negra são perpassadas por relações de poder, as quais influenciam a própria formulação do discurso transmitido. Como exemplo, ele menciona o fato problematizado por Joel Zito Araújo e comentado anteriormente, envolvendo a novela “Pátria Minha” e a representação de estereótipo com relação ao personagem negro Kennedy, enfatizando que foi somente após movimentos negros terem reagido e denunciado ao poder público tal veiculação, a Rede Globo de Televisão deu direito de resposta, materializado através da personagem Zilá, ao tecer crítica à associação entre roubo e cor de pele.

Analisando sob a perspectiva das midiaculturas, as críticas que os movimentos sociais negros e intelectuais fizeram à mídia apontando o fato de que essa só reproduz negros em posições subalternas ou de que ela manipula, o autor defendeu a hipótese de que a mídia é um aparelho que revela as ideias que circulam nas esferas públicas, sendo “responsiva às mobilizações da sociedade” (SOUZA, 2015, p. 2). Isso quer dizer que, quando os movimentos negros reagem aos estereótipos dos negros na mídia, esta tenta rever seu posicionamento, tal como ocorreu na novela citada.

Nesse cenário, o lançamento do seriado MB parece ser uma tentativa da Rede Globo de Televisão de representar uma família negra de sucesso não somente pelo ângulo de estereótipos. Portanto, para analisá-lo, bem com o SN, parte-se do pressuposto de que a mídia não representa personagens negros somente de forma negativa e que as mudanças de tratamento não devem ser vistas apenas como exceções, antes pode ocorrer de forma cíclica, uma vez que a mídia está perpassada pelas tensões e conflitos da sociedade, além de enfrentar o desafio de buscar o sucesso de audiência, o que implica antecipar tendências. Essa dinâmica faz com que ela não fique só reproduzindo fórmulas passadas, mas também busque inovar, arriscar, reinterpretar, enfim, se apropriar de novas tendências que surgem na sociedade.

Em resumo, a mídia é produto da interação social. Ela não opera apenas na chave da dominação, pois também é perpassada por resistências, contradições e ambiguidades (MAIGRET, 2010). Isso a torna um interessante objeto de análise, onde podem ser observadas as disputas discursivas, por exemplo, sobre a questão racial.

Analizada a representação do negro na mídia brasileira, o próximo capítulo apresenta o arcabouço metodológico utilizado para analisar os conteúdos discursivos presentes nos seriados SN e MB.

5. METODOLOGIAS

A análise de conteúdo (AC) é um método que se enquadra dentro da abordagem qualitativa, mas permite também a quantificação de dados e a análise combinada entre ambos, além de possibilitar a conjugação de outros métodos de análise (como por exemplo, os programas SPSS). Nessa exegese, o pesquisador seleciona os casos relevantes e identifica conceitos. Portanto, o campo qualitativo envolve um processo de classificação e categorização que permite investigar a história por meio dos significados culturais (BARDIN, 2011). Assim, a apropriação da AC permite investigar como as linhas discursivas sobre questão racial debatida ao longo da história brasileira apareceram nos eventos da Marcha Zumbi dos Palmares (1995); no Seminário Multiculturalismo e racismo (1996); na Conferência de Durban (2001); nos manifestos contrários e favoráveis às AA (2006 e 2008) e no STF (2012). E também verificar se e como a mídia televisiva (SN e MB) apropriou e ressignificou as linhas discursivas da herança racial brasileira.

Para este trabalho, as linhas discursivas são entendidas como uma sequência de palavras ou frases que reúnem um conjunto de signos, trazendo à cena elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações sobre identidade mestiça e preta. Nesse sentido, a análise qualitativa mostra-se muito interessante porquanto permite analisar de que modo os discursos que fazem parte da herança racial do Brasil aparecem nos seriados televisivos que constituem objeto desta pesquisa. Assim, as linhas discursivas manifestadas naqueles eventos fornecem subsídios para análise dos conteúdos presentes nas séries, de modo a indicar a atualidade dos embates discursivos.

A AC, portanto, é importante para este trabalho por ser ferramenta útil à identificação das linhas discursivas. Isso possibilita a investigação da metamorfose dos discursos raciais. Nesse sentido, é mister entender que AC, apesar de analisar vocábulos, é diferente de análise linguística, pois o que se propõe a analisar não é a linguagem em si, mas, sua dimensão coletiva e conflitiva, isto é, a pesquisar o processo de atualização dos discursos da herança racial brasileira retomadas nas diversas esferas públicas e em SN e MB. Em síntese, a “análise linguística estuda a língua para descrever o seu funcionamento. A AC procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais debruçam buscando decifrar outras realidades através das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 44).

Noutras palavras, a linguística determina o manual do jogo da língua, já a AC procura compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento dado, observando as partes que compõem o todo, considerando os significados dos conteúdos, sua forma e a distribuição destes conteúdos e formas, para identificar índices formais e faz análise de co-ocorrência. Por esse motivo, faz-se jus analisar, além de aspectos qualitativos dos conteúdos, também elementos quantitativos dos seriados SN e MB.

Desse modo, este trabalho apropriar-se-á do método da AC e observará aspectos qualitativos e quantitativos das mensagens televisivas veiculadas pela mídia, especialmente no que tange à apropriação e ressignificação dos discursos em torno da identidade negra brasileira presentes nos seriados analisados. Isso é possível porque a AC permite a manipulação das mensagens (conteúdos e expressões desse conteúdo) para evidenciar indicadores que possibilitam inferir sobre outra realidade que não as mensagens em si mesmas consideradas. Na abordagem quantitativa, o que serve de informação são as frequências com que surgem certas características do conteúdo e os cruzamentos entre algumas categorias. Já a qualitativa revela a presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração (BARDIN, 2011).

Desta maneira, a AC, por combinar a análise quantitativa com a qualitativa, possibilita a criação de categorias e a classificação dos conteúdos televisivos presentes nos seriados sob análise. Quantitativamente, o conteúdo dos 13 programas ou episódios de SN foi segmentado em 457 partes, ao passo que os 12 episódios da primeira temporada de MB foram divididos em 394 segmentos, sendo que segmento é a unidade de análise, tendo cada um deles durabilidade de segundos ou minutos. Em cada um deles, foi aplicada uma planilha dividida em categorias analíticas, objetivando identificar conteúdos argumentativos. A partição em segundos ou minutos dos segmentos ocorre sempre que há mudança de tema, e/ou personagem protagonista da cena, e/ou cenário, mas sempre conforme avaliação do pesquisador sobre a relevância da cena.

As categorias utilizadas foram criadas pelo Grupo de Pesquisa Midiaculturas, tendo como fonte inicial de inspiração para a categorização os trabalhos da área de comunicação política, especialmente os de análise dos horários eleitorais e dos debates presidenciais. O livro de códigos destas pesquisas foi adaptado para a análise das séries, procurando trazer categorias trabalhadas pela literatura sobre TV, especialmente sobre

séries, e também sobre a questão racial. A compilação das categorias são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 6 – Categorias criadas para analisar os seriados SN e MB

Minutagem: mapeia tempo de início e fim de cada segmento
Duração: mapeia o tempo de duração total de cada segmento
Protagonista: mapeia, por cor e sexo, o personagem que predominou, ou seja, que introduziu e dialogou sobre o tema debatido no segmento
Nome do protagonista: mapeia o nome do personagem que predominou no segmento
Interlocutor: mapeia, por cor e sexo, qual o personagem que, embora não tenha introduzido o tema, dialogou sobre o assunto com o protagonista no segmento
Nome do interlocutor: mapeia o nome do interlocutor que dialogou com o protagonista no segmento
Tema 1: Mapeia o tema mais recorrente em primeira ordem no diálogo entre interlocutor e protagonista no segmento. Os temas abordados pelos personagens foram: 1) questão racial; 2) sexualidade; 3) machismo; 4) violência racial; 5) violência de gênero; 6) violência outra; 7) feminismo; 8) LGBT; 9) desigualdade social; 10) desigualdade espacial; 11) identidade; 12) movimento social; 13) consumo; 14) cidadania; 15) cultura; 16) trabalho; 17) felicidade; 18) afetividade; 19) segurança.
Tema 2: Mapeia os temas elencados supra mais recorrentes em segunda ordem no diálogo entre interlocutor e protagonista.
Viés: Mapeia o viés exaltado pelo protagonista ou interlocutor no diálogo sobre um tema. Ele pode ser: 0) descritivo quando o tom mais saliente é sem exaltação de pré-noções; 1) progressista quando é manifesto o tom crítico ou contestador do <i>status quo</i> ¹⁵ , das desigualdades ou da hegemonia; neste caso, fica patente o princípio de que as pessoas são diferentes e de que as diferenças não podem ancorar subordinação; 2) conservador é identificado quando é manifesto o tom liberal, reproduzidor dos padrões vigentes, da moralidade tradicional, da ordem e dos costumes; também está presente aqui o princípio da tolerância aos diferentes; 3) pejorativo, que denota o tom reproduzidor dos preconceitos, do racismo, do machismo, da homofobia, etc.

¹⁵ A criação do viés progressista (contestação) foi inspirada no vídeo “A negação do Brasil” de autoria de Joel Zito Araújo, no qual o autor evoca o episódio da novela “Pátria Minha” que culminou em denúncia da fala racista de um dos personagens e posterior direito à resposta. Discutimos esse caso anteriormente, no capítulo 4.

Conflito: Mapeia se houve ou não conflito na cena. Há conflito quando um personagem insere um tema e apresenta determinado viés e o interlocutor não concorda.
Predomínio no Conflito: mapeia, segundo cor e sexo, qual personagem predominou no conflito, ou seja, qual personagem se sobressaiu na discussão quando entrou em conflito no debate de um tema.
Nome do personagem que predominou no conflito: mapeia o nome do personagem que se sobressaiu na discussão quando entrou em conflito no debate de um tema.
Apropriação: Mapeia se houve ou não apropriação e ressignificação do debate dos temas dialogados entre os personagens ¹⁶ .

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas (2016).

Desse modo, após a explanação de como se deu a segmentação dos seriados SN e MB, bem como a criação de categorias, é importante salientar como ocorreu o processo da classificação e seleção dos conteúdos na planilha em Excel dos programas analisados. A seleção dos conteúdos, ou seja, a coleta de dados foi realizada de modo a trazer informações do tipo: a) protagonismo segundo cor e sexo; b) interlocução segundo cor e sexo; c) temas; d) viés; e) conflito; f) predomínio no conflito. Nesse sentido, as categorias protagonismo e interlocução foram classificadas em mulher preta; homem preto; mulher branca; homem branco; mulher parda; homem pardo.

Vale ressaltar que houve uma polêmica no grupo de pesquisa quanto à classificação das personagens em pretas ou pardas, problematizando-se, no embate, o conceito de preconceito de marca e origem presente nas obras de Oracy Nogueira. Posteriormente, os pesquisadores votaram se as personagens negras – Lia, Zulma, Soraia, Matilde (SN) e Michelle (MB) deveriam ser classificadas como pardas ou pretas. Por uma diferença pequena de votos, as personagens Soraia, Matilde e Michelle foram classificadas como pardas, e as demais como pretas.

Quanto aos assuntos debatidos pelos personagens, eles foram classificados em dezenove temas conforme apresentado no quadro 6. No entanto, como era comum numa cena personagens dialogarem sobre vários temas, foi definido pelos pesquisadores que os temas principal e secundário seriam aqueles mais recorrentes no segmento e que a

¹⁶ A coleta de dados quantitativos pelos pesquisadores do processo de apropriação e ressignificação dos temas discutidos pelos personagens começou a ser realizada no seriado SN, mas isso gerou muita polêmica, pois muitos dos pesquisadores exaltavam dificuldades em analisar esse processo. Logo, foi acordado que tal exegese seria realizada de forma qualitativa.

protagonista deveria estar envolvida na discussão. Com relação ao viés, este foi classificado em descritivo, progressista, conservador e pejorativo.

Com a categoria conflito, buscou-se diagnosticar se houve ou não discordância entre os personagens, e, em havendo discordância sobre um tema, se houve conflito. Desse modo, essa categoria foi classificada em sim (houve conflito); não (não houve conflito); não se aplica (houve conflito, mas houve consenso).

Por fim, a categoria predomínio no conflito procurou detectar qual personagem, segundo cor e sexo, ganhou a discussão ou conflitarem sobre um tema. O que possibilitou aplicar a esse elemento a mesma lógica de classificação destinada às categorias protagonismo e interlocução explicitadas anteriormente¹⁷.

A coleta dos dados foi realizada pelos pesquisadores do grupo de pesquisa Midiaculturas, tendo em vista a classificação apresentada. É importante compreender que toda coleta de dados corre o risco de ser afetada por viés subjetivo. No entanto, para inibir tal perigo foram feitos treinamentos e pré-testes, assim como fiscalizações e revisões das coletas. Os conteúdos mapeados compuseram uma planilha foi processada por meio do software estatístico SPSS, gerando frequências e cruzamentos.

Por frequência entende-se o que é mostrado pela incidência nominal e percentual de uma categoria. A título de exemplo, apresenta-se a seguinte situação: o tema racial foi discutido em vinte e cinco segmentos do seriado SN. Logo, sua frequência foi de vinte e cinco, o que representa a porcentagem de 5,5% de um total de 457 segmentos.

De acordo com os interesses desta pesquisa, foram eleitos como significativos os seguintes cruzamentos estatísticos: a) tema principal *versus* protagonista (sexo e cor); b) tema principal *versus* interlocução; c) tema principal *versus* viés; d) tema principal *versus* conflito; e) viés *versus* conflito; f) viés *versus* protagonismo; g) protagonismo *versus* interlocutor e h) predominância do conflito.

A frequência medida em porcentagem mapeia o número de temas, indica quantos atores, por cor e sexo, tiveram protagonismo bem como interlocução. Ademais, verifica se os atores entraram em conflito nas cenas, quem levou vantagem, assim como identifica a quantidade de mensagens veiculadas com um viés conservador, pejorativo, progressista ou neutro visibilizados nas cenas.

¹⁷ A codificação das categorias encontra-se no livro de códigos em anexo.

É necessário salientar que o protagonismo segundo sexo e cor investiga quais atores – masculinos ou femininos, brancos ou negros – dominaram as cenas. Já a tabela de interlocução, que indica os atores coadjuvantes, aqueles que ocupam posição secundária na interlocução, mapeia as características fenotípicas e de gênero dos atores que ocuparam tal posição. Já a tabela de tema principal permite diagnosticar quais foram os assuntos mais discutidos nas mensagens. Em contrapartida, os dados referentes ao viés possibilitam detectar nas cenas qual o posicionamento dos personagens frente aos temas.

O tópico sobre a existência de conflitos verificou se nas cenas houve ou não contestação do tema ou do viés que apareceu nelas, assim como o perfil dos personagens que fizeram a contestação, se brancos ou negros, homens ou mulheres. A título de exemplo, quando um personagem branco age de forma preconceituosa com relação a cor de pele e se existiu um interlocutor negro que contestou tal discurso. O predomínio no conflito busca exatamente identificar quem levou vantagem na discussão, se foi um personagem negro ou branco, homem ou mulher.

Dados qualitativos referentes ao conteúdo da série, tais como o perfil dos personagens, o enredo e as mensagens televisivas completam o *corpus* e serão explicitados após a apresentação dos dados quantitativos.

Nesse capítulo, foram apresentados o método de AC, orientador da segmentação dos conteúdos televisivos, e a criação de categorias e a classificação das variáveis, inspirados em trabalhos da área de comunicação política. Dito isso, o próximo capítulo apresenta as tabelas e suas respectivas análises, bem como os dados qualitativos – quais sejam – as mensagens televisivas que são úteis para a pesquisa das linhas discursivas da herança racial do Brasil.

6. ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DA HERANÇA RACIAL BRASILEIRA

Entre as diversas linhas discursivas da herança racial brasileira – raça, identidade, mestiçagem, miscigenação, democracia racial, divisão racial, fenótipo, diversidade, justiça social, igualdade, desigualdade social, reparação, meritocracia, branqueamento, negritude e reparação – serão verificados se, como e quais deles foram apropriados e ressignificados em SN e MB. Como visto anteriormente, estas linhas são recorrentes e foram retomadas em diferentes situações e arenas públicas recentes. Para cumprir esse desiderato, será feita análise de conteúdo quantitativa e também serão considerados alguns conteúdos qualitativos. Enfatizamos aqui que, nessas análises, foram feitas a divisão entre personagens pretos e pardos, assim, quando a informação sobre a divisão for relevante, os dados preto e pardo serão separados. Quando tal divisão não for importante na exegese, esses dados aparecerão de forma agregada (negros).

É mister rememorar que serão analisadas apenas as primeiras temporadas dos seriados SN e MB e que, nos conteúdos qualitativos, ou seja, nas mensagens televisivas, procurar-se-á identificar nas falas dos personagens aspectos que permitam ou não comprovar a hipótese desse trabalho, qual seja, de que houve um processo de apropriação, ressignificação e atualização das linhas discursivas da herança racial do Brasil.

Cabe compreender que ambos os seriados associaram o debate de raça ao de sexualidade e classe (ALMEIDA; DRUMMOND; SOUZA, 2017). Dada a similaridade destas temáticas nos programas, é pertinente, pois, perguntar e comparar como se deu tal processo de apropriação e ressignificação. O objetivo é pertinente, também, porque “os seriados SN, de modo mais explícito, e MB, de maneira mais implícita, retomam conteúdos nevrálgicos da construção da identidade nacional” (ALMEIDA; DRUMMOND; SOUZA, 2017, p. 69). Esse trabalho tem a finalidade de fazer a exegese justamente disso, ou seja, investigar se realmente houve ou não alterações nos discursos vinculados à questão da identidade mestiça e preta quando problematizados na esfera midiática. Nesse intuito, os dados quantitativos e qualitativos, além de possibilitarem tal exegese, também permitirão a análise de como se deu a representação das mulheres e homens negros na mídia, questão secundária levantada por esta pesquisa.

Esse capítulo está organizado da seguinte maneira: num primeiro momento serão apresentadas as tabelas, geradas em programa SPSS, a saber: a) frequência do protagonismo dos personagens dos seriados segundo sexo e cor; b) frequência dos principais temas abordados; c) cruzamento do protagonismo com os temas discursivos enfatizados pelos seriados; d) a relação entre os vieses e os diversos temas; e) a imbricação entre viés e conflito; f) a relação de quais atores tiveram predomínio (se sobressaíram) nos conflitos apresentados nas cenas.

Em relação aos conteúdos qualitativos dos seriados SN e MB, as falas dos personagens televisivos que abordaram a temática da questão racial estão disponíveis nos anexos¹⁸ C e D. Todo esse material dará suporte para responder as questões apresentadas por esta tese.

6.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS SERIADOS SN E MB

Mapear quais atores foram protagonistas e quais suas características é de fundamental importância para a consecução do objetivo deste trabalho, cuja intenção, novamente, é perceber o processo de apropriação e ressignificação de linhas discursivas. Assim, o protagonismo pode revelar quais personagens, segundo a clivagem de cor e sexo, reproduziram linhas discursivas da nossa herança racial brasileira.

Para tanto, apresenta-se tabela comparativa entre *Sexo e as Negas* e *Mister Brau*, seus personagens e suas características quanto ao protagonismo seguindo a clivagem sexo e cor.

Tabela 1 – Protagonista (sexo e cor)

Personagem	PROTAGONISTA		PROTAGONISTA	
	<i>Sexo e as Negas</i>		<i>Mister Brau</i>	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mulher preta	103	22,5	1	0,3
Mulher parda	111	24,3	100	25,4
Homem negro	41	9	142	36
Mulher branca	150	32,8	67	17
Homem branco	52	11,4	84	21,3
Total	457	100	394	100

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

¹⁸ As falas dos personagens dos seriados SN e MB foram numeradas para melhor visualização.

Observa-se que, no seriado SN, as mulheres negras atuaram como protagonistas em 46,8% das cenas, enquanto o protagonismo dos negros (homens e mulheres somados) o total atingiu 55,8%, contra 44,2% dos personagens brancos (tanto homens quanto mulheres). Considerando-se que a literatura aponta uma herança midiática negativa na representação de pretos e pardos, e, sobretudo, das mulheres pretas e pardas, a presença dos personagens negros mostra-se, então, bastante significativa. Os dados quantitativos indicam uma mudança importante na representação dos negros na mídia, pois revelam que o protagonismo de atores negros levou uma leve vantagem quando comparado ao dos personagens brancos.

Ao se comparar os seriados SN e MB, verifica-se que neste a superioridade quantitativa de protagonismo de personagens negros foi mantida. E mais, esse percentual acabou se elevado, atingindo 61,7% dos segmentos. Confirma-se, com isso, a percepção de tendência, já verificada em SN, de tentativa de mudança na sub-representatividade dos negros nos programas televisivos. Porém, a representação de gênero foi invertida: os personagens negros do sexo masculino protagonizaram 36% das cenas de MB, ao passo que as personagens negras o fizeram em 25,7% dos segmentos. Quando olhamos para o protagonismo das mulheres negras, observa-se que em SN e MB, respectivamente, as mulheres pardas protagonizaram 24,3% e 25,4% das cenas, enquanto que o homem negro, em SN, somou 9% e, em MB, 36%. Essa clivagem de cor e sexo é importante à luz dos dados qualitativos, a fim de mapear se a arena midiática reservou mais visibilidade a atores pardos do que pretos.

É mister compreender que a proposta de SN foi de problematizar a questão da autonomia sexual de quatro mulheres negras. No entanto, é interessante ressaltar que o narrador do seriado é Miguel Falabella – homem branco –, ao mesmo tempo em que uma das principais personagens e também agente na introdução de linhas discursivas, Jesuína, é uma mulher branca, dado acrescido ao fato de que, nesse programa televisivo, as pessoas brancas protagonizam 44,2% dos segmentos – quase metade. Todavia, apesar de o protagonismo dos negros ser verificado em comparação com o histórico de sub-representação da população na televisão, em termos qualitativos é importante perceber que a presença dos personagens não negros ainda é significativa (percepção que será confirmada por outros dados, por exemplo, o cruzamento entre protagonismo e temas).

Também é importante mapear com quem os protagonistas interagem, pois, isso mostra aspecto de associação entre os personagens. Para tanto, apresenta-se as tabelas 2 e 3, que abordam a interação entre protagonista e interlocutor:

Tabela 2 – Protagonista x Interlocutor – SN (sexo e cor)

Protagonista	Interlocutor								Total
	Nenhum	Mulher preta	Homem preto	Mulher branca	Homem branco	Mulher parda	Homem pardo	Outros	
Mulher branca	18	14	42	51	10	11	1	3	150
Mulher parda	9	14	15	20	37	15	0	0	110
Mulher preta	4	3	36	17	18	22	2	2	104
Homem branco	30	4	2	8	2	6	0	0	52
Homem preto	16	5	2	13	2	3	0	0	41
Total	77	40	97	109	69	57	3	5	457

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Analisando-se tal tabela, observa-se que em SN as mulheres pretas interagem mais com homens pretos, enquanto estes interagem mais com mulheres brancas. A mulher parda, por sua vez, interage mais com o homem branco – a análise qualitativa posterior apontará para a retomada da linha discursiva da mulata sensual a serviço dos prazeres dos homens brancos. Ainda sob o aspecto da relação entre personagens, não há como deixar de olhar a interlocução das mulheres brancas, pois essas interagem mais entre si, dados que, conjugados com o aspecto qualitativo, revelam a retomada da linha discursiva do branqueamento racial diretamente ligado ao discurso de conservação do mito da democracia racial.

Tabela 3 – Protagonista x Interlocutor – MB (sexo e cor)

Protagonista	Interlocutor						Total
	Nenhum	Homem Preto	Mulher branca	Homem branco	Mulher negra	Outros	
Homem negro	4	31	19	50	37	2	143
Mulher parda	1	46	18	34	1	0	100
Homem branco	3	30	23	14	14	0	84
Mulher branca	1	9	6	44	6	1	67
Total	9	116	66	142	58	3	394

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Da análise da tabela 3, depreende-se que em MB a personagem feminina parda dialoga mais com homens pretos (46), mas também dialoga com homens brancos (34). Já os homens negros dialogam mais com homens brancos (50) e mulheres negras (37).

Comparando-se as duas tabelas, observa-se que, em SN, as mulheres pretas dialogam mais com homens pretos – o que será analisado na parte destinada a exegese dos dados qualitativos, pois essa interação, demonstra de certa maneira, à luz dos dados qualitativos, a retomada da linha discursiva da negritude que tece críticas ao mito da democracia racial. Por sua vez, como apontado anteriormente, as mulheres pardas dialogam mais com homens brancos, retomando o discurso de conservação da linha discursiva do mito da democracia racial. Em MB, a parda dialoga mais com homens pretos refutando a linha discursiva da harmonia racial entre brancos e negros fomentado pelo ângulo da sexualidade.

Ao se considerar o conjunto mulheres negras (pretas e pardas), percebe-se que, em SN, elas dialogam mais com homens brancos (55). O que ocorre de forma contrária em MB, em que, na maior parte dos segmentos, essas personagens dialogam mais com homens negros.

Analisado o protagonismo segundo cor e sexo nos dois seriados, é relevante mapear quais temas foram apropriados pelos seriados SN e MB, de forma a analisar as frequências dos principais temas veiculados nos seriados, uma vez que esse movimento possibilita verificar quais linhas discursivas da nossa herança racial brasileira foram apropriadas nos programas, tema das tabelas abaixo:

Tabela 4 – Tema principal x Frequência x Porcentagem – SN

Tema	Frequência	Porcentagem
Afetividade	160	35,0
Cultura	57	12,5
Sexualidade	49	10,7
Trabalho	41	9,0
Consumo	39	8,5
Questão racial	25	5,5
Machismo	20	4,4
Felicidade	16	3,5
Feminismo	14	3,1
Desigualdade social	9	2,0
Cidadania	8	1,8
Desigualdade espacial	7	1,5
Identidade	5	1,1

Violência outra	2	0,4
LGBT	2	0,4
Violência de Gênero	1	0,2
Outros	2	0,4
Total	457	100

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Embora o seriado SN aborde uma diversidade de dezesseis temas, consideramos relevantes para nossa análise aqueles já discutidos nas esferas públicas anteriores, sendo os que preenchem tal condição: questão racial, desigualdade social, identidade, cultura, trabalho e afetividade.

Nesse programa, a questão racial abrange os subtemas racismo, branqueamento, mestiçagem e democracia racial. De um total de 457 segmentos, o tema foi discutido em 25, equivalendo a 5,5% do total de cenas. Já o tema desigualdade social – abordado em 9 segmentos, perfazendo 2% – refere-se a questões econômicas e de classe social. Por sua vez, a questão da Identidade, em nossa abordagem, refere-se à exaltação da identidade nacional e das diversas raças, bem como orgulho de pertencer a determinado segmento racial. Esse foi o tema de 5 segmentos – 1,1%. Em contrapartida, o tema cultura – abordado em 57 segmentos, perfazendo 12,5% – abarca tanto cultura popular propriamente dita como também *habitus* culturais expressos no cotidiano. No que se refere a trabalho, esse tema inclui a relação de trabalho, ambiente de trabalho; relação patrão e empregado; direitos do trabalho e lutas para conquista e manutenção de direitos trabalhistas. Em SN, a temática foi trabalhada em 41 segmentos, preenchendo, assim, 9% da grade. Por fim, a afetividade – a questão trabalhada em maior quantidade no seriado SN e abordada em 35% dos segmentos, 160 vezes – diz respeito aos relacionamentos, namoros e família. Por sua vez, o seriado MB apresentou a seguinte frequência:

Tabela 5 – Tema principal x Frequência x Porcentagem – MB

Tema	Frequência	Porcentagem
Afetividade	66	16,7
Trabalho	53	13,5
Consumo	42	10,7
Cultura	39	9,9
Violência	33	8,4
Sexualidade	28	7,1
Identidade	28	7,1
Machismo	25	6,3

Segurança	24	6,1
Questão racial	22	5,6
Felicidade	13	3,3
LGBT	6	1,5
Desigualdade social	6	1,5
Cidadania	6	1,5
Feminismo	2	0,5
Desigualdade espacial	1	0,3
Total	394	100

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

No seriado MB, o tema da questão racial teve uma frequência de 5,6%. Em comparação com SN, o dado indica praticamente um empate na quantidade de abordagens por ambos. Por sua vez, o tema desigualdade social ocupou 1,5% das cenas (6 segmentos), 0,5% menos do que SN. Já, a questão de identidade foi abordada em 7,1% do total (28 segmentos). Ao passo que em SN foi objeto de 1,1%, indicando diferença significativa na quantidade de abordagem entre os dois programas. O tema cultura, por sua vez, preencheu 9,9% dos segmentos (39) de MB, quantidade de abordagens menor, se comparada com SN. Na contramão, o tema trabalho foi objeto de 13,5% dos segmentos (53) de MB, quantidade maior que a abordada na outra série analisada. A afetividade, por fim, ocupou 16,8% dos segmentos (66) em MB, número este bastante inferior ao de SN.

Apresentado os temas que serão analisados na parte qualitativa, passa-se a mapear quais personagens segundo cor e sexo apropriaram os temas acima elencados. O cruzamento entre temas e protagonista revela quais grupos são associados mais a quais temas. No que tange a ideologia da nação mestiça brasileira, existe uma hierarquia de temas na sociedade, por exemplo, cultura é mais importante do que sexualidade, então, é interessante observar como se dá a representação dos grupos associada a distribuição dos temas por protagonismos.

Tabela 6 – Tema principal x Protagonista (sexo e cor) – SN

Tema	Protagonista					Total
	Homem negro	Mulher branca	Homem branco	Mulher preta	Mulher parda	
Afetividade	14	63	12	41	30	160
Cultura	5	28	11	6	7	57
Sexualidade	6	8	0	13	22	49
Trabalho	3	7	3	11	17	41

Consumo	2	14	7	7	9	39
Questão racial	4	10	4	1	6	25
Machismo	5	2	5	5	3	20
Felicidade	1	6	1	3	5	16
Feminismo	1	6	2	1	4	14
Desigualdade social	0	0	2	5	2	9
Cidadania	0	0	2	2	4	8
Desigualdade espacial	0	3	0	3	1	7
Identidade	0	2	1	2	0	5
Violência	0	0	1	2	0	3
LGBT	0	1	0	0	1	2
Outros	0	1	1	0	0	2
Total	41	151	52	102	111	457

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Alguns números merecem destaque em SN. Dada as características deste *sitcom* que foi representar a autonomia sexual de quatro mulheres negras, vale salientar que o tema afetividade alcançou o primeiro lugar, com uma vantagem muito elevada em comparação aos outros assuntos debatidos, sendo que o segundo tema, cultura, tem uma frequência de aproximadamente um terço do assunto afetividade. O terceiro tema mais abordado foi o da sexualidade, sendo surpreendente o fato desse assunto não aparecer em primeiro lugar, visto que o título da própria série faz alusão ao assunto.

Quando o tema é afetividade o protagonismo das mulheres, as mulheres negras (71 casos) saem à frente se comparadas com as mulheres brancas (63 segmentos). O mesmo se passa quando o tema é felicidade ou consumo. Mas, quando o tema principal é cultura, uma diferença se apresenta de forma significativa: o protagonismo é das mulheres brancas e não das negras: as mulheres pretas e pardas não alcançam metade do protagonismo das mulheres branca, ao passo que as mulheres negras são protagonistas quatro vezes mais do que as brancas quando o tema é sexualidade. Cenário semelhante quando se analisa o tema trabalho, pois as mulheres negras aparecem com 28 casos e apresentam uma boa vantagem em relação às mulheres brancas e aos homens independente da cor da pele.

Merece atenção, ainda, o protagonismo quando tematiza a questão racial, pois, mesmo nesse caso, as mulheres brancas estão à frente. Os dados qualitativos explicam esse fato, pois a personagem gaúcha e branca que vive na comunidade, Gaudéria expõe de forma contínua preconceito racial e social contra diversos personagens.

Parece legítimo afirmar, à luz dos dados quantitativos, que SN reserva às mulheres negras papéis principais no que tange ao tema trabalho e sexualidade, e às mulheres brancas o tema cultura.

Em relação ao tema desigualdade social, observa-se que ele foi abordado nove vezes, sendo duas, por homens brancos; cinco, por mulheres pretas; e duas por mulheres pardas. Novamente, as mulheres negras têm a dianteira no debate desse assunto. Quando o tema é identidade mulheres brancas e negras empatam no que tange ao protagonismo.

Por sua vez, apropriação dos temas por MB está relacionada na tabela abaixo:

Tabela 7 – Tema principal x Protagonista (sexo e cor) – MB

Tema	Protagonista				Total
	Homem negro	Mulher branca	Homem branco	Mulher parda	
Afetividade	13	17	13	23	66
Trabalho	24	6	8	15	53
Consumo	17	9	7	9	42
Cultura	19	3	12	5	39
Violência	9	4	10	10	33
Sexualidade	8	4	7	9	28
Identidade/ status social	6	10	4	8	28
Machismo	16	1	4	4	25
Segurança	9	4	8	3	24
Questão racial	6	7	4	5	22
Felicidade	8	1	2	2	13
LGBT	3	0	0	3	6
Desigualdade social	3	1	1	1	6
Cidadania	1	0	4	1	6
Feminismo	0	0	0	2	2
Desigualdade espacial	0	1	0	0	1
Total	142	68	84	100	394

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Considerando que o seriado MB tem um formato próximo de SN, o tema de maior frequência também é a afetividade, porém, tal tema foi protagonizado por personagens negros em 36 segmentos, ficando acima dos personagens brancos em 6 segmentos. O protagonismo do tema afetividade fica reservado às mulheres pardas, pois

os homens negros lideram quanto ao protagonismo de temas como trabalho, consumo, cultura, machismo e desigualdade social. A análise qualitativa nos possibilita explicar o protagonismo do homem negro em relação a esses temas, pois o personagem Brau aparece em muitas cenas cujo assunto é seu desempenho como cantor, compositor e músico; daí a alta frequência dos temas trabalho e cultura para homens negros.

Surpreende, entretanto, os negros aparecerem de modo elevado protagonizando temas como o consumo e o machismo. Sobre isso, é possível afirmar que a ascensão do casal Brau é fortemente marcada pelo consumo, traço marcante dos últimos anos no Brasil pré-crise econômica, uma vez que a mobilidade social dos mais pobres, entre os quais os negros, foi marcada pelo acesso ao consumo de bens antes restritos às classes média e alta. No que tange o machismo, os dados qualitativos mostram cenas em que o personagem negro Lima reproduz uma postura machista em relação à personagem branca Andreia.

No tema sexualidade, os afrodescendentes lideram, com 17 segmentos, enquanto os personagens brancos protagonizam em 11 casos, ao passo que o tema identidade é apropriado de forma equivalente entre brancos e negros. Outro conjunto de dados úteis à exegese deste trabalho refere-se à presença de viés nos segmentos. É importante analisar a frequência de vieses porque tal informação possibilita verificar a tendência política ideológica que predominou nos seriados, o que será muito importante para a análise qualitativa a ser realizada adiante, pois, cruzaremos o viés com a presença de contestação.

Assim, a título de exemplo, poderemos verificar se a presença de um segmento com viés conservador, ou pejorativo, em termos raciais, veio acompanhada de contestação. Vale lembrar que o viés progressista se refere à manifestação de um tom crítico ou contestador do *status quo*, das desigualdades ou da hegemonia. Por outro lado, o viés conservador é identificado quando se manifesta um tom liberal – o qual reproduz os valores da moralidade tradicional e dos bons costumes, ao passo que o viés pejorativo está relacionado ao fato de reproduzir preconceitos, dentre outros, o racismo, o machismo, a homofobia etc. O viés neutro é identificado quando vigora o aspecto descritivo nos segmentos.

O predomínio da neutralidade nos quadros temáticos aponta, mais uma vez, para o caráter de entretenimento próprio do gênero estudado. Todavia, o seriado também reservou espaço para polêmicas, sendo que as frequências desses vieses estão expostas a seguir:

Tabela 8 – Frequência de Vieses – SN

Viés	Frequência	Porcentagem
Neutro	358	78,3%
Progressista	41	9,0%
Pejorativo	32	7,0%
Conservador	26	5,7%
Total	457	100,0%

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Dos 457 segmentos de SN, 358 (78,3%) foram neutros, ou seja, descritivos. 41 deles (9%) criticaram as diversas formas de desigualdade vigentes na sociedade, apresentando viés progressista. Por outro lado, o viés conservador – cujas cenas tinham o intuito de reproduzir os padrões vigentes, exaltando os discursos da ordem e da preservação dos costumes tradicionais – somou uma frequência de 26 segmentos (5,7%). Por fim, o viés pejorativo compôs um total de 32 segmentos (7%), nos quais os atores enfatizaram um viés que denota um tom reprodutor de preconceitos, sobretudo, o racismo.

Tabela 9 – Frequência de vieses – MB

Viés	Frequência	Porcentagem
Neutro	257	65,2%
Conservador	59	15,0%
Progressista	42	10,7%
Pejorativo	36	9,1%
Total	394	100,0%

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Nota-se que o seriado MB apresentou menor neutralidade que SN. Nele, observa-se que de um total de 394 segmentos, 257 (65,2%) deles descreveram linhas discursivas sem valoração. Por outro lado, o viés progressista – crítico com relação às inúmeras formas de desigualdade – somou 42 segmentos, perfazendo 10,7% dos segmentos. O viés conservador – reprodutor da moralidade tradicional – apareceu em 59 segmentos, 15% deles. Por fim, o viés pejorativo, que exalta preconceitos, foi enfatizado em 36 (9,1%) dos segmentos.

Apesar de MB ter se mostrado mais crítico do que SN, por ter apresentado menos cenas meramente descritivas, o aumento que houve se deu no viés conservador,

ao passo que, nos outros vieses, houve pequenas alterações percentuais. A tabela 10 (abaixo) permite uma melhor visualização dos vieses mais frequentes dos principais temas em SN.

Tabela 10 – Tema principal x viés – SN

Tema	Vieses				Total
	Neutro	Progressista	Conservador	Pejorativo	
Afetividade	130	10	12	8	160
Cultura	49	3	2	3	57
Sexualidade	38	3	4	4	49
Trabalho	40	1	0	0	41
Consumo	35	1	1	2	39
Questão racial	13	6	1	5	25
Machismo	6	6	4	4	20
Felicidade	11	3	2	0	16
Feminismo	9	2	0	3	14
Desigualdade social	5	2	0	2	9
Cidadania	8	0	0	0	8
Desigualdade espacial	5	1	0	1	7
Identidade	4	1	0	0	5
Violência	3	0	0	0	3
LGBT	0	2	0	0	2
Outros	2	0	0	0	2
Total	358	41	26	32	457

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

As frequências das colunas “conservador” e “pejorativo” somadas se sobressaem ao viés “progressista”, que, no entanto, não pode ser desprezado já que, apesar de tímido, fez-se presente. Na questão racial, por exemplo, ocorre uma divisão entre viés progressista, ou seja, contestador, e as visões conservadoras e pejorativas. Mas, estes dados isolados podem gerar interpretações falsas, tornando sua análise sob o olhar qualitativo relevante, pois, a título de exemplo, a personagem Gaudéria abusava da fala pejorativa, ao exteriorizar preconceito de classe e raça, apesar de ter se casado com um homem negro e pobre. Merece destaque, ainda, o fato de ter predominado um enquadramento progressista quanto ao tema machismo, revelando que SN cumpriu a função de representar a autonomia sexual das quatro mulheres negras.

Posteriormente, na análise qualitativa, percebeu-se que autonomia sexual das personagens negras se entrelaçou ao tema da questão racial. O assunto preconceito,

aliás, intitula um dos episódios. Em síntese, o tema do racismo é tratado na chave do preconceito, sendo que as cenas sobre essa temática tendem a envolver os próprios personagens negros manifestando preconceito contra pessoas da sua própria raça. Nota-se que, nesse panorama, o preconceito racial se diluiu numa linha discursiva que o colocou em equivalência com outros tipos de preconceito como, por exemplo, contra idosos, etc. Todavia, o mais importante é que as tensões envolvendo as cenas de preconceito racial foram solucionadas por protagonistas negras, especialmente por Soraia, que mantém relação sexual com os personagens que difundiram preconceito racial.

O seriado SN, ao propor que todas as etnias estão envolvidas em pé de igualdade em preconceitos, retoma a linha discursiva da conservação do mito da democracia racial, conferindo-lhe um significado a mais, o da democracia do preconceito. Entretanto, a linha discursiva mais relevante aponta a sexualidade como elemento pacificador desse preconceito. O dispositivo que comporta essa linha de força discursiva opera no sentido de tornar invisível a intersecção entre raça e gênero como estratégia de subalternização. Com isso, inibe-se a formação de subjetividades de resistência contra o preconceito racial.

Quanto ao tema desigualdade social observa-se que ele foi apresentado descritivamente em cinco situações. Em outras duas, houve abordagem progressista, mesma quantidade de abordagens com viés pejorativo. Fato semelhante ocorreu com o tema cultura, pois prevaleceu o viés descritivo, havendo apenas três segmentos que trouxeram à tona abordagem progressista. Também houve três usos pejorativos do tema. E outras duas foi realizada abordagem conservadora. Os dados qualitativos nesse quesito mostram que o tom progressista foi exaltado pela personagem preta Zulma que reage ao viés conservador exaltado pela personagem branca Carmem no que tange aos hábitos da cultura popular.

O tema trabalho também apresentou viés predominantemente neutro: de um total de 41 segmentos, quarenta deles apresentou viés descritivo e apenas um indicou abordagem progressista. Esse viés, à luz dos dados qualitativos, mostra, por exemplo, a personagem parda Soraia reagindo ao assédio sexual praticado por personagens brancos no ambiente laboral.

Com relação ao tema identidade, observa-se quantitativamente que, de cinco segmentos, em quatro deles prevaleceu o viés neutro e uma vez sobressaiu viés

progressista – o que revela a visão de que as identidades são fragmentadas e não unificadas ao redor de um eu coerente, tal como se verá na análise qualitativa.

Por fim, o assunto afetividade teve um bom índice de viés progressista em SN, ainda que o tom conservador tenha prevalecido e a presença do enquadramento pejorativo se faz notar. Isso porque esse tema apresentou 130 segmentos com viés neutro, doze com viés conservador, dez com características progressistas e oito com viés pejorativo.

A tabela 11, a seguir, apresenta o cruzamento dos dados relativos a viés e tema principal, agora para o seriado MB.

Tabela 11 – Tema principal x viés – MB

Temas	Vieses				Total
	Neutro	Progressista	Conservador	Pejorativo	
Afetividade	50	4	11	1	66
Trabalho	47	1	3	2	53
Consumo	33	3	5	1	42
Cultura	30	6	0	3	39
Violência	26	2	5	0	33
Sexualidade	19	0	8	1	28
Identidade/ status social	7	10	5	6	28
Machismo	1	2	13	9	25
Segurança	22	1	1	0	24
Questão racial	4	7	2	9	22
Felicidade	12	1	0	0	13
LGBT	0	0	4	2	6
Desigualdade social	3	1	1	1	6
Cidadania	4	0	1	1	6
Feminismo	0	2	0	0	2
Desigualdade espacial	0	1	0	0	1
Total	258	41	59	36	394

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

O seriado MB apresentou menos viés neutro (65,4%) se comparado ao programa SN (78,3%). Porém, o conservador (14,9%) se sobressaiu em relação aos enquadramentos progressista (10,4%) e pejorativo (9,1%). Um assunto importante tematizado em MB foi a questão racial que apresenta, todavia, uma distribuição de

vieses parecida com SN, quando olhamos para os segmentos pejorativo (9) e progressista (7).

A questão racial não é um tema com alta frequência tanto em SN quanto em MB, conforme visto nas tabelas 4 e 5. Entretanto, Mister Brau, assim como as quatro protagonistas negras de SN denunciam o preconceito racial. O olhar qualitativo descrito na seção seguinte traz algumas complementações interessantes, uma vez que Mister Brau é um dos personagens que contesta o preconceito racial e leva a denúncia ao poder judiciário. Porém, antes de solucionar o caso pelo âmbito jurídico, o personagem negro tenta resolver o problema de forma pré-moderna, exaltando os valores da malandragem, como se observará na análise qualitativa.

Outro assunto que apareceu em MB foi a questão da sexualidade. Essa temática teve a predominância do viés conservador (8), apresentando apenas um caso para pejorativo, sendo nulo segmento com viés progressista. O que revela que o *siticom* MB apresentou a reprodução do padrão “normal” das relações entre os casais, fator corroborado pela abordagem do tema “afetividade”, na qual o tom conservador saiu à frente (11), sendo seguido pelo viés progressista (4).

Vale lembrar que MB apresentou uma visão crítica quanto ao tema afetividade, porém, com relação ao tema machismo, exaltou vieses conservadores (13) e pejorativos (9) em maior proporção do que o viés progressista (2), revelando que, no tangente ao relacionamento amoroso, SN apresentou visão menos conservadora e pejorativa do que MB. Outro dado relevante é predominância do viés progressista na abordagem do tema Identidade, pois, nesse caso, o olhar qualitativo demonstra que o personagem Mister Brau e Lima são os principais personagens que exaltam a identidade negra. Entretanto, essa abordagem progressista a respeito da identidade não questiona os vieses pejorativos e conservadores em relação ao mundo do trabalho. Sobre esse assunto, os dados qualitativos, mostram a exaltação da linha discursiva meritocrática em MB, uma vez que o casal negro aparece ao longo dos diversos episódios trabalhando de forma muito mais extenuante se comparado aos consortes brancos Andreia e Henrique.

Quando olhamos para os dados da desigualdade social MB apresentou seis segmentos com relação a esse conteúdo. Mas, a metade teve abordagem neutra e os demais vieses foram contemplados em um segmento para cada. Uma cena que expressa o caráter neutro a respeito da desigualdade social foi explicitada no episódio 7 em MB, como se verá adiante na exegese qualitativa. Nesse segmento, Mister Brau exalta o

preconceito linguístico em relação às classes populares, em um tom neutro, ou até mesmo conservador, a respeito das desigualdades raciais e de classe.

O viés neutro com relação à desigualdade social é complementado com o caráter majoritariamente neutro do tema consumo, com ligeira preponderância do viés conservador em relação ao progressista. Esses dados corroboram a impressão explicitada pelo olhar qualitativo de que a mobilidade social do casal Brau exalta o mundo do consumo, até mesmo aceitando, no caso de Michele, uma competição consumista com a personagem Andreia.

O cruzamento dos vieses e temas apontam quais temas foram exaltados com viés pejorativo, conservador ou pejorativo. Nessas tabelas adiantamos alguns dados qualitativos ao apontar quais personagens negros exaltaram quais vieses com relação aos temas. Na tabela seguinte (12), relaciona-se o protagonismo por cor e sexo à reprodução dos diversos vieses. Para a análise qualitativa isso será importante por possibilitar a percepção de qual personagem individualmente considerado foi agente direcionador do sentido das linhas discursivas e potencial ressignificador.

Tabela 12 – Viés x Protagonista (sexo e cor) – SN

Viés	Protagonista					Total
	Mulher preta	Mulher parda	Homem negro	Mulher branca	Homem branco	
Neutro	81	91	28	113	45	358
Progressista	12	9	4	13	3	41
Pejorativo	6	8	4	12	2	32
Conservador	4	3	5	12	2	26
Total	103	111	41	150	52	457

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Percebe-se, na tabela acima, que a neutralidade foi a característica mais presente em todos os segmentos analisados. Mas, analisando os demais enfoques, percebe-se que as mulheres negras, quando protagonistas, apresentam um viés progressista em aproximadamente 10% dos casos. Todavia, o número de segmentos com vieses pejorativos dos quais elas participam também é elevado, preenchendo aproximadamente 6,5% das cenas. Somando-se as abordagens pejorativas com as de cunho conservador, o total é de quase 10%, próximo a um empate com o viés progressista.

Chama a atenção a abordagem dada aos protagonistas negros do sexo masculino, cujas participações progressistas não alcançam metade do conjunto de cenas conservadoras somadas às pejorativas, fenômeno que também se repete quando se analisa o conjunto de mulheres brancas. A categoria homem branco é a que tem distribuição mais igualitária quanto à participação nos vieses progressista, conservador e pejorativo, mantendo, ainda assim, a grande maioria das cenas com características de descritivas.

A análise do cruzamento entre vieses e protagonista em MB está descrita na tabela 13, abaixo.

Tabela 13 – Viés x Protagonista (sexo e cor) – MB

Viés	Protagonista				Total
	Mulher parda	Homem negro	Mulher branca	Homem branco	
Neutro	60	93	43	61	257
Conservador	25	19	6	9	59
Progressista	13	17	3	9	42
Pejorativo	3	13	15	5	36
Total	101	142	67	84	394

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Comparando-se os dados apresentados na tabela 12, percebe-se que MB propõe abordagem menos neutra que em SN. Porém, o viés que aumenta é o conservador, ultrapassando os aproximadamente 5% verificados em SN, totalizando 15%.

No que tange ao protagonismo do viés conservador, sobressaem os personagens negros (44) em detrimento dos personagens brancos (15). Semelhante diagnóstico verifica-se em relação ao viés progressista, pois os afrodescendentes sustentam tal viés em trinta segmentos, ao passo que os brancos o enfatizam em doze segmentos. Em contrapartida, o viés pejorativo é mais utilizado por personagens brancos (20) se comparado aos personagens não brancos (16). Os dados qualitativos mostram que tais vieses são veiculados, sobretudo pelos negros, Mister Brau, Michele e Lima, bem como pelos personagens brancos Andreia e Henrique.

A tabela 14, a seguir, ajuda a entender melhor os dados quantitativos, ao verificar se os segmentos que apresentam viés conservador ou pejorativo foram seguidos de contestação ou não, uma vez que a simples presença de vieses preconceituosos pode levar a conclusões equivocadas. Como foi mencionado acima, em

SN, por exemplo, a personagem branca Gaudéria exaltava preconceito e suas falas pejorativas eram contestadas. Assim, a relação entre viés e conflito mostra se houve contestação nas cenas quando um personagem apresentou vieses pejorativos ou conservadores, o que é importante para possibilitar a percepção da origem dos conflitos que podem fomentar ressignificação de temas. Na análise qualitativa, poderão ser verificados mais pormenorizadamente quais foram os agentes desencadeadores dos conflitos.

Tabela 14 – Viés x Conflito – SN

Viés	Conflito			Total
	Não se aplica	Sim	Não	
Neutro	308	50	0	358
Progressista	19	21	1	41
Pejorativo	9	23	0	32
Conservador	9	17	0	26
Total	345	111	1	457

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Em SN houve conflito em 111 segmentos – 24,3% do total. É interessante notar que de grande parte dos segmentos com viés pejorativo surgiu conflito, nos quais houve contestação em 23, de um total de 32 cenas, perfazendo 71,8% dos casos. O mesmo se aplica ao viés conservador, que indicou conflito em 65,4% das cenas.

Tabela 15 – Viés x Conflito – MB

Viés	Conflito			Total
	Não se aplica	Sim	Não	
Neutro	88	107	62	257
Conservador	27	25	7	59
Progressista	12	24	6	42
Pejorativo	12	15	9	36
Total	139	171	84	394

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

MB apresenta quase o dobro de conflitos se comparado a SN, com 43,4% dos casos conflituosos – percebe-se, assim, grande valorização dos conflitos. A distribuição destes, entretanto, foi relativamente homogênea em relação aos vieses: um pouco acima

da metade no caso do viés progressista e um pouco menos de metade para os outros dois vieses.

Levando em consideração as tabelas vistas anteriormente (4,5,14,15), selecionamos os temas que serão analisados qualitativamente, quais sejam: a. questão racial, b. desigualdade social, c. Identidade, d. cultura, e. trabalho e f. afetividade, a fim de mapear se quando um personagem apresentou viés pejorativo ou conservador com relação a esses assuntos, houve viés crítico seguido de conflito nas interações sociais. Esse dado é importante para a análise qualitativa, pois revela, dentre outros fatores, se, por exemplo, no que tange à questão racial, quando um personagem branco apresentou preconceito racial, se houve resistência por parte do personagem negro.

Tabela 16 – Viés-conflito-tema – SN

Tema			Conflito			Total
			Não se aplica	Sim	Não	
Questão racial	Viés	Neutro	13	0		13
		Progressista	4	2		6
		Conservador	0	1		1
		Pejorativo	1	4		5
	Total		18	7		25
Desigualdade social	Viés	Neutro	5	0		5
		Progressista	2	0		2
		Pejorativo	1	1		2
	Total		8	1		9
Identidade	Viés	Neutro	4	0		4
		Progressista	1	0		1
	Total		5	0		5
Cultura	Viés	Neutro	46	3		49
		Progressista	2	1		3
		Conservador	2	0		2
		Pejorativo	0	3		3
	Total		50	7		57
Trabalho	Viés	Neutro	34	6		40
		Progressista	0	1		1
	Total		34	7		41
Afetividade	Viés	Neutro	102	28		130
		Progressista	3	7		10
		Conservador	2	10		12
		Pejorativo	1	7		8
	Total		108	52		160

Total	Viés	Neutro	204	9		213
		Progressista	12	11		23
		Conservador	4	11		15
		Pejorativo	3	16		19
	Total		223	47		270

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Na questão racial, em SN, observa-se que houve conflito em sete segmentos, ou seja, 28% das cenas, demonstrando que os personagens reagem quando é veiculado preconceito racial. Na desigualdade social, houve uma única abordagem conflituosa, de um total de nove, representando um percentual baixo, o que revela pouca resistência dos personagens quando é veiculado preconceito social. As abordagens, no que tange à linha discursiva da Identidade, não apresentaram conflito, demonstrando que quando um personagem discute tal tema, prevalece uma visão descritiva do assunto.

Frente à cultura, 12% das cenas apresentaram conflitos, confirmando os dados qualitativos de que quando um personagem apresenta visão preconceituosa com relação à cultura popular, por exemplo, há resistência. O tema trabalho, por sua vez, teve viés conflituoso em 17% dos segmentos, fato que olhado a luz dos dados qualitativos, mostram, por exemplo, que personagens negros criticaram o preconceito no ambiente laboral. A afetividade, por fim, apresentou conflito em 52 cenas, de um total de 160, perfazendo 32,5%, uma porcentagem baixa, se comparada ao total de segmentos, mas que pode ser explicada pela exegese qualitativa. A título de exemplo, a personagem parda Matilde discute com o namorado branco Adilson.

A tabela 17, abaixo, demonstra como os dados sobre o cruzamento da variável viés, conflito e tema se apresentam em MB.

Tabela 17 – Viés-conflito-tema – MB

Tema			Conflito			Total
			Não se aplica	Sim	Não	
Questão racial	Viés	Neutro	1	2	1	4
		Progressista	5	1	1	7
		Conservador	2	0	0	2
		Pejorativo	3	6	0	9
	Total		11	9	2	22
Desigualdade social	Viés	Neutro	0	1	1	2
		Progressista	1	0	1	2
		Conservador	1	0	0	1

		Pejorativo	1	0	0	1
	Total		3	1	2	6
Identidade	Viés	Neutro	2	4	1	7
		Progressista	3	5	2	10
		Conservador	1	4	0	5
		Pejorativo	4	2	0	6
	Total		10	15	3	28
Cultura	Viés	Neutro	9	7	14	30
		Progressista	0	4	2	6
		Pejorativo	0	1	2	3
	Total		9	12	18	39
Trabalho	Viés	Neutro	11	27	9	47
		Progressista	0	1	0	1
		Conservador	1	2	0	3
		Pejorativo	1	1	0	2
	Total		13	31	9	53
Afetividade	Viés	Neutro	19	19	12	50
		Progressista	0	4	0	4
		Conservador	2	6	3	11
		Pejorativo	0	0	1	1
	Total		21	29	16	66
Total	Viés	Neutro	42	60	38	140
		Progressista	9	15	6	30
		Conservador	7	12	3	22
		Pejorativo	9	10	3	22
	Total		67	97	50	214

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Em MB houve, proporcionalmente, mais abordagens conflituosas sobre a questão racial se comparado a SN, com 9 de um total de 22, perfazendo 40,9%. Os dados qualitativos, mostram que, nesses casos, houve a resistência dos personagens negros em relação ao preconceito racial.

Quanto à desigualdade social, houve conflito em 16% das cenas. A título de exemplo, nessa temática, os dados qualitativos mostram a reação ambígua do personagem Lima reagindo ao preconceito racial, quando o tema desigualdade social imbrica ao problema da desigualdade de classe.

Os temas Identidade e trabalho, em MB, foram os que proporcionalmente mais pano de fundo para conflitos, representando, respectivamente, 53,5% e 58,4% dos segmentos. No que tange, ao primeiro tema, os achados qualitativos explicam os dados quantitativos, pois, no episódio 4, houve um desentendimento entre o casal Michele e

Mister Brau, em que este sai de casa e exalta sua identidade negra. Por sua vez, o tema trabalho também gera desentendimentos entre o casal, pois a personagem Michele, por ser empresária de Mister Brau não permite que ele descanse, incentivando-o a trabalhar de forma extenuante.

Houve conflito em aproximadamente 31% das cenas referentes à cultura – índice menor do que as cenas que apresentam o não conflito (46,1%). À luz dos dados qualitativos, o não conflito se observa, por exemplo, na interação entre Mister Brau e Lima, que apresentam visão de mundo semelhante com relação a crítica a ideia hegemônica da mestiçagem cultural.

Nos segmentos referentes à afetividade, houve impasse em aproximadamente 44% deles. Novamente, os dados qualitativos referentes a esse tema explicitam as brigas entre o casal Henrique e Andreia, uma vez que aquele é apaixonado por Michele, e por isso, vive defendendo os “Braus”, apoio que enfurece sua esposa.

No geral, percebe-se que, referente aos temas eleitos para análise, em todos os casos houve significativamente mais cenas conflituosas em MB do que em SN. Naquele, tem-se um percentil de 45,3% de segmentos conflituosos, ao passo que em SN esse percentual alcança apenas 17,4%.

Levando-se em consideração o sexo e cor dos personagens, os grupos que levaram vantagem nos conflitos em SN e MB são expostos na tabela 18, a seguir.

Tabela 18 – Predomínio no conflito (sexo e cor) – SN e MB

Predomínio				
Personagem (cor e sexo)	<i>Sexo e as Negas</i>		<i>Mister Brau</i>	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sem predomínio	374	81,9	242	61,4
Mulher preta	19	4,2	0	0
Mulher parda	17	3,7	54	13,7
Homem negro	13	2,8	40	10,2
Mulher branca	28	6,1	26	6,6
Homem branco	6	1,3	32	8,1
Total	457	100	394	100

Fonte: Grupo de pesquisa Midiaculturas – UFPR

Em SN, os dados indicam que não houve predominância de nenhum personagem em relação ao tema conflito (81,9%). Para os casos em que ocorreu predomínio, as mulheres negras saem à frente dos demais com o índice de 7,9%. As mulheres sem clivagem de cor e sexo estão à frente dos homens, alcançando um placar de 14%, enquanto estes alcançam um valor inexpressivo de 4,1% dos casos.

Quando olhamos para o seriado MB, diminuiu a cifra de conflitos sem predomínio de qualquer personagem em comparação a SN, uma vez que, naquele seriado, em 61,4% dos segmentos não houve vantagem de nenhum personagem envolvido no conflito. Entretanto, olhando a clivagem de cor e sexo, as mulheres pardas predominaram (13,7%) se comparadas com as mulheres brancas (6,6%). Mais, uma vez os dados qualitativos ajudam a explicar os dados quantitativos, uma vez que a personagem parda Michele, na maioria das cenas que envolvem conflito, leva vantagem frente à personagem branca Andreia.

Personagens negros somaram 23,9% de predomínio, índice superior ao dos personagens brancos, que obtiveram 14,7% neste quesito. Quando olhamos os dados de modo isolado, nota-se um predomínio das mulheres negras em relação aos homens negros. Semelhante diagnóstico ocorreu em relação aos grupos da raça branca, pois as mulheres brancas sobressaíram no predomínio do conflito quando comparadas com os indivíduos brancos do sexo masculino.

Após explicitação da teoria da midiaculturas, realizada uma breve retrospectiva sobre a herança racial do Brasil retomadas nas esferas públicas brasileiras entre os anos de 1995 e 2012; feita também a apresentação dos dados quantitativos dos seriados SN e MB, passamos, então, à análise qualitativa dos seriados a fim de mapear se houve ou não apropriação, ressignificação e atualização das linhas discursivas acerca da nossa herança racial pela arena midiática. E, em caso de resposta afirmativa, como ocorreram. As mensagens objeto da presente análise estão apresentadas nos quadros 7 e 8 (anexos C e D).

6.2 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA QUESTÃO RACIAL

A questão racial engloba racismo, branqueamento, mestiçagem e democracia racial, sendo que a mestiçagem é vista tanto do lado cultural quanto do lado biológico, cuja abordagem, quando usada de modo específico, recebe o nome de miscigenação.

Lembramos que, quanto a este tema, observa-se que, no Seminário Multiculturalismo e Racismo e na Conferência de Durban, houve duas linhas discursivas acerca da desigualdade, uma apontando a origem desta na questão racial, outra a apresentando como derivada de uma questão de classe social. Ademais, os manifestos contrários às AA veiculados em 2006 e 2008 ressignificaram a linha discursiva de raça, sob o argumento de inexistência desta, tendo em vista que geneticamente as diferenças entre as pessoas são superficiais. Argumento este também apropriado na AP sobre AA e reproduzido pelo ministro Gilmar Mendes quando do julgamento da ADPF 186 pelo STF.

Por outro lado, o argumento de que o problema no Brasil é de raça foi apropriado e ressignificado pelos manifestos favoráveis às AA, bem como na AP, apresentando raça não como uma diferença genética, mas como construção social que fomenta preconceito racial. Essa concepção foi reproduzida pelos ministros do STF, exceto Gilmar Mendes.

Voltando nosso olhar aos seriados analisados, como mostram a exegese quantitativa, o tema raça foi apropriada praticamente na mesma proporção tanto por SN quanto por MB. O argumento que indica ser raça um constructo social e promover preconceito racial foi apropriado, ressignificado e atualizado no quinto episódio da série (ver a reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), em que, na principal cena, as quatro protagonistas entram em uma loja e, ao saírem, uma delas – Soraia – flerta com um dos dois seguranças, ambos negros. Um deles a acusa de ter furtado um vestido que levava para o provador. Matilde se enfurece e os chama de capitães do mato. Diante da surpresa das amigas, ela explica que essas figuras do passado eram negros que trabalhavam para os senhores de escravos, capturando aqueles que fugiam.

Essa fala da personagem Matilde reforça os estudos sobre mídia de Joel Zito Araújo (2000), os quais apontam que as telenovelas brasileiras, em sua maioria, exaltam estereótipos de negros fazendo papéis de jagunços. Por outro lado, a cena apresenta inovação por se desenrolar com a convocação da força de segurança pública e com as protagonistas denunciando preconceito racial na Delegacia de Polícia. Lá, as denunciantes recebem o apoio da personagem branca Leonor, para quem Zulma trabalha e que foi prestar socorro àquelas. Desta forma, essa cena inova por apresentar um tom de denúncia contra o preconceito.

Nota-se, no entanto, que se trata de um episódio que denuncia o preconceito, e não especificamente o racismo. No mesmo episódio, são também veiculados

depoimentos de vários personagens com características diversas, denunciando os inúmeros tipos de preconceito, inclusive, um deles afirma ter sofrido preconceito pelo fato de gostar de mulheres mais velhas. A cena, porém, apresenta algumas controvérsias, pois, ao mesmo tempo em que denuncia o preconceito racial, o faz através de personagens também negros, o que atenua o preconceito enquanto relação de poder de brancos sobre os negros e corrobora o discurso de conservação do mito da democracia racial, pois até mesmo o protagonismo do preconceito seria distribuído igualmente. Na mesma linha de raciocínio, a cena, na sequência, apresentando os diversos depoimentos, diluindo a relação de poder que envolve o racismo, de modo a equipará-lo a outras formas de discriminação. Outro fato apresentado diz respeito às cenas com os relatos de preconceitos, que os enquadram de modo individual e moral, atribuindo-os a pessoas preconceituosas que dariam vazão a este sentimento prejudicando outros indivíduos pelos mais variados motivos, apresentando estes como equivalentes entre si.

A cena também apresenta outro elemento recorrente no seriado: o segurança que agiu preconceituosamente procura Soraia para pedir desculpas. A cena se desenrola e eles têm uma relação sexual. Dessa forma, o discurso apresenta-se estruturado da seguinte forma: o agente difusor do preconceito racial é individual e pode ser de qualquer cor, fazendo com que o preconceito racial seja equiparado a outros tipos de preconceitos, além de poder ser suplantado pela via sexual. Isso parece indicar que vivenciar com igualdade a autonomia sexual seria o caminho para a igualdade racial. Assim, o discurso da democracia sexual opera articulando a linha discursiva da democracia racial, enquanto a sexualidade é retomada como solução dos problemas raciais, agora, porém, apresentando as mulheres negras, sobretudo as pardas, como protagonistas na relação. Essas personagens, por sua vez, enfrentam um preconceito distribuído democraticamente entre os diversos grupos raciais.

A mesma forma de resolução de conflitos pela via da sexualidade ocorre com a personagem branca Gaudéria, que age ao longo da série de modo preconceituoso tanto com pessoas negras quanto com pessoas pobres, mas, ao final, acaba se rendendo à sensualidade de um homem preto e pobre, com quem se casa. Percebe-se que a interseção raça, gênero e sexualidade opera apagando as relações de poder e recolocando em novos termos a subordinação.

A resistência ao racismo, todavia, faz-se com adaptações, reduzindo-o a uma espécie de sinônimo de preconceito. Assim, a denúncia contra o preconceito racial

praticado pelos brancos é minorada, pois o preconceito racial aparece como sendo praticado pelos próprios negros e é enquadrado na esfera das relações individuais, uma vez que é um agente individual agindo de forma preconceituosa, problema que encontra solução pela via da sexualidade.

O seriado MB apropria-se da mesma linha discursiva, como demonstram as mensagens 1, 2, 3, 4 e 5 (ver reprodução no quadro 8 no anexo D). Logo na primeira cena do primeiro episódio, MB aborda a questão do preconceito racial: Mister Brau e Michele entram numa casa de luxo, em um condomínio na Barra da Tijuca, RJ, mas, apesar de terem comprado o imóvel, não portavam as chaves. Por conta disso, acessaram a residência pela janela, aproveitando-se que ela estava entreaberta. Minutos depois, eles vão banhar-se na piscina, momento em que o segurança do condomínio os acusa de terem invadido propriedade particular. Na sequência, aparecem os consortes Andreia e Henrique. Antes do segurança chegar à piscina, Andreia, preconceituosamente acha que são ladrões, pois, mesmo que ela não fale da questão racial, nitidamente quando ela vê que Brau é negro, imediatamente diz que devem ser ladrões. Nesta cena, aparece o discurso da sexualidade da mulher parda diante do olhar do homem branco, pois Henrique cobiça Michele, algo que será recorrente no seriado. No desenrolar da cena, o casal Andreia e Henrique, cuja casa faz divisa com a residência dos Brau, no condomínio, desejam saber quem são os dois personagens que teriam invadido o local. Mister Brau apresenta sua explicação, momento em que o segurança o reconhece por ser cantor famoso casado com Michele, empresária muito conhecida. Na cena, fica subentendida a desconfiança de serem Mister Brau e Michele assaltantes pelo fato de serem negros.

Diversamente da mensagem 1 de MB, que mostrou o preconceito racial de forma implícita, as mensagens 2, 3, 4 e 5 (ver reprodução do diálogo no quadro 8 no anexo D) apresentam o preconceito racial de maneira explícita. Nesse episódio, Mister Brau, ao sair de uma entrevista coletiva, ainda sendo filmado pelos jornalistas, recebe as chaves de um carro dirigido por um juiz de Direito que o havia confundido com um manobrista. Assumindo a direção do carro, leva-o até sua casa, momento em que sua esposa questiona sobre o veículo e ele diz que ganhou, uma vez que o dono do automóvel o confundiu com o guardador de carros. Nessa cena, Michele o apoia e diz que as pessoas são racistas. Na sequência do episódio, o juiz de Direito é apresentado como tendo influência social e, aproveita-se dessa condição para solicitar a um amigo, delegado de Polícia, reaver o carro com descrição. A força policial vai à casa dos

“Braus” e Mister Brau é algemado, sob a alegação de que o carro seria de um grande traficante. Nessa confusão, Henrique, vizinho e agora advogado dos “Braus”, o defende. Um agente policial, então, contata o juiz e informa não ter conseguido retomar o carro. Logo na sequência, Michele diz aos policiais que o cantor só entregará o carro quando seu proprietário pedir desculpas. No desenrolar das cenas, o caso é judicializado, ganha visibilidade midiática e Mister Brau é inocentado.

Percebe-se que ambos os seriados apropriam da linha discursiva que apresenta raça como sendo uma das origens das desigualdades apresentando um tom de denúncia institucionalizada. Porém, SN apresenta a questão da discriminação reduzindo o problema do racismo por meio da palavra preconceito, enquanto MB foca a denúncia do racismo. Assim, a cena do carro evidencia uma diferença importante entre SN e MB, ou seja, se compararmos com a cena da loja em que a solução do problema do preconceito é resolvido pelo ângulo da sexualidade quando Soraia mantém relações sexuais com o segurança preconceituoso, retomando a linha discursiva da conservação do mito democracia racial.

Em MB, todavia, o problema do racismo, não apresentou resolução do problema pelo ângulo da sexualidade, retomando a linha discursiva da crítica ao mito da democracia racial. Vale lembrar que a linha discursiva que mobiliza os conceitos de: harmonia, equilíbrio, sincretismo cultural e miscigenação; ficou conhecida como “democracia racial”, sendo contraposta por Florestan Fernandes (1978), ao denunciar o seu viés preconceituoso e chamando-a de mito.

Percebe-se, que o personagem Mister Brau, ao invés de formalizar uma queixa na delegacia contra o juiz racista, prefere aceitar a chave do carro e a recomendação para “cuidar bem do automóvel”, isto é, saiu dirigindo o veículo para sua casa. Assim, esse programa ao trabalhar o problema do racismo, reintroduz uma linha discursiva conservadora como revela os dados quantitativos, pois prevalece a ideia de que as classes populares e, especialmente os negros, se comportam de forma pré-moderna, com malícia e malandragem na resolução dos problemas acerca das desigualdades.

O seriado “Mister Brau” não resolve o problema do racismo pelo ângulo da sexualidade como faz o *siticom* SN, e os dados quantitativos de MB, vistos na seção anterior, mostram que a vantagem dos afrodescendentes em relação aos brancos no que tange ao tema sexualidade, não é significativa, sendo a diferença de 17 para 11 em números absolutos. Já em SN tal tema foi mais protagonizado por mulheres negras se comparado às mulheres brancas.

A linha discursiva de que o preconceito racial deve ser denunciado às autoridades públicas foi exaltada na Conferência de Durban. Além disso, tanto esse evento quanto o Seminário Multiculturalismo e Racismo exaltaram o argumento da importância dos meios de comunicação em promover programas televisivos que combatam as discriminações raciais. É importante rememorar também a luta contra o racismo pelo MNU, movimento que denunciou o racismo vivenciado por quatro jovens negros impedidos de frequentar um famoso clube social na cidade de São Paulo. Nesse sentido, é importante inferir, portanto, que os programas televisivos, como os seriados sob análise, apesar das suas ambiguidades, são em algum grau responsivos às demandas e constrangimentos vindos da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Em ambos os seriados, foi feita denúncia idêntica, como revelam as mensagens analisadas anteriormente. Porém, diversamente do caso relatado pelo MNU, cujo agente difusor do preconceito foi uma instituição (RIOS, 2012), em SN o difusor foram dois personagens negros contra uma personagem parda. Já em MB foi um personagem branco contra um personagem negro.

A exegese quantitativa descrita apresentou a interação entre protagonistas e interlocutores. Essa análise mostra que a interação entre mulher parda e homem preto foi baixa em SN e, em MB, a interação entre homem preto e homem branco também foi reduzida. Esses dados são relevantes, haja vista que o propulsor do preconceito em SN foi um homem negro, já em MB foi um homem branco, enquanto o agente exteriorizador do preconceito para o MNU foi uma instituição. A diferença entre as cenas parece manifestar a tentativa de, no caso de, MB, colocar em evidência o discurso da resistência dos negros, enquanto que, no que se refere ao seriado SN, o peso foi colocado na diluição das disputas discursivas que envolvem o preconceito, já que o problema do preconceito foi resolvido via sexual.

Esses dados quantitativos mostram que, em SN, apesar de o homem negro ser protagonista em poucas cenas, quando o é, ou quando em interação com mulheres negras, representa modos de ser preconceituoso. Já em MB, o homem branco apropria de forma ambígua dessa temática, porém o apresenta como menos preconceituoso, uma vez que, mesmo tendo personagem masculino branco praticando preconceito, os achados qualitativos demonstram que o homem branco, geralmente, quando apropriou dessa linha argumentativa, o fez para defender seu cliente. É o caso da interação entre o advogado Henrique e seu cliente Mister Brau. Inclusive, percebe-se, de acordo com os dados quantitativos apresentados na seção anterior que em ambos os seriados o tema

racial é mais discutido por mulheres brancas do que pelos demais personagens tanto em SN quanto em MB, no qual é feito principalmente por Andreia – mulher que age implicitamente de forma preconceituosa com os Brau. Em SN, Gaudéria age preconceituosamente com seu marido e pai de sua filha, como se verá, na análise da linha discursiva sobre miscigenação.

Como vimos na análise quantitativa, em SN as mulheres negras têm uma pequena vantagem quanto ao protagonismo nas cenas que contestam as desigualdades, dentre outras as raciais. Em MB, são os homens negros que saem à frente nas críticas as diversas formas de desigualdades. Inclusive, quando o juiz reproduziu o preconceito racial ao confundir Mister Brau com manobrista, houve revanche, pois o personagem reagiu ao sofrer o preconceito racial.

A diferença em SN e MB está, sobretudo, em quem foi o agente preconceituoso e no modo como o desfecho da denúncia se deu. No que tange ao preconceito racial, o enquadramento discursivo nos dois programas televisivos foi individual e moral. Isto é, seriam pessoas preconceituosas que dariam vazão a este sentimento, prejudicando outros indivíduos por diferentes motivos equivalentes entre si. Assim, nos programas analisados o agente exteriorizador do preconceito é individual – seja o segurança negro em SN, seja o juiz branco em MB – ao passo que no discurso do MNU o agente foi uma pessoa jurídica, qual seja, o clube social, apontando para algo institucionalizado. Desta forma, percebe-se que, se ao movimento negro é recorrente a denúncia do conteúdo social e institucional do racismo, como por exemplo, quando faz críticas ao racismo sofrido pelos jovens negros referidos anteriormente, nos seriados predomina uma ressignificação do racismo na forma de preconceito individual.

Quando se fala em ressignificação, é importante ter em mente o conceito de citação e representação (SILVA, 2000), pois a mídia televisiva, ao tentar representar uma cena do passado sobre preconceito racial pode reforçar um aspecto negativo quanto à identidade negra. Novamente, a citação do preconceito racial nos dois seriados foi individual e, em SN, representado por um personagem negro. Ao representar o preconceito racial nesse molde, e não institucionalizado tal como fez o MNU, a mídia faz uma operação de recorte e cola, mas que descaracteriza o contexto social e político mais amplo de operações de citações.

Nesse sentido, a representação está inserida numa gama de relações de poder que, de certa forma, não pode desprezar as vozes dos contrapúblicos subalternos, mas, como afirma Tomaz Tadeu da Silva (2000) quem tem o poder de representar, detém o

poder para definir as identidades. No caso dos seriados, o enquadramento da linha discursiva sobre o preconceito racial foi individual e moral, e isso parece de certa maneira retirar a responsabilidade das instituições quanto aos danos causados pela discriminação racial, contrapondo-se ao argumento exaltado na Conferência de Durban e na AP pelos especialistas favoráveis às AA.

Assim, apesar de os seriados representarem o problema do preconceito racial pelo ângulo dos contrapúblicos subalternos, observa-se que a mídia, ao enquadrar o preconceito como individual e moral, o fez de modo a enfatizar a linha argumentativa de impossibilidade jurídica do Estado ressarcir os cidadãos dos danos causados pela discriminação racial, argumento este também presente no acórdão.

Em SN, o agente preconceituoso, além de ser individualizado, também é negro, atenuando a relação de poder discursivo dos negros sobre os brancos, uma vez que os próprios negros são citados reforçando o sistema linguístico em que os afrodescendentes são preconceituosos contra si próprios. Essa citação, no novo contexto, reforça o aspecto negativo atribuído à identidade negra (SILVA, 2000).

Além disso, ao se observar o desfecho do episódio, em SN, após as quatro personagens saírem da Delegacia de Polícia, foram exibidos depoimentos de vários personagens, negros e brancos, denunciando os diversos tipos de preconceito que haviam sofrido. Ademais, na sequência, a resolução via da sexualidade dilui a relação de poder que envolve o racismo, pois fortalece o discurso que prega a conservação do mito democracia racial.

Em contrapartida, em MB apesar do enquadramento do preconceito ser individual, a situação se encerra quando o juiz, ao ser filmado, afirma que pode explicar o fato de usar o carro de um malfeitor e ter confundido Mister Brau com um manobrista. Essa cena parece revelar de certa forma uma inovação das linhas discursivas sobre questão racial na televisão brasileira, porque o seriado não resolve o conflito do racismo pelo ângulo da sexualidade, e faz críticas à linha discursiva do mito da democracia racial a fim de desmascará-la. Dessa forma, percebe-se uma inovação apresentada em MB, qual seja, a tendência de apresentar críticas a linha discursiva que exalta a necessidade de conservar o mito da democracia racial, no entanto, a crítica ao discurso que prega que no Brasil vigora relações harmoniosas entre brancos e negros, conviveu com a tendência em SN de apresentar a linha discursiva hegemônica que defende a conservação do mito da democracia racial.

A linha discursiva da reprodução do mito da democracia racial também se fez presente no seriado SN quando esse programa tematizou o argumento da miscigenação por meio da veiculação do discurso do branqueamento racial, como se verá abaixo. Sobre a apropriação da temática racial, observa-se uma interação dialógica entre mulheres brancas entre si numa grande proporção, como revela os dados quantitativos mencionados na parte destinada a essa análise. Nessa interação, como revelam também os dados qualitativos, as personagens brancas Jesuína, Fumaça e Bibiana, a título de exemplo, conversam sobre a vida íntima de Gaudéria e Carboreto, respectivamente branca e preto.

Qualitativamente, em uma das cenas, no bar da Jesuína, a protagonista e dona do bar, interage com as interlocutoras Fumaça e Bibiana conversando sobre miscigenação (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C). Contextualizando com cena anterior em que Gaudéria havia adoecido, Jesuína pergunta se esta havia melhorado, momento em que Bibiana responde que Gaudéria está no quarto com Carboreto. Chama a atenção nesta cena o fato de Gaudéria, preconceituosa, manter relacionamento amoroso com um personagem negro, fato complementado pelos dados quantitativos vistos anteriormente que mostram que o viés pejorativo foi mais protagonizado por mulheres brancas em SN. Além disso, os dados qualitativos mostram ser Gaudéria um dos agentes que se sobressaem na sustentação desse viés, como se observa, a título de exemplo, na mensagem 3 do quadro 7 disponível no anexo C.

Na interação dialógica entre as personagens brancas explicitada na mensagem 2 do quadro 7 e disponibilizada no anexo C, Fumaça deixa implícito que Gaudéria, apesar de preconceituosa, estava mantendo relações sexuais com um personagem negro. Posteriormente, no desenrolar do episódio 13, especialmente a mensagem 3, (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), a protagonista Gaudéria, no bar de Jesuína e em interação com esta e com Big (homem negro), mostra-se preconceituosa ao afirmar que tem medo que sua filha nasça negra, uma vez que está grávida de Carboreto. Interessante notar como os dados quantitativos revelam que a interação entre mulher branca e homem negro perde apenas para a interação entre mulher branca e mulher branca. Qualitativamente, observa-se que Gaudéria não mostra receio em explicitar seu preconceito racial frente aos personagens negros. Isso demonstra que o racismo na fala dessa personagem apresenta-se de forma não velada, tal como ocorre nos EUA. Na sequência do diálogo, Jesuína afirma que a criança será mulata, e o interlocutor negro Big acrescenta que, por ser mulata, sairá com uma cor interessante.

Nessa interação percebe-se, além do procedimento, já assinalado, de encaminhar a solução do racismo pelo ângulo da sexualidade, a exaltação da figura do mestiço, por meio da valorização do mulato. Dessa forma, o discurso hegemônico da identidade mestiça associado a reprodução do mito da democracia racial é evidente e avulta quando se observa que o seriado SN valorizou a linha discursiva do branqueamento, ao enfatizar que a criança – filha de Gaudéria - não será preta, mas mestiça.

Esse evento remonta aos estudos de Joel Zito Araújo (2000), que informa ser excepcional a abordagem da miscigenação num viés que aponta criticamente as sutilezas do preconceito racial, pois, geralmente, quando é apresentada, o é de modo a valorizar o mito da democracia racial. No entanto, a linha discursiva sobre miscigenação veiculada em SN não deve ser vista sob o ângulo da exceção, mas como resposta às lutas empreendidas pelos contrapúblicos subalternos, enfim, contra as tensões e transformações sociais.

Nessa perspectiva, SN representa a linha discursiva da reprodução do mito da democracia racial, ao trazer cenas que exaltam o viés do branqueamento. No entanto, essa linha discursiva foi representada ao lado de cenas que exaltam a linha discursiva do enegrecimento que faz críticas ao mito da democracia racial e exalta de forma positiva a união entre negros, bem como sua reprodução biológica. No episódio 12 desse mesmo seriado, especialmente a mensagem 4, (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), a personagem branca Leonor, em visita a sua funcionária negra Zulma, que acabara de ganhar um filho, elogia a criança negra. Ainda na maternidade, aquela personagem, em interação com os interlocutores pretos Areno e Elder (respectivamente pai e marido de Zulma), exalta o discurso do enegrecimento, ao valorizar uma família negra, especialmente, o filho negro do casal. Constata-se, assim, que há valorização da linha discursiva da negritude. Olhando por ângulo diferente do proposto por Joel Zito Araújo (2000), é possível observar que existem tensões e contradições na representação do negro pela TV brasileira, inclusive com avanços como o apontado acima.

Destacamos novamente que a linha discursiva do branqueamento *versus* enegrecimento remonta aos estudos de Silvio Romero e Nina Rodrigues. Para o primeiro, o Brasil tendia a branquear com a política da miscigenação biológica, tal como se observou da relação amorosa entre Gaudéria e Carboreto. Ao passo que, para o segundo, o povo tendia a enegrecer com tal política, como se viu na relação entre Zulma e Elder. Assim, o resquício dessa linha discursiva, de uma forma ou de outra, foi

representado no seriado SN nas mensagens 2, 3 e 4 (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C) e deve ser lida sob a luz dos conceitos de citacionalidade e representação (SILVA, 2000), visto que os meios de comunicação de massa, ao representarem determinada cena, não problematizam o contexto mais amplo que inspirou os produtores de um roteiro, uma vez que estes enfrentam o desafio de representar o social, com suas tensões e contradições, ao mesmo tempo em que têm que agradar ao público médio, sem, no entanto, abrir mão de inovar.

Em suma, as mensagens televisivas veiculadas em SN reforçam o discurso hegemônico da reprodução do mito democracia racial, embora também apontem contradições e tensões, pois também apresentaram linhas discursivas que criticaram o preconceito racial, apesar deste ter sido solucionado pelo ângulo da sexualidade. De outro lado, MB enfatizou, sobretudo, a linha argumentativa da crítica ao mito da democracia racial ao expor o quadro discursivo do preconceito racial. Mas, os dados dos seriados em tela apontam para as ambiguidades e tensões dos produtos televisivos que, ao contrário do apregoado pelo paradigma da dominação, em parte reproduzem hegemonias discursivas, mas, em parte apresentam elementos de resistência. Isso reforça os estudos da teoria das midiaculturas que trazem à cena o argumento de que a mídia televisiva não representa apenas a ideologia dos grupos hegemônicos (MAIGRET, 2010), mas é responsiva (PORTO, 2012), uma vez que procura representar as lutas discursivas e as disputas por poder entre grupos dominados e grupos dominantes vigente na sociedade.

A veiculação dessas mensagens atualiza a literatura sobre representação midiática apresentada por Joel Zito Araújo, para quem na mídia televisiva “é uma constante a negativa de incentivo cultural aos programas de tevê voltados para a população afrodescendente” (ARAÚJO, 2000, p. 38-39). Mas, a partir da veiculação dos seriados SN e MB, observa-se uma relativização do alegado, uma vez que os programas analisados estão voltados às populações negras. Ademais, eles também contestam a ideia de que a mídia televisiva não exalta o fenótipo preto, mas dá ênfase a atores mestiços, como por exemplo, a atriz Camila Pitanga, que tem traços europeus (CHAVES, 2008). Como demonstram os dados quantitativos analisados, o protagonismo segundo sexo e cor – os atores pretos em SN e MB alcançam um percentual superior se comparados ao protagonismo dos personagens pardos.

Sob essa perspectiva, a visibilidade midiática a atores pretos indica que os veículos midiáticos têm proposto produtos originais, como a tematização do quadro

argumentativo do enegrecimento, bem como na denúncia do preconceito racial em MB, e não apenas reproduzido papéis estereotipados que mantêm a sub-representação dos negros (ARAÚJO, 2000), com o risco de ganhar ou perder audiência. Nessa representação de novos assuntos, os meios de comunicação de massa têm que mostrar, por exemplo, a ambiguidade de determinado problema vista pelo ângulo das assimetrias de poder entre grupos hegemônicos e contrapúblico subalterno (MAIGRET, 2010).

Ao apresentar novos conflitos, como é o caso ora analisado, eles descartam o princípio de que as classes dominantes – no presente caso, os defensores da linha discursiva que prega a existência da democracia racial – teriam o poder de impor totalmente sua ideologia. Ao fazer isso, a indústria cultural incorpora novas relações de poder no embate entre grupos da raça negra e branca que estão em perpétua transformação na sociedade. Essa transformação foi pontuada de forma tímida por Joel Zito Araújo (2000) quando problematizou a contestação dos movimentos negros face à representação estereotipada do preconceito racial e que levou a uma resposta positiva por parte da mídia.

A exegese dos dados quantitativos apresentados anteriormente mostra que o viés progressista, ou seja, contestador das diversas formas de desigualdades ganhou visibilidade em SN se comparado aos outros vieses. Quanto ao seriado MB, apesar do viés progressista ser inferior aos vieses pejorativos e conservadores, não podemos desprezar o viés crítico em relação ao *status quo*. As propostas dos seriados demonstram que, em MB, a linha discursiva de contestação do preconceito racial foi mais efetiva se comparada a SN. Enquanto a proposta daquele era exaltar a união afetiva entre negros e sua prosperidade, em SN propôs-se a representação de autonomia sexual das quatro protagonistas, todas negras.

Observa-se que MB atualizou o discurso da questão racial, uma vez que rompeu em parte com o discurso hegemônico da harmonia racial entre brancos e negros enfatizado nas esferas públicas polifônicas, como exemplo, ao denunciar uma autoridade que agiu de forma preconceituosa com Mister Brau. Diferente do que apresentou SN, em que o conflito racial foi resolvido pelo ângulo sexual, em MB o conflito não foi solucionado por nenhuma via, nem pelo ângulo sexual muito menos pelo social. Ademais, qualitativamente, o conflito racial em MB foi exaltado várias vezes implicitamente na relação entre Andreia e Michele, com boa vantagem na discussão pela personagem negra.

A linha discursiva do conflito racial entre brancos e negros foi debatida no Seminário Multiculturalismo e Racismo – o qual apontou que no Brasil as relações sociais não escaparam dos conflitos raciais (SKIDMORE, 1997). Tais conflitos, no mesmo seminário, foram vistos como algo que desconstrói a linha discursiva do mito da democracia racial (SOUZA, 1997).

Desta forma, percebe-se que os seriados SN e MB atualizaram o tema racial retomado e discutido nas esferas públicas brasileiras, pois as teorias racialistas do século XIX exaltavam o discurso do branqueamento racial fomentado pelo processo de miscigenação, já nos programas televisivos esse viés foi exaltado, mas também o foi a linha argumentativa da negritude.

Além disso, se nas arenas públicas entre 1995 e 2012 houve a exaltação da linha discursiva da democracia racial por grupos hegemônicos, em SN, tal quadro argumentativo foi reproduzido, mas ao lado da linha discursiva do enegrecimento. Já MB parece romper em parte com o discurso das relações harmônicas entre brancos e negros, ao representar cenas de preconceito racial que exaltam o discurso contra-hegemônico da denúncia da democracia racial enquanto mito. Assim, SN, de forma mais implícita, e MB, mais explicitamente, parecem inovar as linhas discursivas sobre questão racial ao exaltarem cenas que contestam o discurso dominante da democracia racial.

Outras atualizações devem ser pontuadas, mas agora no campo da literatura midiática. Segundo Joel Zito Araújo (2000) os meios de comunicação sempre enfatizaram o discurso hegemônico da democracia racial entrelaçado à representação estereotipada dos corpos negros. Não há como negar, que essa herança ainda persiste, mas, na atualidade, ela divide espaço nas telas da TV com novas linhas discursivas que exaltam o caráter mítico da democracia racial, especialmente com a veiculação de cenas que denunciam o preconceito racial e a valorização do ideal de branqueamento. Ademais, as cenas nas quais negros não representam papéis estereotipados, mas de sucesso, como é o caso de Mister Brau e sua mulher Michelle, não devem ser vistas pela lente da exceção (ARAÚJO, 2000), mas resultado das lutas entre contrapúblico subalterno e grupos dominantes para a transformação do *status quo*.

Nesse sentido, vale citar Jonh Pocock (2003, p. 76), para quem “novas circunstâncias geram tensões nas velhas convenções, a linguagem acaba sendo usada de novas maneiras, ocorrem transformações na linguagem em uso, e é possível imaginar esse processo conduzindo a criação e difusão de novas linguagens”. Assim, novas

linguagens em torno do mito da democracia racial, apesar de tímidas, parecem ter penetrado na esfera pública midiática, que passou a veicular cenas contestando o preconceito, tal como ocorreu em SN e MB. Assim, as cenas progressistas veiculadas na novela *Pátria Minha* na década de 1980, deixaram de ser raras.

6.3 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA DESIGUALDADE SOCIAL

Analizado o tema questão racial, passa-se à exegese do quadro discursivo sobre desigualdade social, o qual engloba, dentre outras, as desigualdades econômica e cultural (BOUDIEU, 2008). Na esfera pública midiática, embora tal tema tenha sido pouco contemplado se comparado aos outros assuntos, como demonstrou a análise quantitativa, ele continua sendo de grande relevo na herança racial brasileira.

Rememorando o debate sobre desigualdade social, observa-se que, para Abdias do Nascimento, o argumento da desigualdade econômica aliado ao debate de raça era um dos fatores que retardava a consciência racial brasileira. Esse tipo de imbricação foi representado na esfera pública midiática, como demonstra a mensagem 6 de SN (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), corroborando essa mensagem, e cotejando-a com a análise dos dados quantitativos, as personagens femininas negras se sobressaem no debate desse assunto, se comparada aos personagens brancos.

Nessa cena, inicia-se o debate quando as quatro amigas negras – Lia, Zulma, Soraia e Matilde - entram em uma loja de venda de automóveis usados e vão direto olhar um carro velho, pois estavam com escasso recurso financeiro para comprar um veículo melhor. No entanto, no desenrolar da cena, a personagem Soraia afirma que esse automóvel era muito velho e, por isso, não devia funcionar. Zulma intervém no diálogo afirmando que, pelo fato de o carro ser velho e elas serem negras, quando o tivessem guiando certamente seriam abordadas pela polícia. Na sequência das falas, Zulma indaga onde está o vendedor, e menciona que o mesmo é mal-educado, já que faz algum tempo que elas estavam na loja sem que qualquer funcionário se oferecesse para atendê-las. No mesmo instante, Soraia avista de longe um vendedor de cor negra e diz às amigas que ele é sensual. É quando esse funcionário dirige-se a elas e Soraia afirma objetivar a aquisição de um carro. Na sequência, as personagens perguntam quanto custa cada um dos automóveis, ao passo que a personagem Zulma diz ao vendedor que

elas têm 2.800 reais e pergunta se há algum veículo nesse valor. O trabalhador da loja afirma que não, e acrescenta que com esse valor elas conseguem comprar, somente um burro, mas sem a carroça.

Nessa cena fica implícito o preconceito de classe social imbricado ao de raça que podem ser solucionados pela via da sexualidade, pois o argumento se organiza da seguinte maneira: Zulma deixa a entender que o preconceito de classe está diretamente vinculado ao de raça quando afirma que por serem negras e também pobres, ou melhor, por dirigirem um carro velho, seriam abordadas por policiais. O preconceito de classe é reforçado se comparado ao de raça quando o vendedor, em interação com a personagem Soraia, em tom de chacota afirma que, com 2800 reais, as personagens conseguem comprar apenas um burro.

A isso, soma-se o fato de o agente difusor do preconceito de classe social contra personagens negras ser um personagem preto, dando a entender que o problema brasileiro é de classe social, e não racial. Novamente, o problema do preconceito é desarmado pela via sexual, pois Soraia relaciona-se afetiva e sexualmente com o vendedor de automóveis no desenrolar do episódio, o que dilui o poder discursivo acerca do debate sobre preconceito racial, tal como afirma Abdias do Nascimento (1968) e aumenta a relação de poder dos grupos hegemônicos sobre os contrapúblicos subalternos, uma vez que o problema do preconceito aparece, sobretudo, pelo ângulo classista, e é resolvido por meio da sexualidade. Esse tipo de citação deixa implícito que o preconceito de raça “é apenas mais uma ocorrência de citação que tem sua origem em um sistema mais amplo de operações de citações” (SILVA, 2000, p. 95). Nesse sentido, como raça é apenas uma citação dentre várias outras tipologias de preconceito, observa-se que há um “reforço da identidade cultural” (SILVA, 2000, p. 95) brasileira também pelo ângulo classista.

Outra cena que também imbrica os conceitos de raça e desigualdade social está expressa na mensagem 07 do episódio 1 em SN (ver a reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C). Nesse segmento, no camarim de um teatro, a patroa de Zulma (personagem Leonor) oferece a pulseira para Zulma usar e pede a sua funcionária que a guarde, pois ganhou-a de um namorado. Zulma intervém e diz não poder usar muito menos guardar o objeto por ser de alto valor. A protagonista Leonor, interagindo com Zulma, afirma que, estando a pulseira no braço dessa personagem, ninguém pensará ser um objeto valioso. Fica implícito, assim, o preconceito de raça imbricado ao de classe, ao afirmar que Zulma, por ser preta e pobre, poderia usar joias caras sem ser roubada.

Tal interação revela a sutileza do preconceito racial atrelado ao de classe social e traz à tona a linha discursiva de que o negro sofre preconceito duplamente, isto é, por ser negro e não rico. No entanto, tal cena, por um lado, ao colocar como agente difusor do preconceito uma mulher branca reforça a relação de poder discursivo sobre os representantes da classe negra.

Nesse ponto é importante rememorar os dados quantitativos, pois eles mostram que a interação entre mulher branca e mulheres negras são baixas, e os dados qualitativos revelam, que apesar dessa interação não ser significativa, geralmente, a mulher branca em interação com mulheres negras age de forma preconceituosa. Percebe-se, nessa interação, que a conexão entre preconceito de raça e classe, diluiu o poder discursivo dos grupos hegemônicos sobre os contrapúblicos subalternos, pois reforça a linha discursiva de que a desigualdade brasileira é de classe e também de raça. Dessa forma, a variável classe social e raça aparecem como conceitos importantes na explicação da desigualdade brasileira.

A análise quantitativa explicitada na seção anterior referente a cor dos personagens que exaltam vieses pejorativos ajudam a entender a cena supra, uma vez que esses dados revelaram que as mulheres brancas se sobressaíram na veiculação de vieses reprodutores dos diversos tipos de preconceitos. Ademais, tais dados, mostraram que a maior parcela dos vieses difundidos em torno do tema desigualdade social não fomentou conflito entre os personagens, fato que reforça a linha discursiva da conservação do mito da democracia racial, pois os indivíduos independentes da raça e classe social a que pertençam se relacionam de forma harmoniosa, tal como revela a relação entre Leonor e Zulma.

Semelhante diagnóstico sobre desigualdade social foi reproduzido em MB. Ao se analisar qualitativamente o debate sobre desigualdade social nesse programa, observa-se que a linha discursiva de classe social conjuga-se à racial, tal como ocorrera em SN. Como revela a mensagem 8 do episódio 3 daquele programa televisivo (ver reprodução do diálogo no quadro 8 no anexo D), em uma cena, a personagem Andreia ao caminhar pelo jardim do condomínio onde reside encontra-se com o personagem negro Lima – amigo íntimo e funcionário de Mister Brau. Logo, ao se ver diante desse trabalhador, Andreia pergunta se o mesmo é jardineiro. Lima responde que não, momento em que Andreia passa a se justificar por tê-lo confundido com jardineiro. Nas suas palavras, ela não o confundiu com tal profissão por ser ele da cor negra. Ao mencionar a raça de Lima, a personagem se embaralha e menciona que não gostaria de

ser vista como politicamente correta, pois adora a cor preta ou negra, e afirma que seu guarda-roupas está cheio de vestidos com essa cor. Andreia, após tal afirmação, sente-se desconfortável com a situação e diz que teria sido melhor se ela tivesse ficado de boca fechada, tal como o pai dela a havia aconselhado, e pergunta se falou alguma besteira. Lima responde afirmando não ter prestado atenção por estar observando o decote dela. No desenrolar da cena, ela comenta que Lima não é preto, mas pardo. Ao passo que esse interlocutor resiste a ser classificado como tal, afirmando não ser envelope. E complementa informando ser um afro-brasileiro atuante.

Nessa cena, observa-se que a personagem, questiona o preconceito racial ao se identificar-se como preto e não como pardo, mas o faz de modo a exaltar o machismo ao afirmar que estava de olho no decote da personagem feminina. Percebe-se que, nesta cena, ocorre uma ressignificação, pois houve a retomada da linha discursiva de raça atrelada à ideia da dificuldade em classificar quem é negro no Brasil devido às características do racismo brasileiro que faz a distinção entre pretos e pardos, uma vez que o preconceito nos trópicos é de marca e não de origem, tal como ocorre nos EUA. Percebe-se, dessa forma, ambiguidades e contradições na representação dos afro-descendentes na arena midiática, pois a linha discursiva da negritude é exaltada pelo personagem Lima, ao lado do quadro discursivo da dificuldade de identificar quem é negro no Brasil. Quadro esse representado pela personagem Andreia (branca) – o qual aumenta o poder discursivo hegemônico dos brancos sobre os negros.

Os dados quantitativos mais uma vez ajudam a explicar os achados qualitativos, pois em MB as mulheres brancas, seguidas dos homens negros são os personagens que mais veicularam vieses pejorativos com relação às diversas formas de desigualdades, ao passo que os dados qualitativos, mostram que tal viés foi apropriado pelos personagens Mister Brau e Lima, bem como pela personagem Andreia.

Uma cena que aborda o problema do preconceito social dissociado do tema racial está descrita na mensagem 13 de MB (ver reprodução do diálogo no quadro 8 no anexo D). Nesse segmento, Mister Brau está num camarim aguardando para se apresentar no palco. No entanto, ele lembra que os críticos do seu trabalho argumentam que ele não sabe usar o português de forma correta, uma vez que as letras das suas músicas contêm gírias. Somado a isso, na mesma cena, ainda antes de entrar no palco, ele quebra o dente e tenta colá-lo. Em decorrência, ele fica impossibilitado de abrir completamente a boca. Por esses motivos, não quer cantar. Michelle o convence a se apresentar ao dizer que ela, em casa, vestirá uma fantasia de aeromoça. Mister Brau

sobe no palco e, com a boca entreaberta, pergunta para a plateia se eles querem que ele fique de boca fechada. Seus fãs gritam que não. Na sequência, Mister Brau desabafa afirmando ser chamado de ignorante por usar palavras desconhecidas nas letras de suas músicas. Mas, complementa afirmando ser do povo e que o povo inventa palavras. Nessa cena fica explícito a crítica ao preconceito linguístico, que pode ser visto como um preconceito de classe e que esse preconceito, ao ser exaltado por um personagem negro, sem problematizar a ideia de que o negro sofre preconceito duplamente, ou seja, pelo ângulo da classe e também da raça, o que enfraquece o poder discursivo dos movimentos negros.

Outra cena que problematizou a linha discursiva da desigualdade social, mas de forma cômica e ambígua, imbricando-a a outros argumentos debatidos nas esferas públicas polifônicas foi veiculada no episódio 3 em MB (ver reprodução do diálogo no quadro quadro 8 no anexo D). Essa cena conjugou os argumentos de igualdade, miscigenação e mobilidade social ao quadro argumentativo da desigualdade social. A cena se inicia visibilizando uma manifestação em frente ao condomínio onde vivem os “Braus” na qual os manifestantes criticam uma música escrita por Mister Brau que fez piadas em relação ao povo venezuelano. No desenrolar da cena, a personagem Michelle afirma que tal manifestação havia sido incentivada por Andreia, mulher de Henrique, por odiar os “Braus”. Então Mister Brau e Michelle falam para Henrique solucionar o problema, sob a promessa de se vingarem. Henrique fica nervoso e Mister Brau oferece-lhe uma bebida. Henrique a aceita, sai do condomínio e se mistura à multidão. Uma vez na manifestação, Henrique sobe em um palanque e começa a discursar para os manifestantes.

Ao discursar, Henrique pede tolerância aos manifestantes com relação à música escrita por Mister Brau. Ele exalta a importância de se tolerar as misturas biológicas e culturais entre os seres humanos, uma vez que todos os indivíduos têm direitos iguais. Assim, ele exalta a relevância de se misturar os ritmos latinos, europeus, africanos e oceânicos. Nesse momento, Andreia aparece no meio da multidão e pergunta a Henrique se ele está bem, pois percebe que o marido está completamente embriagado. Henrique responde que sim e continua a discursar com fala desconexa, pedindo aos manifestantes tolerância com relação a música escrita por Mister Brau, pois, segundo ele, o cantor é um indivíduo afro-brasileiro que ascendeu socialmente por meio da música. Henrique critica a burguesia e exalta o discurso da bolsa família. Na sequência

exalta a importância das diversas misturas, dentre elas a alcoólica, afirmando que Mister Brau pagará a tequila.

Apesar dessa cena ser veiculada num sentido cômico, observa-se que o tema desigualdade social foi exaltado e imbricado à linha discursiva da igualdade formal do liberalismo clássico quando Henrique afirma a igualdade de todos. Ele também atrela a ideia de igualdade a linha discursiva da mestiçagem cultural ao enfatizar as misturas dos ritmos, isto é, latinos, africanos e europeus.

O discurso se organiza da seguinte maneira: há uma valorização da linha discursiva do hibridismo e da harmonia social na contribuição das diversas culturas que compõem o povo brasileiro (FREYRE, 2006[1933]). O hibridismo, por exemplo, tem sido canalizado para subverter as identidades fixas. Na perspectiva da teoria cultural contemporânea, o hibridismo – a mistura, a conjunção, o intercuro entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças – coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceder as identidades como fundamentalmente separadas, divididas e segregadas. O conceito não valoriza a suposta pureza, mas congrega diferentes identidades nacionais, raciais e étnicas. Assim sendo, a identidade que se forma através do hibridismo “não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, mas embora guarde traços delas” (SILVA, 2000, p. 87). Portanto, o hibridismo questiona as operações de fixação de identidades e ao mesmo tempo revela como a mesma é ambígua.

Essa linha discursiva retoma o discurso da igualdade formal afirmando que todos são iguais, independente da raça, classe ou crença religiosa, argumento que reforça a linha discursiva da conservação do mito da democracia racial. No entanto, essa cena apresenta-se ambígua e marcada por contradições, pois o discurso da igualdade material aparece, logo, após o argumento da igualdade formal quando o personagem Henrique faz menção positiva aos programas governamentais de distribuição de renda, e critica a classe burguesa sob o argumento de que membros dessa classe compram bolsas no valor de cinquenta mil reais, valor este que possibilitaria a prestação de bolsa família para cinquenta famílias durante um ano. Dessa forma, observa-se que uma linha progressista que apareceu no debate nas esferas públicas brasileiras em relação à desigualdade social foi apropriada e ressignificada no seriado MB.

Cabe ressaltar que quando MB reforça a linha discursiva de desigualdade com base apenas na origem social, o faz remontando, mesmo que de forma truncada, o argumento da necessidade de políticas públicas redistributivas com base na renda, sem,

no entanto, desconsiderar a linha discursiva da meritocracia que foi retomada quando se percebe que Henrique imbrica o conceito de mobilidade social ao resultado do trabalho de Mister Brau. Visto que os argumentos de distribuição de renda e meritocracia se excluem mutuamente, o seriado televisivo no anseio para representar o social traz à tona ambiguidades e contradições – o que reforça a teoria das midiaculturas, para quem a arena midiática na busca para atingir maior número de telespectadores, não despreza as disputas por poder entre contrapúblicos subalternos e grupos hegemônicos.

Porém, a linha discursiva da mobilidade social, quando problematizada por João Feres Junior na AP (NOTAS TAQUIGRÁFICAS, FERES JR), foi afirmada como sendo um argumento incompleto na medida em que, na mesma classe social, pessoas brancas têm maior probabilidade de ascensão. Já o quadro discursivo da meritocracia foi exaltado por Jessé Souza (1997), para quem políticas redistributivas com base na renda não comprometem o princípio meritocrático.

Percebe-se que a imbricação entre meritocracia, desigualdade social e mobilidade social veiculada na mensagem sob análise deixa implícito o discurso hegemônico da meritocracia, qual seja, de que os negros podem ascender socialmente por seu esforço individual, no caso mencionado, a produção de Mister Brau. Por outro lado, deixa explícita a linha argumentativa da mobilidade social difundida e criticada por João Feres Junior na AP, uma vez que, qualitativamente, os dados mostram que os personagens Mister Brau e Michele aparecem no seriado trabalhando de forma mais extenuante em comparação aos personagens brancos Henrique e Andreia. Todavia, o tema trabalho será analisado mais adiante.

Nesse sentido, houve um processo de apropriação e resignificação dessa linha discursiva pelo seriado MB, pois a cena não representou a questão da mobilidade social de modo a apresentar as dificuldades de grupos de raças distintas. Antes, realizou apenas uma citação de mobilidade social descontextualizada. Essa resignificação ofuscada, não transparente, revela que as operações de recorte e cola de uma linha argumentativa ao longo do tempo deixam explícito que a citação dos quadros argumentativos não espelha o contexto original no qual a linguagem foi criada (SILVA, 2000), o que faz com que “algumas vozes ganham proeminência enquanto outras são marginalizadas nas narrativas midiáticas” (MAIA, 2007, p. 107-108). Assim, a representação do poder performático dos negros foi diluída se comparada com a representação da visão de mundo dos grupos hegemônicos.

Tais linhas discursivas (desigualdade social, meritocracia e mobilidade), da maneira como foram veiculadas no episódio, reforçam o poder discursivo dos brancos sobre os negros, haja vista que ambos os discursos diluem os estudos que apontam que a cor da pele também ajuda a explicar a desigualdade brasileira.

Ao se olhar para os dados quantitativos analisados supra, vale lembrar que, no que tange ao debate do tema desigualdade social protagonizado com base no corte de cor e gênero, o tema foi protagonizado em MB mais por personagens negros do que brancos. Isso há de ser conjugado aos dados qualitativos que revelam que tal linha discursiva foi mais exaltada pelos personagens negros proeminentes da série, Mister Brau, Michele e Lima.

Assim, a veiculação do discurso de desigualdade social imbricada ao conceito de mobilidade em MB reforça os estudos de que a mídia, apesar de tirar legitimidade de algumas vozes, sobretudo as dos contrapúblicos subalternos, não deixa de confrontá-las com a de opositores (MAIA, 2007). Como mencionado anteriormente, a representação de vozes contra-hegemônicas nos seriados SN e MB, muito embora apresentada de forma tímida e ambígua, refuta a premissa de Joel Zito Araújo (2000), para quem a mídia valoriza apenas as vozes hegemônicas, como se vê na veiculação da linha discursiva sobre mobilidade social.

A veiculação da linha discursiva sobre desigualdade social revela que o “passado está contido no presente, uma vez que promoveu ajustes nos *habitus* de ações” (REED, 2014, p. 487) dos produtores televisivos. Como exemplo, citamos a ambiguidade da fala de Henrique, que trouxe a linha hegemônica da meritocracia, mas também apresentou timidamente a linha contra-hegemônica da distribuição de renda. Essas cenas televisivas revelam uma imagem performativo-pragmática da causalidade social em sua forma pura, porque “quando muitos atores estão envolvidos em uma mesma ação, o presente [...] conecta-se ao passado e ao futuro através de condicionamento e controle” (REED, 2014, p. 487). Desta forma, nota-se que as ações dos atores sociais a respeito das linhas discursivas hegemônicas e contra-hegemônicas de nossa herança racial conectam quadros discursivos do passado e do presente, os quais se fazem representados nas imagens performáticas-pragmáticas veiculadas pelos seriados SN e MB.

Até o momento foi efetuada uma análise sob a apropriação e ressignificação, por SN e MB, do tema desigualdade social retomada nas esferas públicas brasileiras, apontando para imbricação feita, por esses programas, com a linha discursiva sobre

desigualdade racial, o que reforça o argumento de Abdias do Nascimento de que tal junção dificulta a conscientização das populações negras a respeito do preconceito racial. Ademais, percebe-se que o quadro discursivo da desigualdade social imbricou-se também com as linhas argumentativas sobre igualdade, mestiçagem e mobilidade social, ao mesmo tempo em que os discursos sobre igualdade e mestiçagem, da forma truncada como foram veiculados por MB, reforçam as linhas discursivas hegemônicas em torno do debate sobre identidade negra e mestiça.

6.4 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA TRABALHO

O tema trabalho envolve as relações no ambiente de trabalho, patrão *versus* empregado, direitos trabalhistas e as lutas contra os preconceitos no âmbito laboral. Esse assunto foi o quarto tema mais abordado em SN e o segundo mais discutido em MB, conforme indicam os dados quantitativos analisados anteriormente. Ainda conforme esses dados, tal problema foi mais discutido, em SN, por mulheres pardas, seguidas das pretas e brancas, ao passo que em MB percebe-se que esse tema foi mais protagonizado por homens negros, seguidos de mulheres pardas e homens brancos.

De acordo com os dados qualitativos, em SN o tema foi mais problematizado pelas pardas Soraia e Matilde e pelas pretas Zulma e Lia. Algo semelhante se passou em MB, sendo que o tema apareceu mais nas falas do negro Mister Brau e da sua mulher parda Michelle. Também merece destaque a participação do homem branco Henrique, mostrando forte vinculação de tal tema aos personagens representativos da raça negra.

Em SN, na mensagem 9 do episódio 4 (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), Soraia critica o assédio cometido a ela por seu patrão, o personagem branco Evandro. Nas interações em que a mulher parda é protagonista, o homem branco aparece em primeiro lugar no processo dialógico, como indica os dados quantitativos analisados na seção anterior.

A interação entre Evandro e Soraia inicia-se quando ela está trabalhando na casa dele, que a assedia. Na sequência do diálogo, Soraia pede para seu patrão deixá-la em paz e acrescenta que sua patroa, a mulher branca Marinês, deve estar chegando em casa. Evandro afirma não ser aquele o horário de chegada de sua esposa, ao passo que Soraia diz que ninguém pode garantir isso. Na mesma cena, Marinês flagra seu esposo assediando Soraia e grita para Evandro sair de casa, pois do contrário chamará a polícia.

Soraia intervém no diálogo e diz para Marinês chamar mesmo, senão ela é que chamará, acrescentando que denunciará o casal para o Ministério do Trabalho e denunciará Evandro por assédio sexual. A partir disso, Marinês recua e toma partido do marido, afirmando que, para denunciá-los, Soraia tem que provar. Evandro acrescenta que, nos tribunais, será a palavra dele contra as palavras da Soraia, que, por sua vez, dá a entender que registrou o assédio usando o aparelho celular.

Outra cena que também envolve preconceito no ambiente do trabalho, mas agora praticado por uma funcionária negra (Madalena) contra uma parda (Matilde) está explicitada na mensagem 10 do episódio 5 em SN (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C). Matilde está desempregada e trabalha esporadicamente, sobretudo, como garçoneiro. Ela conhece Madalena, gerente de eventos, que a convida para um trabalho temporário. Matilde aceita e, no desenrolar das cenas, vai até o local de trabalho de Madalena, uma boate. Chegando ao local, Madalena a leva para o camarim onde se encontram várias mulheres negras se maquiando e vestidas com roupas de carnaval. Matilde, então, pergunta a Madalena o que seria aquilo. A gerente responde que são mulatas, o grupo ao qual Matilde pertence, e que essa seria mais uma dessas dançarinas. E ordena que Matilde coloque o biquíni e se maquie para ir ao palco dançar. Matilde se recusa e Madalena afirma que, se ela não dançar, não lhe dará mais trabalhos, acrescentando ainda que a outra, por ser mulata, deve saber sambar. A cena se encerra quando Matilde coloca o biquíni, vai para o palco de dança.

Na análise da interação entre Matilde e Madalena, verifica-se uma operação de citação (SILVA, 2000) que reforça a linha discursiva que alega ser o negro preconceituoso em relação a seus pares. Isso, olhado por meio do conceito de representação, revela que a representação midiática envolve relações de poder entre grupos dominantes e dominados que tem o poder de subjugar estes. Na mensagem, sobressai a linha discursiva dominante de que o negro discrimina grupos da sua própria cor, visto que quem “tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2000, p. 91). No caso, a identidade negra foi reforçada por um ângulo negativo.

Nessas duas interações percebem-se atitudes discriminatórias no ambiente laboral. Na primeira, o preconceito é praticado por personagens brancos que impõem o seu poder discursivo reforçando uma identidade estereotipada da mulher negra e trabalhadora enquanto reforça-se a hegemonia dos patrões e patroas brancas. Por outro, a interação entre mulher parda e homem branco reforça o discurso criticado por Abdias

de Nascimento de que a mulher branca serve para casar, mulher preta para trabalhar e parda para fornicar (MUNANGA, 2008). O segundo diálogo reforça o discurso hegemônico da identidade nacional mestiça, sobretudo o de ser a mulata o símbolo da identidade nacional (FREYRE, 2006[1933]), vinculando ao estereótipo da mulata a sensualidade e musicalidade, e atrelando isto a um modo de auferir renda. Esse discurso visa desconstruir a luta dos negros contra as linhas discursivas hegemônicas, o que ecoa ainda mais por tal preconceito ter sido visibilizado por um personagem também negro.

A linha discursiva sobre a relevância de se usar os meios de comunicação de massa para explicitar as diversas formas de preconceito foi explicitada no Seminário Multiculturalismo e Racismo e também foi objeto de reflexão na Conferência de Durban, embora nesta tenha exaltado a importância de se combater as diversas formas de preconceito, apontando para uma inter-relação entre racismo e sexismo no ambiente de trabalho. A mensagem 9, visibilizada em SN (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), parece ser a que melhor aborda a questão do preconceito sofrido pelas mulheres negras no ambiente laboral. Já a mensagem 10 do mesmo seriado reforça a linha hegemônica da identidade mestiça, exaltando o discurso da conservação do mito da democracia racial pelo ângulo sexual, apresentando a mulher negra como objeto disponível aos desejos do homem branco.

O tema trabalho atrelado à linha discursiva da democracia racial é apresentada na mensagem 5 de SN (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C). Nesse episódio, o personagem negro Elder, assistente de palco que trabalha na empresa da personagem branca Leonor, é chamado no escritório por essa quando Leonor está em interação com a preta Zulma, mulher daquele. A convocação ocorre para ele ser informado de uma promoção no trabalho. Ele fica muito feliz e diz a Leonor não saber como agradecer. Essa, então, afirma para ele agradecer com competência, perguntando na sequência se o palco está pronto. No segmento, a relação harmoniosa permeia o ambiente laboral, e chama a atenção o fato de Zulma trabalhar para Leonor, mas também ser amiga dela. A cena, porém, dá a entender que a promoção de Elder se dá por este ser esposo da amiga de sua chefe, o que chama a atenção para linha argumentativa da meritocracia para justificar a ascensão de cargo daquele.

No Seminário Multiculturalismo e Racismo, abordou-se a linha discursiva de que a meritocracia no Brasil não existe tal como vigora nos EUA, devido às relações patrimonialistas e clientelistas (SKIDMORE, 1997). Percebe-se a apropriação de tal linha discursiva na mensagem sob análise ao se considerar o contexto do segmento, que

apresenta fortes laços de amizade entre Zulma e Leonor, respectivamente esposa e chefe do promovido. Mas, também não se pode negar que, qualitativamente, o viés da meritocracia no sentido de competência também se fez presente quando Leonor apropria desse vocábulo e pergunta a Elder se o palco está arrumado, momento em que o empregado responde afirmativamente. Isso reforça a linha discursiva da meritocracia pontuada no Seminário Multiculturalismo e Racismo.

É interessante perceber que a mesma mensagem 5 apresenta a linha discursiva da meritocracia sob o prisma de Thomas Skidmore (1997), na medida em que, implicitamente, vincula não só a promoção à amizade, mas também a argumentação de Antonio Sergio Guimarães (1997), vinculando-a de forma explícita à competência, revelando ambiguidades e contradições, pois quando a arena midiática procura representar as disputas discursivas por poder vigente na sociedade apresenta vozes contra-hegemônicas ao lado de linhas argumentativas dominantes.

A distribuição de atitudes preconceituosas e solidariedade entre personagens com diversas características reforça a linha discursiva presente no Seminário Multiculturalismo e Racismo de que no Brasil, independentemente da raça, os grupos se solidarizam com o sofrimento alheio (DA MATTA, 1997). Ademais, reforça os estudos sobre poder que apontam que na luta por poder, esse conceito se revela ambíguo quando se observam as interações sociais (REED, 2014). Logo, não se pode afirmar que a pessoa por ser branca necessariamente defenderá seus privilégios, muito menos de que o negro, somente por ser preto vai lutar contra os preconceitos.

Cumpramos lembrar a lição de Rousiley Maia (2007), para quem há luta por poder entre grupos dominantes e CPS, e que “os atores sociais têm acesso altamente diferenciado e gozam de recursos distintos para transacionar com os agentes dos media”. Apesar de possibilitar acesso diferenciado, não se pode dizer que a mídia somente apresenta a visão de mundo hegemônica dos brancos (ARAUJO, 2000), antes o poder é ambíguo e complexo (REED, 2014). A título de exemplo, a exegese dos dados quantitativos na seção anterior revela que, apesar de timidamente, a linha discursiva progressista sobre o trabalho foi apresentada em SN. Essa crítica ficou visível na interação entre Soraia e Evandro e, como se pode verificar qualitativamente, houve conflito na cena. Em SN, como corrobora os dados quantitativos a proporção de conflito no ambiente laboral foi relevante. Assim, apesar de visibilizar viés progressista no ambiente laboral de forma ínfima, SN não deixou de representar cenas que demonstram o conflito nele.

Em MB no que tange ao tema trabalho houve um reforço da linha discursiva meritocrática. Qualitativamente, no episódio 7, especificadamente na mensagem 12 (ver reprodução do diálogo no quadro 8 no anexo D), essa linha discursiva aparece quando Michele incentiva Mister Brau a continuar trabalhando, mesmo quando esse apresenta-se exausto. Nessa cena, Mister Brau está sentado no sofá, exausto de tanto trabalhar. Mesmo cansado, Michelle interrompe o descanso dele questionando se a música que ele estava compondo estava pronta. Ele diz que não e ironiza afirmando não ser fácil compor música para cegos. Então, Michelle fala que essa música não será cantada somente para cegos, mas também ajudará outras pessoas, pois ele vai cantá-la em um espetáculo beneficente.

Em tom de brincadeira, Mister Brau argumenta que cantar, para ele, nesse momento de cansaço, é assistir televisão. Na sequência da cena, o mordomo de Michelle, Gomes, entra na sala e entrega uma lata de refrigerante para Mister Brau, que a tinha solicitado. Na mesma cena informa ao cantor que conseguiu comprar o videogame que ele havia pedido. Mister Brau comenta que está na fase 11 do jogo e que vai continuar a jogá-lo para distrair, no entanto Michelle o interrompe e toma da mão de Mister Brau a lata de refrigerante, dizendo que ele não brincará com o videogame antes de compor a música. A cena se encerra quando Michelle devolve a lata de refrigerante para Mister Brau e beija o cantor, que entra no estúdio para escrever a música. A cena contraria o rótulo de que negro é preguiçoso, apresentando Mister Brau esforçado e que, mesmo cansado, entra no estúdio para trabalhar. Assim, a linha discursiva do trabalho atrela-se à linha discursiva da meritocracia, que contempla o esforço de Mister Brau.

A menção ao esforço intelectual dos negros também foi pontuada em SN, como se vê implicitamente na mensagem 12 do episódio 7 (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), cena que será melhor contextualizada na exegese da linha discursiva afetividade. No entanto, tal segmento deixa claro o esforço de Matilde na luta para graduar-se em Matemática, pois, apesar de trabalhar e não ter muito tempo para estudar, ela se esforça nesse projeto, e, graças à meritocracia, ganha um bolsa de estudos para estudar no exterior.

A linha discursiva da meritocracia, diretamente relacionada ao trabalho, foi problematizada pela maioria dos ministros do STF no julgamento da ADPF 186. Resgatamos que, segundo eles, meritocracia sem igualdade no ponto de partida é uma forma velada de aristocracia. Assim, fica explícito, na cena da mensagem 12 do quadro 8 que a ascensão social de Mister Brau e Michelle foi marcada por um extenuante

esforço dos dois e que ambos se esforçaram, e por isso mereceram receber as glórias, pois essas são frutos do trabalho.

Vale lembrar os dados da análise quantitativa, que apontam a interação entre mulher parda e homem negro como estando primeiro lugar no processo dialógico. Qualitativamente, o seriado MB na maior parcela dos episódios da primeira temporada apresentam cenas de Michele e Mister Brau trabalhando.

Percebe-se que, em SN, houve um processo de apropriação da linha discursiva trabalho problematizada na Conferência de Durban, evento em que se exaltou o quadro argumentativo da importância do setor privado apoiar campanhas e ações contra a discriminação, dentre outras, a discriminação de gênero e raça. Essa relação foi trabalhada na interação entre os personagens Soraia e Evandro. Por outro lado, a linha discursiva do trabalho exaltada na Marcha Zumbi dos Palmares, que aponta a relevância de se tematizar a igualdade material entre brancos e negros também no âmbito laboral foi apropriada e ressignificada na interação entre Michelle e Mister Brau, o que é percebido pelo fato de a família “Brau” ter alcançado um nível econômico semelhante ao casal branco Andreia e Henrique por meio do trabalho com a música, enquanto mostra os personagens negros trabalhando muito de forma a valorizar a linha discursiva da meritocracia.

6.5 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA CULTURA

O termo cultura, abordado nos seriados SN e MB engloba os vocábulos cultura popular, cotidiano e hábitos. Naquele *siticom*, como informam os dados quantitativos analisados anteriormente, tal tema ocupou o segundo lugar na interação dialógica entre os personagens ficando atrás somente do tema afetividade. Já em MB, a cultura foi o quarto assunto mais tematizado por protagonistas e interlocutores. O debate desse tema perdeu apenas para afetividade, trabalho e consumo.

Em SN, na mensagem 8 (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), o tema foi debatido pelo personagem branco Armando. Como demonstra a análise quantitativa, os homens brancos ocuparam o terceiro lugar no debate desse tema, sendo que esse assunto foi mais protagonizado pelas mulheres brancas, e as mulheres negras ocuparam o segundo lugar em seu debate. Percebe-se, assim, que a discussão desse assunto foi reservada às mulheres brancas, pois mesmo somando a quantidade percentual de pretas e pardas, essas não atingem metade do percentual ocupado pelas

personagens brancas. Além disso, quando a mulher negra aborda o tema, o faz de maneira estereotipada, como se verá na análise da mensagem 8, a seguir.

Armando, personagem branco presente na cena, é colega de trabalho da personagem preta Zulma. Vale lembrar que, nesse seriado, a interação entre mulher preta e homem branco não é significativa, pois o homem branco interage mais com a mulher branca, seguida da mulher parda como revela a exegese quantitativa. A interação entre os dois na mensagem sob análise se inicia quando aquele convida esta para ir a uma festa. Zulma, para fazer ciúmes para o namorado Elder, aceita o convite. Uma vez na festa, Armando a apresenta para alguns colegas, dentre outros, a personagem branca Carmem. No desenrolar da cena, Carmem pergunta a Zulma onde essa mora, que responde residir na cidade Alta de Cordovil. Armando afirma que tal região é perigosa, mas as pessoas que ali vivem são afetuosas. Na sequência, Carmem comenta que vai representar o papel de prostituta, drogada e favelada em um filme, e pede dicas para Zulma, que afirma não ser prostituta nem drogada. Mas, Carmem diz que ela pode até não ser, mas que vive na favela. Zulma resiste e profere ofensas no ouvido daquela personagem, pede licença e sai da roda de conversa.

Nesse segmento, fica explícito o preconceito contra as regiões menos favorecidas, sobretudo, as favelas, bem como contra os seus residentes, uma vez que a cultura e os hábitos desses moradores foram desprezados pela personagem Carmem. Segundo Martín-Barbero (2013), os meios de comunicação de massa reconhecem que a cultura popular, apesar de aderir o *habitus* da cultura hegemônica, também resiste à dominação da cultura erudita. Nessa cena é explícita justamente a resistência da personagem Zulma diante dos estereótipos veiculados em torno da cultura popular. Nas palavras desse autor, “nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão” (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 114) e, como se observa na mensagem acima, Zulma aceita o convite de Armando para ir a uma festa burguesa, aderindo, inicialmente, aos valores da cultura dominante, porém resiste aos estereótipos veiculados por Carmem a respeito da cultura popular. Essa cena reforça a premissa de Martín-Barbero (2013) de que a cultura popular também se mostra resistente à dominação da cultura erudita. Assim, os povos subjugados têm “uma espontânea capacidade de aderir às condições materiais de vida e suas mudanças, tendo às vezes um valor político progressista e de transformação” (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 112). O viés progressista, ou seja, de vontade de transformar o *status quo* se fez presente quando Zulma reage à visão preconceituosa de Carmem.

A análise quantitativa anterior ajuda a entender os achados qualitativos, pois aqueles dados indicam contestações ao tom pejorativo, o que denota que o comportamento da personagem Zulma pode representar as ações de resistências das classes populares diante dos preconceitos. Enfatizamos que, em SN, os personagens brancos veiculam, sobretudo, o viés conservador, enquanto os personagens negros veiculam majoritariamente os vieses progressistas e pejorativos.

Esses dados quantitativos de SN revelam as interações sociais entre os personagens televisivos brancos e negros explicitam o exercício ambíguo do poder discursivo, pois os personagens negros, apesar de contestadores, também são reprodutores de desigualdades. Por outro lado, tem-se que os personagens brancos exaltam o viés conservador, além de veicularem vieses pejorativos. Percebe-se, à luz dos dados, que, se por um lado se minora a argumentação dos movimentos negros, ao representarem os negros como agentes do preconceito quando do viés pejorativo, por outro lado, diminui o poder discursivo dos brancos sobre os negros à medida que aqueles grupos exaltam viés pejorativo com relação aos negros e esses reagem ao preconceito.

Analizando a apropriação do tema cultura pelo seriado MB, observa-se qualitativamente que Mister Brau e Lima valorizam a linha discursiva da diversidade. Numa das principais cenas do seriado, como revela a mensagem 7 (ver reprodução do diálogo no quadro 8 no anexo D), Mister Brau, em interação com o personagem Lima, se assusta quando esse, ao ler uma revista, grita “cor da pele” e passa a discutir acerca das tonalidades de pele do povo brasileiro. Na cena, Mister Brau defende o discurso da diversidade ao pontuar que o Brasil não é somente branco e negro, mas multicolor, citando, como exemplos, os japoneses e os indígenas.

É importante compreender que a linha discursiva da diversidade foi apropriada ao longo do tempo tanto por grupos hegemônicos quanto por contrapúblicos subalternos. No entanto, aqueles defendem o discurso da harmonia entre as diversidades raciais, sociais e étnicas dos diferentes povos na construção do imaginário da identidade nacional mestiça brasileira, tal como proposto por Gilberto Freyre (2006[1933]). Enquanto os CPS defendem a ausência de harmonia devido à existência dos diversos tipos de preconceito, sobretudo, o racial. Essa cena do *siticom*, ao exaltar o discurso da diversidade cultural, revela um tom crítico quanto à ideia de nação mestiça harmônica. Além disso, os dados qualitativos mostram que os personagens Lima e Mister Brau são, dentre outros, os personagens negros que contestam as diversas formas de

desigualdades, pois eles possuem visões de mundo semelhante quanto a exteriorização das realidades sociais construídas e interiorizadas pela sociedade. A análise quantitativa vista na seção anterior complementa esse dado, pois a interação entre personagens negros masculinos é significativa.

A preocupação dos personagens Lima e Mister Brau com a diversidade também pode ser relacionada com a temática da identidade nacional, que, segundo Stuart Hall (2005), é marcada pela diversidade e pelas diferenças de etnias. Para o autor, o termo etnia se refere “as características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de lugar – que são partilhados por um povo” (HALL, 2005, p. 62), portanto, as identidades nacionais tentam subordinar as diferenças, mas não consegue subordinar “todas as formas de diferença e não estão livres do jogo de poder de divisões e contradições internas de lealdade e de diferenças sobrepostas” (HALL, 2005, p. 65).

É importante lembrar a visão de Stuart Hall (2005) acerca das diversidades que compõem a ideologia da nação moderna, uma vez que ao longo da construção narrativa da identidade nacional brasileira as contribuições das culturas dos povos africanos e indígenas foram incorporadas de forma subalterna se comparado aos costumes dos povos portugueses (MUNANGA 2008).

O discurso da identidade nacional mestiça, associado ao do branqueamento, parece ter operado uma dualidade que foi questionada por autores como Kabengele Munanga (2008): a cultura negra, ou mestiça, é celebrada como símbolo da identidade nacional, entretanto, ela permanece isolada da cultura branca que não reivindica simbolizar a nação, mas, se mantém dominante econômica e politicamente. Os brancos valorizam a mestiçagem biológica da qual não fazem parte (MUNAGA, 2008). Num contexto de extrema desigualdade e pobreza que atinge uma população em grande parte negra, o discurso da miscigenação serve para conservar o mito da democracia racial. Diante das desigualdades sociais, o apelo discursivo conservador é pela igualdade das raças e dos seres humanos. Por outro lado, frente aos privilégios raciais dos brancos a linha argumentativa liberal exalta a diferença, a meritocracia supostamente garantida pelo mercado. Aliás, um traço da hegemonia liberal, nessa disputa por poder discursivo, pode ser visto na valorização do mercado combinada com a desconfiança no Estado e na participação política popular. Fica evidente o cruzamento estratégico de discursos, a intersecção prática de argumentos que operam tanto na chave da igualdade, quanto da diferença, para conferir estabilidade a hierarquias raciais e de gênero. Tais linhas

discursivas foram construídas e difundidas no contexto das disputas do século XIX servindo à hegemonia branca (MUNANGA, 2008),

O discurso veiculado pela teoria racista do século XIX de que os costumes dos negros não são tão importantes quanto os costumes da cultura portuguesa para a formação da cultura brasileira (MUNANGA, 2008), encontra um contraponto na ideologia da nação mestiça brasileira (FREYRE, 2006 [1933]), que passa a exaltar a cultura africana em conjunto harmônico com a ideologia europeia. Aquele discurso racista se fez presente na preocupação da personagem Andreia com a cultura popular, como explicita a mensagem 10 (ver reprodução do diálogo no quadro 8 no anexo 10). Nessa mensagem, o tema foi abordado por Andreia em diálogo com o personagem branco Antonio Carlos. Esse segmento se inicia quando ela vai ao escritório do seu pai, o advogado Antonio Carlos, e pede para ele ajudá-la a denunciar os “Brau”, uma vez que estes têm um galo que canta no período noturno e que a atrapalha o sono. O pai informa não poder ajudá-la, pois o canto do galo não configura perturbação sonora. Na sequência, Andreia afirma que, apesar de ter colocado sua casa à venda, não consegue vendê-la por ser vizinha dos “Brau”, afirma que a casa desses é um aviário durante o dia e uma escola de samba à noite, e segue afirmando que fará macumba com galo preto para se livrar dos “Brau”. Antonio Carlos intervém nessa fala e diz a ela para fazer macumba com galo branco, pois a implicância dela com os únicos negros do condomínio pode ser vista como racismo, e racismo é crime. Andreia se enfurece e diz que não deve ser vista como racista só por considerar Mister Brau e Michelle deseducados e sem cultura. Entretanto, Antonio Carlos afirma que o casal tem cultura, ao passo que sua filha rebate dizendo que batucar e rebolar não é cultura. A cena se encerra quando o pai de Andreia a aconselha a colocar um vidro duplo, usar fones de ouvido e não reclamar.

A cena explicita preconceito cultural com relação à cultura popular, sobretudo, aos costumes do povo negro. A linha discursiva da valorização das diversidades e diferenças se fez presente na preocupação do personagem Antonio Carlos ao criticar a visão preconceituosa com relação à cultura não erudita, uma ressignificação do argumento presente nas esferas públicas brasileiras de que imagens pejorativas com relação aos negros impedem a valorização da diversidade étnico-racial. Essa cena, por um lado, dilui a relação de poder discursivo dos brancos sobre os negros, quando, por exemplo, um personagem branco reconhece a postura preconceituosa de outro personagem também branco em relação à cultura negra. Porém, por outro lado, ela

também exalta a linha discursiva acerca da inferioridade cultural dos povos africanos presente nas teorias racialistas do século XIX ao diminuir a importância da cultura negra se comparada à cultura europeia.

Cabe salientar que, apesar de Andreia inferiorizar a cultura negra face à cultura europeia na mensagem 10, a mesma personagem, na mensagem 11 (ver reprodução do diálogo no quadro 8 no anexo D), apresenta interesse em conhecer a cultura popular, apontando, assim, para uma exaltação da visão harmoniosa da cultura popular atrelada à cultura erudita. Nessa mensagem, a personagem, em interação com sua empregada branca Catarina afirma ter interesse em aprender a gostar da cultura negra. Andreia diz saber ter a fama de preconceituosa e querer ser amiga de Michelle para modificar sua fama. Catarina discorda da possibilidade dessa amizade existir, por Andreia não gostar dos costumes populares. Andreia diz bastar adquirir o gosto por ritmos musicais de funk, rap e músicas de negros para se tornar amiga dos “Brau”. Catarina diz saber dançar forró e poder ensiná-la; porém para Andreia aprender terá de gostar. Andreia diz que quer gostar, mas Catarina afirma que a patroa é “certinha”, e que, para aprender aquele ritmo, tem que ser sem vergonha.

Essa cena, ao debater a questão da diversidade cultural, deixa implícita a linha discursiva da harmonia cultural entre brancos e negros. Esse quadro argumentativo pontuado por Gilberto Freyre (2006[1933]) foi ressignificado na AP promovida pelo STF, momento em que se explicita que, apesar de haver preconceitos, dentre outros o racial, o mito da democracia racial deve ser um ideal a ser perseguido. A exaltação da linha discursiva de que a conservação do mito da democracia racial deve ser perseguida como ideal, mas não criticada fica implícita quando Andreia se mostra disposta a tornar-se amiga de Michelle e gostar da cultura negra.

Analisando a apropriação do tema cultura pelo seriado MB, como revela a análise quantitativa, os personagens brancos ocuparam o segundo lugar no debate desse tema, pois esse tema foi reservado aos personagens negros, o oposto do ocorrido em SN. No entanto, os dados qualitativos mostram que, a mulher branca, apesar de apropriar de tal tema em pouquíssimos segmentos se comparada ao homem branco, quando o faz age de maneira a desconstruir a cultura popular negra, como se verifica na mensagem 10 de MB. Ademais, é relevante mostrar aspectos de associação e dissociação entre os personagens, pois a interação entre mulher branca e o homem branco alcança o primeiro lugar no processo dialógico em MB.

Na interação entre Antônio Carlos e Andreia, aquele, apesar de ser pai desta, critica a visão preconceituosa da filha em relação à cultura negra, entrando em conflito com ela, por discordar que o grito do galo configure perturbação de sossego. Na contramão, no diálogo entre Andreia e Catarina, esta não critica aquela por ser preconceituosa, apenas discorda da possibilidade de Andreia se tornar amiga de Michelle.

Na presente análise, foi observado que tanto SN quanto MB criticaram a visão estereotipada com relação a cultura popular. Em MB a valorização da diversidade cultural remonta ao quadro discursivo das diferenças presente na herança racial brasileira retomada na Marcha Zumbi dos Palmares. Além disso, a visão do tema cultura pontuado pelos personagens Lima e Mister Brau reforça a premissa de Stuart Hall (2005), de que uma nação é heterogênea, refutando a ideia hegemônica da democracia racial. Já, em SN, a personagem Zulma critica o estereótipo da mulher negra que a coloca ocupando apenas papéis considerados de menor relevância social. Todavia, como aponta Martín-Barbero (2013) a cultura popular resiste a tais estereótipos.

6.6 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA IDENTIDADE

O tema identidade nos interessa tanto no sentido da exaltação da identidade nacional brasileira, quanto no que se refere à raça, gênero ou classe social. Esse tema foi um dos menos discutidos pelos personagens em SN, e, em MB, ocupou o sexto lugar na interação dialógica, como indica a análise quantitativa.

Em SN, o tema identidade foi discutido pela parda Soraia de forma imbricada com o discurso da desigualdade social, conforme explicita a mensagem 6 (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C). Como revela a análise quantitativa, tal tema foi debatido mais por personagens brancos do que negros. Quando abordado pelos negros, é a mulher preta quem o problematiza, aparecendo os pardos como coadjuvantes em tal debate.

A mensagem 6 de SN foi contextualizada na exegese do tema desigualdade social, acima. Nela, a identidade negra das personagens Zulma, Lia, Matilde e Soraia é reforçada num aspecto negativo, quando Zulma afirma que quatro negras dentro de um carro velho serão abordadas pela polícia pelo fato de serem negras. Veja-se que além de reforçar a identidade negra, na mesma fala Zulma também reforça sua identidade

feminista e classista, criticando os preconceitos existentes na sociedade. Os dados quantitativos apresentados na seção anterior mostram uma visão crítica quanto ao tema identidade, mas não houve conflito no que tange o debate desse assunto. Nas situações em que houve debate e discordância sobre o tema, ao final houve consenso entre os personagens.

Todavia, no seriado aparecem situações onde as identidades das personagens são fragmentadas, tema esse que é importante no cenário atual das ciências sociais; estudados, por exemplo, por Stuart Hall (2005), que aponta que a análise das identidades só faz sentido quando considerada em relação às diferenças. Nas palavras do autor, o “sujeito assume identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias que caminham em diferentes direções” (HALL, 2005, p.13). A análise da mensagem corrobora a retórica da identidade nacional brasileira, para a qual não “importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, raça ou gênero, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural para representá-los como pertencendo à mesma família nacional” (HALL, 2005, p. 59).

Nessa perspectiva, cabe lembrar que é “difícil unificar a identidade nacional em torno da raça” (HALL, 2005, p. 62), pois esta é um discurso e não uma categoria biológica. Dessa forma, “é frouxo, frequentemente pouco específico, de diferentes termos de características – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais” (HALL, 2005, p. 63). Diferente de SN, a visão de que a identidade nacional não deve ser vista de forma unificada foi tematizada em MB pelo personagem Mister Brau, como se vê na mensagem 9, contextualizada abaixo.

No segmento (ver reprodução do diálogo no quadro 8 na anexo D), Mister Brau escreveu uma música abordando o tema identidade após ter brigado com sua esposa Michelle. Aqui a análise quantitativa mencionada supra revela um dado importante: o assunto identidade é discutido na mesma proporção tanto por personagens brancos quanto por personagens negros. Mas, olhando o debate desse tema pelo corte de sexo e cor tem-se que as mulheres brancas são quem mais o fazem, seguidas das mulheres pardas, dos homens negros e dos homens brancos. Os dados qualitativos mostram que, a respeito do tema identidade, as personagens Michelle e Andreia, na maior parcela dos debates sobre o tema, o fazem de modo a exaltar seu status social.

A cena da mensagem 9 se inicia quando há um desentendimento do casal Mister Brau e Michelle. Aquele resolve morar num bairro popular e reassumir sua

identidade de homem pobre após ter brigado com sua esposa. Nesse retorno às origens, o personagem muda seu nome para Mister Breu, já que seu nome artístico anterior havia sido criado por sua mulher. Nessa cena, Mister Brau, em interação com o personagem Lima, senta no banco de uma praça pública e começa a cantar. Logo, o lugar fica repleto de pessoas e “Mister Breu” começa a cantar uma música que faz referência à nação brasileira, na qual sobressai a seguinte frase: “o negro quando canta, canta a dor de uma nação”.

Qualitativamente, esse segmento da forma como foi veiculado, denota tristeza de Mister Brau ao falar do povo negro atrelado à ideia hegemônica de nação. E os dados quantitativos mostram uma visão progressista dos personagens no que tange ao debate da identidade. Essa visão progressista acerca do tema identitário também se sobressai em SN, quando se observa o percentual de vieses progressistas nesse *siticom*. Isso reforça o discurso dos contrapúblicos subalternos de que o discurso da identidade nacional mestiça harmoniosa deixa opaco e intransparente o preconceito racial. Todavia, esse discurso, mesmo que timidamente, está sendo desconstruído, pois os diversos tipos de preconceitos, sobretudo o racial, não estão mais restritos ao ambiente privado, antes ganham visibilidade nas esferas públicas (FRASER, 2001). Novamente, a exegese quantitativa se faz interessante para analisar os dados qualitativos, pois enquanto SN não apresenta conflito ao trabalhar o tema identidade, MB apresenta conflito na maior parcela dos casos. Enquanto SN reforça o discurso hegemônico da identidade nacional mestiça por mostrá-lo de forma harmoniosa, MB dilui o poder discursivo dos grupos hegemônicos sobre os contra públicos subalternos, representando o conflito.

Analisando a linha discursiva da identidade presente na fala de Mister Brau, quando menciona “a dor de uma nação” relembra a linha discursiva da herança racial brasileira, apontando que a narrativa da ideologia da nação mestiça brasileira, reforça a linha discursiva da democracia racial e que mascara o preconceito racial.

O viés progressista acerca da identidade, presente tanto em SN quanto em MB, deve ser lido à luz do conceito de diversidade. A exaltação da linha discursiva das diferenças se fez presente em MB na mensagem 7 (ver reprodução do diálogo no quadro 8 no anexo D). Nessa mensagem, como abordado anteriormente, Mister Brau, em interação com o personagem Lima, se assusta quando este, ao ler uma revista, grita “cor da pele” e passa a discutir acerca das tonalidades de pele do povo brasileiro. Na cena, Mister Brau defende o discurso da diversidade ao pontuar que o Brasil não é somente

branco e negro, uma vez que Lima aponta que os negros compõem a maior parcela do povo brasileiro. Para Mister Brau, portanto, o Brasil é multicolor.

Nessa cena, Mister Brau exaltou a linha discursiva das diferenças de cores que compõem o povo brasileiro, acrescentando a cor amarela (japoneses) e vermelha (indígena), ressignificando a linha discursiva de que o Brasil tende a racialização entre brancos e negros com as lutas empreendidas pelos movimentos negros.

Até agora, percebe-se que o discurso da identidade nacional brasileira problematizada de forma implícita nas diversas linhas discursivas – quais sejam, questão racial, desigualdade social, cultura e trabalho – foi abordada de forma isolada apenas em MB. A linha discursiva da identidade, da forma como foi veiculada em SN e MB, reforça os estudos de Stuart Hall (2005) de que na modernidade o discurso da nação centrada numa identidade coerente e homogênea, está sendo fragmentada, pois a identidade nacional moderna é marcada pelas diversidades, dentre outras, de raça, classe e gênero.

6.7 ANÁLISE QUALITATIVA DO TEMA AFETIVIDADE

O tema afetividade engloba a questão dos relacionamentos, sobretudo entre amigos, família e namoro entre os personagens. Esse assunto foi o mais discutido tanto em SN quanto em MB, em comparação aos outros temas, como revela a análise quantitativa. O mesmo tema foi também problematizado na AP, trazendo à tona a linha discursiva hegemônica de que as negras, historicamente, não foram estupradas no Brasil, contrapondo-se ao quadro argumentativo que alude à violência ocorrida em tais relações (MUNANGA, 2008).

Como demonstra a exegese quantitativa explicitada sobre o assunto afetividade, em SN ele foi mais debatido por mulheres brancas, seguido das mulheres pretas, e das mulheres pardas. Se agruparmos as pessoas de sexo feminino pardas e pretas no mesmo conjunto, observa-se que as mulheres negras debateram mais esse tema do que as mulheres brancas. Em MB, por outro lado, tal assunto foi mais discutido pela mulher parda, seguida da mulher branca. Qualitativamente, observa-se que em SN o tema afetividade é problematizado por personagens brancos, especialmente por Gaudéria, fato descrito na análise da mensagem 3 do episódio 13 de SN (ver reprodução

do diálogo no quadro 7 no anexo C) e problematizada na exegese do quadro discursivo alusivo à questão racial.

O tema afetividade também foi apropriado em SN pela parda Matilde, que mantém um relacionamento complicado com o branco Adilson, pois ela tem o sonho de fazer faculdade de matemática ao passo que seu par não gosta de estudar. A parda Soraia, por sua vez, não tem namorado, mas constantemente flerta com os homens, tanto brancos quanto negros. A preta Lia, a seu turno, é separada do personagem branco Alaor que, por ser traficante, possui grande influência na Cidade Alta de Cordovil. Essa personagem vive ainda o impasse de namorar o escritor negro Anselmo, por se achar inferior a ele econômica e socialmente. Por fim, a preta Zulma namorou e casou com o preto Elder, tal como corrobora a contextualização da mensagem 4 (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), descrita na análise da linha discursiva da Questão Racial.

A linha discursiva que exalta a relação inter-racial consensual foi ressignificada quando olhamos a relação entre Adilson e Matilde, pois Matilde concedeu permissão para Adilson namorá-la, porém mostra-se descontente com o relacionamento amoroso, uma vez que Adilson não gosta de estudar, como deixam implícitas as mensagens 12 a 14 (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C). A disparidade entre os esforços de Adilson e Matilde quanto à educação formal traz à tona a linha discursiva da meritocracia.

Além dessa tensão, na interação ocorrida na mensagem 14, Matilde explica a Adilson que não quer se casar com ele com o vestido da mãe dele, pois Gaudéria, irmã dele, não o quer. Além disso, a personagem também impõe uma condição ao casamento, qual seja, a de que ele volte a estudar, pois, segundo ela, o rapaz está acomodado com a vida, o que atrapalha o relacionamento dos dois, pois ambos têm objetivos diferentes. Esse conflito fica claro na mensagem 12, quando Matilde está em sua residência interagindo com Soraia. Aqui vale lembrar a análise quantitativa, pois a interação das mulheres pardas entre si é baixa, pois as personagens pardas dialogam mais com personagens não negros, sobretudo, com o homem branco.

O diálogo entre Matilde e Soraia demonstra que aquela não deseja se casar com Adilson com o vestido da mãe dele, mesmo tendo levado a vestimenta para sua casa. Soraia, por sua vez, enfatiza que Matilde trouxe o vestido como se carrega um morto. Essa, então, informa não ter certeza sobre seu desejo de se casar, pois sonha em fazer faculdade de Matemática. No desenrolar do diálogo, Matilde comenta também que

conheceu um homem branco chamado Enéas. A cena se encerra com Soraia querendo saber detalhes sobre o interesse de Matilde por esse homem. Por fim, na mensagem 13 (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), a cena se inicia com Matilde aceitando o convite de Enéas para ir a uma festa.

No retorno do evento, dentro do carro de Enéas, ele pergunta para Matilde se pode ligar para ela, que responde, porém, informando ser noiva de Adilson. Enéas pede um beijo de despedida, sob o argumento de que Matilde casará com Adilson. A cena termina com um beijo entre os dois.

O consentimento de Matilde quando Adilson pediu-a em namoro, e a concordância de Matilde em aceitar o beijo do personagem Enéas podem ser relacionados à linha discursiva da harmonia entre brancos e negros pela via da sexualidade, pois, segundo Gilberto Freyre (2006[1933]), as mulheres negras cedem aos desejos do homem branco de maneira consensual. Essa visão é também reforçada pela mensagem 11 (ver reprodução do diálogo no quadro 7 no anexo C), na qual a personagem branca Jesuína interage com negras Zulma, Matilde, Soraia e Lia sobre o tema afetividade.

A cena se inicia quando Jesuína pergunta para Lia se o homem que a corteja é bonito, a qual responde que é um homem “negão”. Então, Matilde fala para ela ligar. O que é reforçado por Soraia que diz que se fosse Lia, ligaria e teria relações íntimas com o homem para certificar se ele era bom ou não de cama, pois se fosse ruim ela não se encontraria mais com ele. Zulma acrescenta que, se é “negão”, é bom de cama. Imediatamente, Soraia diz que isso é folclore, pois ela já manteve relações íntimas tanto com homens brancos quanto com homens negros, e que somente não manteve relações sexuais com orientais. Jesuína fala em tom de brincadeira para Soraia que o fato dessa não ter namorado com homens que não sejam brancos ou negros seria uma falha em seu currículo, pois depois que ela (Jesuína) manteve relações sexuais com o preto Big, ela mantém relações íntimas até com esquimó. Por fim, a cena se encerra quando Matilde fala que esse tipo de conversa é preconceituosa.

Percebe-se, que essa cena exalta o discurso da harmonia pelo ângulo sexual entre brancos e negros quando a personagem parda Soraia afirma para as mulheres brancas que já manteve relações íntimas com homens brancos. Quando olhamos para a exegese quantitativa vista na seção anterior, percebemos que a interação entre mulher parda e homem branco alcança o primeiro lugar na interação dialógica. Os dados quantitativos demonstram também que a interação entre mulheres brancas, quando

protagonistas, e mulheres negras é baixa. Nesse sentido, vale lembrar os estudos de Gilberto Freyre (2006[1933]), para quem as mulheres brancas teriam ciúmes das mulheres negras, as quais recebiam muitos presentes dos senhores de engenho, uma vez que mantinham relações sexuais com o patriarca – o que enfurecia as esposas destes.

Outro aspecto relevante que essa cena traz à tona é a relação amorosa entre personagens negros, pois a parda Soraia também afirma já ter mantido relações sexuais com homens negros. Os dados quantitativos estudados supra permitem observar que a interação entre mulher parda e homem preto é baixa, e os dados qualitativos mostram que Soraia é a única personagem parda que mantém relacionamento sexual com homens pretos.

Assim, a união afetiva entre personagens negros ocorre, sobretudo, entre mulheres pretas e homens pretos, sendo rara entre pardos e pretos. Como vimos na análise da linha discursiva sobre a questão racial, SN exaltou a união afetiva entre mulheres pretas e homens pretos, tal como a relação entre a preta Zulma e o preto Elder. Além disso, a análise quantitativa mostra que a interação entre mulher preta e homem preto alcançou o primeiro lugar no processo dialógico nas cenas em que a mulher preta é protagonista.

A interação amorosa entre negros e brancos, bem como de negros com negros também se fez presente em MB. Como exemplo do primeiro caso, tem-se a relação entre o preto Lima e a branca Maria Antonia, e do segundo, entre o preto Mister Brau e a parda Michele. Nas cenas em que o homem negro é protagonista, a interação dele com mulher branca não foi significativa em MB, enquanto a interação do homem preto com a mulher parda é significativa alcançando o segundo lugar no processo dialógico, como revela a análise quantitativa supra.

A interação entre homem negro e mulher branca, ou seja, entre Lima e Maria Antonia, pode ser analisada a partir das mensagens 14 e 15 (ver reprodução do diálogo no quadro 8 no anexo D). Naquela, Lima dialoga com Maria Antonia quando ele vai ao supermercado onde essa trabalha, comprar um produto. Uma vez lá, Lima comenta com a outra personagem que Marques (porteiro do condomínio em que os Brau moram) pediu ajuda para namorar Catarina (empregada de Andreia), porque Marques acha que Lima namora Maria Antonia, mulher brava tal qual sua amada. Diante dessa fala, Maria Antonia se enfurece, pois acreditava efetivamente ser namorada de Lima. Na mensagem 15, Maria Antonia, para fazer ciúmes a Lima, convida um amigo deste, chamado Mimosinho, para ir a um espetáculo. Quando esse vai buscá-la no trabalho, Lima está

no mesmo ambiente. Ao ver Maria Antonia e Mimosinho saírem juntos do supermercado, Lima vai até eles e pergunta a Maria Antonia onde ela vai, e ela responde que Mimosinho vai levá-la a um show. Na sequência, Maria Antonia pergunta a Lima se ele quer ir, mas imediatamente afirma que, como os dois não estão namorando, ela prefere ir sem ele. A cena se encerra com Maria Antonia indo ao espetáculo com Mimosinho.

Essa cena explicita que Lima não quer assumir o namoro inter-racial com Maria Antonia. Esse argumento alude à linha discursiva problematizada na AP, de que, na colônia, o casamento inter-racial entre mulheres brancas e homens negros era proibido pelos senhores de engenho. Mas, a citação dessa cena mostra um processo de ressignificação do argumento, uma vez que não é a mulher branca que não quer assumir o relacionamento amoroso, mas o homem negro.

A união afetiva entre negros pode ser problematizada a partir da análise da mensagem 1 do episódio 1 (ver reprodução do diálogo no quadro 8 no anexo D), cena também contextualizada na exegese da linha discursiva questão racial. Mas, sob o prisma da linha afetiva, esse segmento mostra o casal “Brau” em um momento de descontração na piscina do condomínio em que moram, quando são confundidos com ladrões pelo segurança do condomínio e têm que rebater as acusações. MB, assim representa os dois personagens de modo a exaltar um relacionamento amoroso entre negros, o que se relaciona com uma ressignificação da linha discursiva apontada por Fábio Wanderley Reis (1997), de que os relacionamentos amorosos entre pessoas de cores distintas revela a “falta de auto-estima negra, que acarreta como consequência a assimilação de padrão estético branco pela população de cor” (REIS, 1997, p. 229).

A análise dos diversos temas apresentados supra, comprova a hipótese desse trabalho de que houve uma inovação das linhas discursivas de nossa herança racial, retomadas nos eventos ocorridos entre 1995 a 2012, e atualizadas em SN e MB. Isso porque a visão hegemônica da linha discursiva da democracia racial descrita por Gilberto Freyre (2006[1933]) esteve presente, sobretudo em SN, como se pôde verificar ao longo da análise das diversas linhas discursivas e confirmada na exegese do tema afetividade. A análise desse assunto revela a exaltação das relações harmônicas, especialmente, pelo ângulo da sexualidade entre brancos e negros, sobretudo, na relação entre Matilde (parda) e Adilson (branco). Apesar daquela personagem terminar o namoro com este, ao final da série ela se casa com um estrangeiro também branco. Esse fato, de um lado, reforça o poder discursivo dos grupos hegemônicos, mas,

paralelamente, convive lado a lado com a visão contra-hegemônica da crítica ao mito da democracia racial, também enfatizada em SN, como na relação entre Zulma e Elder, mas, sobretudo, no seriado MB, quando se observa a interação entre Mister Brau e Michelle, diluindo, assim, o poder discursivo dos brancos sobre os negros.

A exegese do tema afetividade revelou um processo de apropriação e ressignificação da linha discursiva exaltada, sobretudo na AP promovida pelo STF de que as relações afetivas entre o colonizador branco e mulheres negras se deu de forma consensual e não à força. Isso, por um lado, reforça o discurso hegemônico da democracia racial enfatizada por Gilberto Freyre (2006[1933]), ao mesmo tempo em que dilui a argumentação dos movimentos negros. Por outro lado, a análise do tema revelou também a exaltação da relação afetiva entre casais negros, dentre outros, entre Michelle e Mister Brau. Isso revela a luta dos contra-públicos subalternos na busca pela mudança do viés hegemônico e traz em cena a linha discursiva de crítica ao discurso do mito da democracia racial, qual seja, da inexistência de relações harmônicas entre brancos e negros devido, dentre outros, à existência do preconceito racial, o que dilui o poder discursivo dos brancos sobre os negros.

CONCLUSÃO

O conjunto dos conteúdos quantitativos e qualitativos no permite mostrar alguns avanços no modo como os seriados representaram os afrodescendentes. Começando pelo protagonismo é correto afirmar que ambos os seriados invertem a herança de sub-representação dos negros na televisão, pois esses foram mais protagonistas nas cenas se comparado aos personagens brancos. Quanto ao protagonismo das mulheres pardas, observa-se que elas interagem mais com o homem branco, ao passo que as mulheres pretas, quando são protagonistas, interagem mais com homens pretos.

Observamos também que as mulheres negras são protagonistas com relação aos temas afetividade e sexualidade, fato que retoma a linha discursiva que envolve a relação inter-racial entre mulheres negras e homens brancos reforçando o argumento da conservação do mito da democracia racial.

Em MB, o protagonismo tem maior frequência no grupo dos homens negros. Em contrapartida, a interlocução tem maior frequência no grupo dos homens brancos. Sexualidade e trabalho são temas reservados às mulheres negras em SN, enquanto as brancas atuam mais no tema cultura. Vale salientar que os homens negros se destacam no que diz respeito aos temas machismo e consumo. É verdade que a ascensão de Mister Brau e sua esposa Michele não vem acompanhada de uma crítica ao consumismo, mas, da sua integração ao consumo, acompanhando o processo vivido na sociedade brasileira. O personagem Lima, nas suas ambiguidades, expressa um comportamento machista, principalmente na forma do assédio malicioso com a personagem branca Andreia.

Há algumas diferenças nas formas como SN e MB abordam o tema da questão racial. Naquele programa, observa-se uma resignificação da linha discursiva “democracia racial”, sendo que o preconceito é democratizado, pois, todos, isto é, personagens brancos e negros, podem expressar preconceito racial. Nesta mesma linha, há uma equivalência entre o preconceito racial e outros tipos de preconceitos. O mais importante, todavia, foi a resignificação da sexualidade inter-racial, pois a mulher negra passa ao protagonismo nesta relação e usa seu poder de sedução para solucionar os conflitos relacionados à questão racial. Nesse sentido, a imbricação entre a variável raça e gênero reforça o estereótipo da subalternização da mulher negra, sobretudo, das

mulheres pardas. Em MB, a questão racial é pouco associada à sexualidade, e a mulher parda não se submete aos desejos do personagem branco Henrique que se mostra atraído sexualmente por Michele, pois é apaixonada por Mister Brau.

Ainda em relação ao tema questão racial, o personagem Mister Brau exerce uma resistência ao preconceito racial, mas, na forma da malícia e da malevolência. Ao fazê-lo, reintroduz uma linha discursiva conservadora, qual seja, a ideia de que as classes populares e, especialmente os negros, se comportam de uma forma não moderna pautada na malandragem. Em MB, todavia, a cultura negra é valorizada, tal como sua identidade, pois o personagem Mister Brau demonstra certa tristeza ao lembrar a forma subalternizada que os negros foram incorporados a ideologia da nação mestiça brasileira. Por outro lado, o personagem branco Henrique exalta o discurso harmonioso da contribuição cultural dos diversos povos que compõem o patrimônio nacional.

Em contrapartida, em SN, o tema identidade aparece de forma fragmentada, mas não valoriza as diversidades culturais e étnicas que contribuíram na formação do imaginário da nação brasileira – o que de certa maneira é explicitada no seriado MB, principalmente, quando o personagem Lima afirma que a maior parcela da população brasileira se auto-identifica como negra, e Mister Brau relembra que o Brasil não é formado apenas por brancos e negros, mas também por orientais.

O seriado MB apresenta, segundo os dados qualitativos, um empoderamento político com relação à questão racial. Nas suas tensões, MB explicita o comportamento de uma elite preconceituosa, como por exemplo, do juiz de direito que confunde Mister Brau com um manobrista. Por outro lado, quantitativamente, os dados mostram que, no que tange a questão racial, o viés progressista perde para o viés pejorativo, porém fica à frente do viés conservador. Em SN, as mulheres negras são responsáveis por imprimir um viés mais progressista aos temas, assim como em MB as mulheres negras também aparecem com um pouco mais de viés progressista em relação aos outros grupos. Todavia, o comportamento geral dos agrupamentos em MB é mais conservador do que em SN.

Nosso interesse de pesquisa foi mapear quais temas discutidos em SN e MB ressignificaram linhas discursivas da nossa herança racial brasileira retomada nas esferas públicas de 1995 a 2012, e se esses seriados atualizaram a literatura referente a representação do negro na mídia. Como mencionado anteriormente, nesses seriados os negros ocuparam mais o papel de protagonistas se comparado aos personagens brancos, o inverso do que tinha sido apontado por Joel Zito Araújo (2010). Ademais, a literatura

sobre representação do negro na mídia apontou que a mídia dava mais visibilidade a atores pardos do que negros (CHAVES, 2008), o oposto do que se verificou em SN e MB.

Porém, os dados quantitativos e qualitativos revelam uma ambiguidade e contradição, pois apesar dos personagens negros sobressaírem como protagonistas, os mesmos são representados ora reproduzindo preconceitos, ora contestando-os. Por isso, a importância de se analisar os seriados SN e MB pela lente da teoria das midiaculturas, uma vez que revelam que a mídia no anseio para representar as disputas discursivas por poder presentes nas esferas públicas, apresenta vozes que valorizam linhas discursivas hegemônicas, sem, no entanto, desprezar vozes contra-hegemônicas.

Novas pesquisas podem dar andamento a essa pesquisa, e, principalmente, são bem-vindas pesquisas que analisem se na atual conjuntura política do país, marcada pelo governo de um Presidente da República que se diz contrário as políticas de ações afirmativas, a linha discursiva de conservação do mito da democracia racial ganha proeminência na arena midiática, se comparada a veiculação da linha discursiva que tece críticas a ideologia da identidade nacional mestiça harmoniosa.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. **O trato de viventes: formação no Atlântico Sul** – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, V. A. **Audiência Pública das Ações Afirmativas**: uma visão construtivista dos vieses de mobilização. 2015, 148 f. (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, 2015.

APPADURAI, Arjun. Etnopaisagens globais: notas e perguntas para uma antropologia transnacional. In: **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. Introdução: O problema da sociologia do Conhecimento. In: **A Construção Social da Realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BERTÚLIO, D.L.L. O enfrentamento do racismo em um projeto democrático: a possibilidade jurídica. In: SOUZA, Jesse (org). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Notas Taquigráficas da Audiência Pública sobre Ação Afirmativa no STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa>>. Acesso em: 20 de julho 2014.

BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF, 2009.

BORGES, R. da S. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negras. In: R. C. Borges, R. S. Borges (eds.). **Mídia e Racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alí; Brasília, DF: ABPN, p. 178203, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Notas Taquigráficas da Audiência Pública sobre Ação Afirmativa no STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa>>. Acesso em: 20 de julho 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – **Inteiro Teor do Acórdão**. Voto ministro Gilmar Mendes; Ricardo Lewandowski; Ministro Marco Aurélio; Cesar Peluso; Ayres Brito; Carmem Lúcia; Joaquim Barbosa; Luis Fux; Rosa Weber. 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chromeinstant&ion=1&espv=2&es_th=1&ie=UTF-8#q=INTEIRO+TEOR+DO+ACORD%C3%83O+pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. Entre negro e branco – socialização de filhos mestiços por famílias inter-raciais. In: **Identidade negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil** (org. Iolanda de Oliveira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva), pp. 7-26. RJ: ANPEd, 2013. disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Negro-Educacao-2-INEP.pdf>>. Acesso em 08 de abril de 2016.

CALLIGARES, C. Notas sobre os desafios para o Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

CAMPOS, Luiz Augusto; CANDIDO, Marcial Rangel; FERES Jr, João. Infográfico – Raça e Gênero nas Novelas dos Últimos 20 anos. Gemaa – Grupos de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa – IESP (Instituto de Estudos Sociais e Políticos) e UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em <<http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/infografico3/>> Acesso em 18 de junho de 2018.

Cardoso, F.H. Mito e valor da democracia racial. In: SOUZA, Jesse (org). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

CASTAÑON, Gustavo Arja. **Construtivismo social: a ciência sem sujeito e sem mundo**. 2009. 217f. **Dissertação** (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

CHAVES, M.L.B. O Negro na Mídia Brasileira. 2008. 38 f. **Monografia de Graduação** (Bacharel em Comunicação Social). Centro Universitário de Brasília, 2008.

CENTO e quatorze assinaturas. **Manifesto Contrário às Cotas Raciais**. Todos têm direitos iguais na República Democrática, 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>>. Acesso em: 07 mai. 2016.

COSTA, Aline G. Vilela; OLIVEIRA, F. M. . A série Sexo e as Negas: discursos e olhares diante de uma polêmica. **Inventário** (Universidade Federal da Bahia. Online), v. 1, p. 2-16, 2015. Disponível em <http://www.inventario.ufba.br/16/02%20A%20serie%20Sexo.pdf>, Acesso em 30/05/2018.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. São Paulo: EDUSC, 2001.

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários - etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(1): 143-158, maio de 2001. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702001000100010&script=sci_abstract>. Acesso em, 13/5/2017.

CUSTÓDIO, Túlio Augusto Samuel. Construindo o (auto) exílio: Trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968 -1981. 2011. 172f. **Dissertação** (Mestrado em

Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 14. Ed. Rio Janeiro: Francisco Alves, 1938.

CUNHA, Patrícia da Silva Simões; PAIVA, Jéssica Souza. A erotização da mulata na cultura brasileira. Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_M D1_SA1_ID428_13062017162251.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

D'ADESKY Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo. **Afro-Asia (UFBA)**, 1997. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n19_20_p165.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

DA MATA, Roberto. Mito e valor da democracia racial. In: SOUZA, Jesse (org). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

DIOGO, Rosália (2014). **Mídia e Racismo**. Ensaios. Belo Horizonte. Mazza Edições.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

FERES JÚNIOR, João. Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**, v. 20. Rio de Janeiro: Editora UCAM, 2007. ISSN 0101-546X. Disponível em: <<http://www.ucam.edu.br/ceaa/ceaa/download/revista2007/2007%20%20artigo%203%20%20Comparando%20justifica%C3%A7%C3%B5es%20das%20.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Televisão em cores? Raça e sexo nas telenovelas Globais (1984-2014). Textos para discussão **GEMAA (IESP-UERJ)**, 2015. Disponível em: <http://gemma.iesp.uerj.br/files/TpD_gemma_3_-isbn.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. Ação afirmativa na revista Veja: informação ou militância? In: 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009, Caxambu. **Anais do 33º Encontro Anual da Anpocs**, de 25 a 29 de outubro de 2009, em Caxambu/MG. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa, 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/3624497/A%C3%A7%C3%A3o_afirmativa_revista_Veja_informa%C3%A7%C3%A3o_ou_milit%C3%A2ncia>. Acesso em: 05 jun. 2014.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luiz Augusto. Cotas no STF: Os argumentos como eles são. *Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), v. 12, p. 124-136, 2010. Textos para discussão **GEMAA (IESP-UERJ)**. Disponível em: <http://gemma.iesp.uerj.br/files/TpD_gemma_3_-isbn.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1965.

FRASER, Nancy. (2001). “Repensando la esfera pública: una contribución à la crítica de la democracia actualmente existente”. Disponível em: <http://www.equidad.scjn.gob.mx/IMG/pdf/REPENSANDO_LA_ESFERA_PUBLICA.pdf>, Acesso em: 07 mai. 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GIDDENS, A. “**Contra o “micro” e o “macro”: integração social e integração sistêmica**”. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 163-170.

GILLIAN, Angela. O ataque contra a ação afirmativa nos Estados Unidos: Um ensaio para o Brasil. In: SOUZA, Jesse (org). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Editora Vozes. Petrópolis, 2009.

GRIJO, W. P.; SOUSA, A. H. F. O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações. **Communication Studies**, v. 11, p. 181-204, 2011. Disponível em <<http://www.ec.ubi.pt/ec/11/pdf/EC11-2012Mai-09.pdf>>, Acesso em: 19 junho. 2018.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUIMARÃES, A. S. Mito e valor da democracia racial. In: SOUZA, Jesse (org). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

GUIMARÃES, A. S. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Estudos Sociológicos**, São Paulo, v. XX, n.61, p. 147-162, 2001

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. (Trad.). Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p.

HABERMAS, Jürgen. O espaço público 30 anos depois. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. v. 7. n. 12. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva. p. 7-28. Abr. 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANCHARD. M. G. **Orfeu e o poder**: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HANSENBALG, C. O contexto das Desigualdades raciais. In: SOUZA, Jesse (org). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MACÉ, É. **Les imaginaires médiatiques**: une sociologie postcritique des médias. Paris: Éditions Amsterdam, 2006

MACIEL, A. M. Mito e valor da democracia racial. In: SOUZA, Jesse (org). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MAIA, R. C. M. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **BIB**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 63, p. 91-116, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

MAIGRET, Éric. **Sociologia da comunicação e das mídias**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

MANIFESTO em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial aos Deputados e Senadores do Congresso Brasileiro, 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais**. (2004). São Paulo: Parábola Editorial.

MISTER Brau. Direção de Maurício Farias. Intérpretes: Cláudia Missura, Daniel Dantas, Fernanda de Freitas, George Sauma, Kiko Mascarenhas, Lázaro Ramos, Luis Miranda, Marcelo Flores, Taís Araújo. Roteiro: Jorge Furtado. Rio de Janeiro: Estúdios Globo, 2015. 12 episódios (40 min.), son., color. Temporada 1.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. n. 117, p. 197-218. São Paulo: FGV, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300010>. Acesso em: 07 mai.2016.

MORIN, Edgar. **L'ésprit du temps**, vol. 1- Névrose. Paris: Grasset, 1962.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. ISBN: 978-85-7526-127-9

NASCIMENTO, Abdias. 1968a. **Depoimento**, Cadernos Brasileiros, 1968, n. 47.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, 2006, v. 19, n.1.

NOGUEIRA, ORACY. **Tanto preto quanto branco**. Estudos de relações raciais. São Paulo: 1985.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Agir, 2006.

JACCOUD, L. et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

PIERSON, Donald. **Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia**. University of Chicago Press, 2011.

PORTO, M. P. **Media Power and Democratization in Brazil: TV Globo and the Dilemmas of Political Accountability**. New York/London: Routledge, 2012.

POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

REED, I. A. **Poder: dimensões relacional, discursiva e performática**. Opinião pública. Brasília, May/ aug, 2014. Disponível em<<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2011/06/Caderno-de-Normas.pdf>>Acesso em 02 de maio de 2016.

REIS, F. W. Mito e valor da democracia racial. In: SOUZA, Jesse (org). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

REIS, F. Wanderley. Democracia, Igualdade e identidade. In: PERISSINOTTO, Renato Monsef; FUKS, Mário (org.). Curitiba, Fundação Araucária, 2002.

RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**. n. 85 São Paulo 2012. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000100003>. Acesso em 17/5/ 2016.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

ROSEMBERG, F. A Criança Pequena e o direito a creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais: BENTO, M.A.S (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

SALAINI, J. S. **Breve histórico das ideias sobre raça**. In: CARVALHO, A. P. C. et all (Org.). Desigualdade de gênero, raça e etnia. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SECCO, Lincoln Ferreira; PIRES, Marcos Cordeiro . A Casa Grande não Descansa. TD. **Teoria e Debate**, v. 85, p. 42-45, 2009.

SEXO e as negas. Direção de Cininha de Paula. Produção de Miguel Falabella. Intérpretes: Cláudia Jimenez, Corina Sabbas, Karin Hills, Lilian Valeska, Maria Bia Martins. Roteiro: Alessandra Poggi, Antonia Pellegrino, Artur Xexéo, Flavio Marinho, Luiz Carlos Góes, Miguel Falabella. Rio de Janeiro: Estúdios Globo, 2014. 13 episódios, son., color.

SKIDMORE, Thomas. Ação afirmativa no Brasil? Reflexões de um brasileiro. In: SOUZA, Jesse (org). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Apontamentos sobre o racismo no Brasil; IN **Apostila Módulo III** (UFPR), pp. 243-264. Curitiba, 2014.

SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUZA, N. R. Aculturação e identidade: o caso do seriado sexo e as negas. In: **VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA)**, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015. Disponível em< <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT5-Souza.pdf>>, acesso, dia 10/01/ 2016.

SOUZA, N. R.; Almeida, V. A.; DRUMMOND, D. R. As disputas discursivas por identidade racial nos seriados televisivos: “Sexo e as Negas” e “Mister Brau”. In: **41º Encontro Anual da Anpocs**, 2017, Caxambu. Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: Anpocs, 2017. v. 1. p. 1-30.

SOUZA, N. R.; DRUMMOND, Daniela R. Sexo e as negas: da ficção à realidade sob uma perspectiva interseccional. **ESFERAS**, v. 1, p. 1-12, 2017.

SOUZA, N. R.; ALMEIDA, V. A.; DRUMMOND, D. R. Poder, resistência e interseccionalidade: as disputas discursivas por identidade no seriado brasileiro “Sexo e as Negas”. **EX AEQUO** (OEIRAS), v. 35, p. 65-82, 2017. Disponível em< <http://exaequo.apem-estudos.org/revista/revista-ex-aequo-numero-35-2017>>. Acesso em 10/12/2017.

SOUZA, C.A.S. A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. São Paulo, 2008. 174f. **Dissertação** (mestrado em Antropologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, Jessé. Mito e valor da democracia racial. In: SOUZA, Jesse (org). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

SOUZA FILHO, Alípio de. Somos mestiços, e daí? Arqueologia de representações depreciativas do mestiço e das mestiçagens na interpretação da cultura brasileira. In: Oscar Federico Bauchwitz (org.). **Café Filosófico**. 1 ed. Natal: Argos, 2001, v. 1, p. 11-53.

TELLES, Edward E. **O signfico da Raça na Sociedade Brasileira**. Princeton e Oxford: Princeton University Press. 2012.

TRINDADE, Alexandro. D. Questão nacional e Questão racial no pensamento social brasileiro. In: Hilton Costa; Paulo Vinícius Baptista da Silva. (Org.). **Olhando para nós mesmos**: alfabetização da diáspora e educação das relações étnico-raciais. 1ed. Curitiba: NEAB / UFPR, 2014, v. 2, p. 15-45. Disponível em< http://www.neab.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/08/Texto-Alexandro-Dantas_Pensamento-social.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2015.

ANEXOS

ANEXOS A – Livro Códigos em SN

Livro de códigos da planilha – “Sexo e as Negras”.

[Obs: Salve a planilha com seu nome, ou seja, pesquisador que está fazendo a coleta].

- A. Episódio / data – colocar na quadrícula o número do episódio do seriado, conforme atribuído pela emissora de TV, e a data que foi ao ar após o sinal ‘/’.
- B. Segmento - Colocar o número do segmento do episódio em tela. O episódio deve ser segmentado sempre que houver alguma destas alterações: de assunto, de cenário (espaço), de protagonista, mas, conforme avaliação do pesquisador. Não se deve segmentar quando o assunto e o cenário não forem importantes, por exemplo: vista da cidade, conversa introdutória sobre a meteorologia etc. nestes casos manter a continuidade do segmento.
- C. Minutagem – Colocar o início e término do segmento em minutos e segundos. Por exemplo: 0:00-1:27.
- D. Duração – Colocar a duração do segmento, exemplo, para um minuto e vinte e sete segundos: 01:27.
- E. Protagonista: 1 (mulher negra); 2 (homem negro); 3 (mulher branca); 4 (homem branco); 5 (mulher parda) 6 (homem pardo) 7 Outros; 0 (nenhum). Sempre optar por quem ‘predomina’ no segmento, não necessariamente em tempo de exposição. Atenção: convencionamos que Zulma e Lia são negras e Matilde e Soraia são pardas.
- F. Nome P: nome do protagonista, ou seja, personagem da série, no segmento em tela ou ‘narrador’ (n) para o caso de Falabella; 0 (Nenhum). Nomes sempre em minúsculo e sem acentos ou cedilhas.
- G. Interlocutora: Idem a ‘E’. Trata-se da ou do coadjuvante no segmento em tela.
- H. Nome I: nome da interlocutora, personagem da série, no segmento em tela. Seguir as mesmas recomendações do item ‘F’.
- I. Tema 1. Colocar o código correspondente ao tema predominante no segmento em tela: 1 questão racial (racismo, branqueamento, mestiçagem, democracia racial); 2 sexualidade (erotismo); 3 machismo; 4 violência racial; 5 violência de gênero; 6 violência outra (policial, drogas, simbólica); 7 feminismo; 8 LGBT; 9 desigualdade social; 10 desigualdade espacial, transporte, mobilidade; 11 identidade; 12 movimento social/luta social/luta de classes; 13 consumo (economia, sucesso, fracasso); 14 cidadania,

direitos (governo/participação/política pública – cultura, educação); 15 Cultura, cultura popular, cotidiano, hábitos; 16 Trabalho; 17 Felicidade (culto da felicidade/divertimento); 18 Afetividade, relacionamento, namoro e família.

Sempre é possível, na observação 3, colocar os temas que não predominaram no segmento, mas, que o pesquisador achar que ocuparam espaço importante.

- J. Tema 2. No caso de ocorrer um segundo tema importante no mesmo segmento, por exemplo, questão racial como tema 1 e sexualidade como tema 2. Usar a classificação do item 'I'.
- K. Viés. Indicar a tendência que predominou no segmento. 1 para crítico, contestador, progressista (em relação ao status quo / desigualdades). 2 para conservador (liberal) 3. pejorativo, reproduzidor dos preconceitos, (que mantém o status quo / desigualdade). 0 para descritivo, neutro. Colocar na observação 1 o que determinou a escolha para 1, 2 ou 3.
- L. Conflito. Indicar se houve polêmica, contestação ou conflito entre os atores no segmento em tela. Ou se algum conflito foi explicitado. Usar os seguintes códigos: sim 1; não 2; não se aplica 0. Ao final, na observação 2, é importante detalhar, enfim, descrever o conflito.
- M. Predomínio. Caso alguém tenha levado vantagem no conflito indicar quem usando os códigos do item 'E' (protagonista) ou '0' caso ninguém tenha levado vantagem.
- N. Nome do personagem que predominou 'NPP' ou '0'.
- O. Apropriação. Indicar se houve por parte dos personagens a apropriação, resignificação dos conteúdos presentes nas lutas sociais (raciais, de gênero, referente a LGBT, classe ou outra). 1 sim. 2 não. 0 não se aplica. Explicar na observação 2 as características da resignificação/apropriação.
- P. Observação 1. Explicar/analisar o viés explicitado na coluna 'K'.
- Q. Observação 2. Explicar/analisar a situação de conflito e predomínio apresentada nas colunas 'L' e 'M'.
- R. Observação 3. Espaço para outras observações e análises.

ANEXO B- Livro de Código em MB

Livro de códigos da planilha – “Mister Brau”.

[Obs: Salve a planilha com seu nome, ou seja, pesquisador que está fazendo a coleta].

- A. Episódio / data – colocar na quadrícula o número do episódio do seriado, conforme atribuído pela emissora de TV, e a data que foi ao ar após o sinal ‘/’.
- B. Segmento - Colocar o número do segmento do episódio em tela. O episódio deve ser segmentado sempre que houver alguma destas alterações: de assunto, de cenário (espaço), de protagonista, mas, conforme avaliação do pesquisador. Não se deve segmentar quando o assunto e o cenário não forem importantes, por exemplo: vista da cidade, conversa introdutória sobre a meteorologia etc. nestes casos manter a continuidade do segmento. Enfim, não se deve segmentar quando a mudança não for relevante, pois, o segmento não acrescentaria nada importante à coleta. Pensar se o peso está na continuidade da cena ou na ruptura.
- C. Minutagem – Colocar o início e término do segmento em minutos e segundos. Por exemplo: 0:00-1:27.
- D. Duração – Colocar a duração do segmento, exemplo, para um minuto e vinte e sete segundos: 01:27.
- E. Protagonista: 1 (mulher preta); 2 (homem preto); 3 (mulher branca); 4 (homem branco); 5 (mulher parda) 6 (homem pardo) 7 Outros; 0 (nenhum). Sempre optar por quem ‘predomina’ no segmento, não necessariamente em tempo de exposição. Atenção: convencionamos que Michele é parda.
- F. Nome P: nome do protagonista, ou seja, personagem da série, no segmento em tela ou ‘narrador’ (n) para o caso de aparecer alguma narração em off; e âncora para apresentador de telejornal; 0 (Nenhum). Nomes sempre em minúsculo e sem acentos ou cedilhas (estamos fazendo uma lista padronizando os nomes).
- G. Interlocutora: Idem a ‘E’. Trata-se da ou do coadjuvante no segmento em tela.
- H. Nome I: nome da interlocutora, personagem da série, no segmento em tela. Seguir as mesmas recomendações do item ‘F’.
- I. Tema 1. Colocar o código correspondente ao tema predominante no segmento em tela: 1 questão racial (racismo, branqueamento, mestiçagem, democracia racial); 2 sexualidade (erotismo, sensualidade); 3 machismo; 4 violência racial; 5 violência de gênero; 6 violência outra (policial, drogas, simbólica); 7 feminismo; 8 LGBT; 9 desigualdade social; 10 desigualdade espacial, transporte, mobilidade; 11 identidade (status social); 12 movimento social/luta social/luta de classes; 13 consumo (economia, negócios, sucesso, fracasso); 14 cidadania, direitos

(governo/participação/política pública – cultura, educação); 15 Cultura, cultura popular, cotidiano, hábitos; 16 Trabalho (relação/ambiente de trabalho, patrão x empregado; direitos do trabalho, lutas); 17 Felicidade (culto da felicidade/divertimento); 18 Afetividade, relacionamento, namoro e família. 19. Segurança (preocupação com segurança patrimonial e pessoal). 0. Nenhum (quando nenhum dos temas foi contemplado no segmento). Sempre é possível, na observação 3, colocar os temas que não predominaram no segmento, mas, que o pesquisador achar que ocuparam espaço importante.

- J. Tema 2. No caso de ocorrer um segundo tema importante, mas, que não seja o predominante, no mesmo segmento, por exemplo, questão racial como tema 1 (predominante) e sexualidade como tema 2. Usar a classificação do item 'I'.
- K. Viés. Indicar a tendência que predominou no segmento, principalmente, em relação ao tema 1. 1 para crítico, contestador, progressista (em relação ao status quo/ à hegemonia / desigualdades). 2 para conservador (liberal/mantém moralidade/ordem/costumes – padrões capitalistas, de predomínio masculino, heterossexual, branco) 3. pejorativo, reproduzidor dos preconceitos, (que reforça/defende o status quo /o tom hegemônico/ desigualdade). 0 para descritivo, neutro. Colocar na observação 1 o que determinou a escolha para 1, 2 ou 3.
- L. Conflito. Indicar se houve polêmica, contestação ou conflito entre os atores no segmento em tela, principalmente, em relação ao tema 1. Ou se algum conflito foi explicitado. Usar os seguintes códigos: sim 1; não 2; não se aplica 0. Ao final, na observação 2, é importante detalhar, enfim, descrever o conflito.
- M. Predomínio. Caso alguém tenha levado vantagem no conflito indicar quem usando os códigos do item 'E' (protagonista) ou '0' caso ninguém tenha levado vantagem. Em alguns casos o predomínio pode não ser do protagonista.
- N. Nome do personagem que predominou 'NPP' ou '0'.
- O. Foi retirado.
- P. Observação 1. Explicar/analisar o viés explicitado na coluna 'K'.
- Q. Observação 2. Explicar/analisar a situação de conflito e predomínio apresentada nas colunas 'L' e 'M'.
- R. Observação 3. Espaço para outras observações e análises.

Na série acontecem várias cenas de preconceito/racismo implícito e não explícito, nestes casos, indicar na planilha a presença do tema 1 e descrever na observação 3 a cena. Por exemplo: no primeiro episódio a andreia, após olhar pelo binóculo o brau, diz que os 'invasores' da casa são ladrões.

ATENÇÃO PARA POSSÍVEIS INCONSISTÊNCIAS NO PREENCHIMENTO DA PLANILHA:

1. Se o tema predominante é sexualidade, por exemplo, o (a) protagonista tem que estar envolvido (a) nesta cena (tema).
2. Se existe um conflito, o tema predominante deve estar relacionado ao conflito.

ANEXO C

Quadro 7 – Dados qualitativos retirados de SN

<p>Mensagem 1 - trabalha o preconceito racial: Segurança (Cosme): “Soraia Souza cozinha?” Soraia: “cozinheiro, Cosme. E cozinheiro bem”.</p> <p>Segurança: “e cadê o vestido?” Soraia: “que vestido?” Segurança: “o vestido que você levou para o provador, eu vou precisar olhar a sua bolsa”. Soraia: “vai olhar a bolsa da tua mãe seu safado, o vestido está lá no provador”. Segurança: “e não devolveu pra arara por quê?” Zulma: “por que aqui tem empregado pra isso, não é serviço dela?” Lia: “verdade! Desde do que a gente entrou aqui você e aquele outro não tiram o olho de nós, por quê?” Tilde: “capitão do mato!” Zulma: “que isso?” Tilde: “capitão do mato, eram uns negros que ficavam caçando uns trabuco fugitivo.” Soraia: “é, Tilde, você sabe de cada coisa.” Soraia: “escuta aqui, ó, Cosme tu vai chamar ali o Damião pra ficar com a gente enquanto você vai lá no provador. Daí quando tu chegar lá no provador e achar aquele vestido chama a polícia.” (Episódio 5, 21/10/2014. Seriado SN).</p>
<p>Mensagem 2 - Trabalha raça pelo viés da miscigenação: Jesuína: “Gaudéria melhorou?” Bibiana: “Gaudéria está trancada no quarto com Carburito desde cedo.” Fumaça: “estão transando?” Bibiana: “feito dois gatos. Eu não aguentei a barulheira.” Fumaça: “a agente cospe pra cima não tem jeito, cai na cara” (Episódio 11, 2/12/2014. Seriado “Sexo e as Negras”).</p>
<p>Mensagem 3 – Trabalha a miscigenação pelo ângulo do branqueamento: Gaudéria: “Sabe o que eu tenho medo é da menina nascer como o pai.” Jesuína: “Vai ser uma mulata.” Big: “Deve sair uma mistura interessante.” (Episódio 13, 16/12/2014 - Seriado SN).</p>
<p>Mensagem 4 – Trabalha a miscigenação pelo ângulo do enegrecimento: Leonor: “parabéns pelo seu neto, ele é lindo.” Areno: “Muito obrigada, Leonor.” Elder: “A enfermeira deixou tirar umas fotos enquanto ela trocava umas fraldas” (Episódio 12, 09/12/2014 – SN).</p>
<p>Mensagem 5 – Trabalha a questão do trabalho e meritocracia: Elder: “com licença, mandou me chamar, Leonor?” Leonor: “ah! eu ia esperar para te dar a notícia no fim do mês, mas, sou incapaz de guardar um segredo. Você esta oficialmente sendo promovido. Zulma, pode beijar seu marido. Nosso novo diretor de palco.” Elder: “você está falando serio?” Leonor: “claro que estou, não era isso que você queria?” Elder: “claro, eu sei lá como agradecer.” Leonor: “Agradeça, com competência. Alias, não conheço melhor maneira de agradecer, senão com competência. Por falar nisso, o palco está pronto?” Elder: “está prontinho.” (Episódio 13, 16/12/2014 – SN).</p>
<p>Mensagem 6 - Trabalha a questão de Desigualdade Social e Raça: Soraia: “Esse carro não deve nem andar, Lia. Só deve pegar na porrada.” Zulma: “Isso sem falar que 4 negras dentro dessa lata velha vamos ser paradas em qualquer blitz.” Matilde: “E isso aqui.” Lia: “Isso aí não para nosso bico não. Gente, vamos ser objetivos. Com 2.800, não dá para escolher.” Matilde: “É, a Lia tem razão, é melhor uma lata velha do que um trem.” Soraia: “Qualquer coisa é melhor que um trem.” Zulma: “Cadê o vendedor hem? Ah! ele está lá dentro, oh.” Soraia: “Eu estou enxergando mal ou o vendedor é um gostoso.” Zulma: “oh, não está vendo a gente aqui não, é gostoso, mais é mal educado.” Soraia: “A gente queria comprar um carro.” Zulma: “Esse aqui esta quanto, hem?” Vendedor: “Esse aí está 4.800.” Lia: “De que ano é?” Vendedor: “93.” Matilde: “E esse aqui?” Vendedor: “Esse aqui é 15 mil.” Zulma: “oh, o seguinte a gente está precisando de um carro. Nós temos 2.800, não tem alguma coisa que a gente possa levar por esse preço.” Vendedor: “Um burro, mais a carroça fica por conta de vocês.”</p>

Episódio (Episódio 1, 16/09/2014 – SN)
<p>Mensagem 7 – Trabalha a questão de Desigualdade social e Raça: Leonor: “Zulma, pelo amor de Deus guarda essa pulseira.” Zulma: “Linda, Leonor não vai usar?” Leonor: “Não, foi o engenheiro que me deu, foi o Norberto, o problema de se ter mais de um homem, é ter que usar os presentes certos, guarda lá pra mim e usa, tá.” Zulma: “Você esta louca, Leonor, eu não posso sair por aí com uma pulseira dessas.” Leonor: “E você acha que no teu braço alguém vai achar que é de verdade, Zulma, amanhã você me dá, tchau.” (Episódio 1, 16/09/2014 – SN)</p>
<p>Mensagem 8 - Trabalha a questão da Diversidade Cultural: Armando: “ah, não acredito, deixa eu te apresentar essa é a Zulma, essa é a Carmem.” Carmem: “Oi tudo bem?” Zulma: “tudo bem.” Carmem: “Prazer. Carmem, e você mora onde?” Zulma: “Cidade Alta de Cordovil.” Carmem: “isso fica onde?” Zulma: “para lá de Irajá, seguindo pela avenida Brasil.” Armando: “chapa quente, né, Zulma, mais eu acho que as pessoas tem uma ideia distorcida da avenida das comunidades, sabe, eu acho que a sociedade não entendeu que a postura é de afeto e pode até ser violenta, mas é afeto.” Carmem: “ai, por falar nisso, você acredita que eu vou fazer um papel de uma mulher de comunidade num filme.” Armando: “ah, você sabe quem tinha me chamado pra fazer?” Carmem: “ai ele muda tudo, recebi o roteiro ontem, vou fazer uma prostituta, drogada e favelada, aí você podia me dar umas dicas, né.” Zulma: “não sou prostituta, nem drogada.” Carmem: “mas vive na favela né.” Zulma: “dá licença.” Episódio 5, 21/10/2014 – SN)</p>
<p>Mensagem 9 – Trabalha a questão do preconceito no Trabalho: Soraia: “seu Evandro dá licença que eu estou cozinhando.” Evandro: “ah, então, desliga isso e vamos lá para o quartinho.” Soraia: “não, essa história não vai dar coisa boa. Para com isso, que eu preciso trabalhar.” Evandro: “eu peço uma coisa para gente comer.” Soraia: “a dona Marinês está chegando.” Evandro: “a dona Marinês só chega à noite.” Soraia: “hoje em dia ninguém garante que horas ela chega, se é que chega.” Evandro: “ah, a gente esta perdendo tempo.” Soraia: “me solta, para com isso, me solta, para com isso seu Evandro.” Marinês: “vagabundo”, e você arruma suas coisas e some daqui, some daqui se não eu chamo a polícia.” Soraia: “chama, chama por que se você não chamar, quem chama sou eu, e boto vocês dois no pau, contrato um advogado e acuso e senhor Evandro de assédio sexual no trabalho.” Marinês: “mas antes você vai ter que provar.” Evandro: “é sua palavra contra a minha.” Soraia: “é de pobre mais fotografa e grava, quer escutar as coisas que teu marido me diz?” (Episódio 4, 14/10/2014 – SN).</p>
<p>Mensagem 10 – Aborda a questão do preconceito no Trabalho: Matilde: “O que é isso?” Madalena: “como assim?” Matilde: “essas mulatas.” Madalena: “Essas mulatas são seu grupo querida, e você é uma delas e agora anda, bota logo o biquine e senta pra se maquiar.” Matilde: “oh, Madalena eu não vou fazer isso.” Madalena: “Você vai, se você me deixar na mão Tilde comigo você não trabalha nunca mais, e é bom que saiba sambar.” Matilde: “sambar?” Madalena: “É meu amor sambar, toda mulata sabe sambar nunca te disseram?” (Episódio 5, 21/10/2014. Seriado SN).</p>
<p>Mensagem 11 – Trabalha a questão da afetividade: Jesuina: “e aí ele te deu o telefone?” Zulma: “deu, e ela não sabe se liga.” Jesuina: “ué, ele é bonitão?” Lia: “Negão.” Matilde: “liga, Lia, de uma vez.” Soraia: “ai, se fosse eu ia direto e reto para casa dele, por que se o nego fosse ruim eu não perdia uma segunda viagem. É o cacete.” Zulma: “Se é nego, deve ser bom.” Soraia: “opa, perai. Vou te contar um segredinho para vocês, isso também é folclore, já peguei muito negro ruim de gíria, tem nada a ver gente, preto e branco o que interessa é a pegada.” Soraia: “se bem que, amarelo eu nunca peguei. Então, eu já não sei.” Jesuina: “isso é uma falha no teu</p>

currículo, eu depois que Big abriu os caminhos, estou pegando até esquimó.” Soraia: “olha, Jesuína, pois amarelo comigo só se for o próprio Kung fu, se não, não tem jogo não.” Matilde: “Isso é preconceito, isso é preconceito.” (Episódio 7, 4/11/2014 – SN).

Mensagem 12- Trabalha a questão da afetividade: Soraia: “ai, Tilde não entendi nada, ele ficou lá com cara de otário, coitado.” Matilde: “eu trouxe o vestido, não trouxe.” Soraia: “trouxe, trouxe como se carrega um morto.” Matilde: “ai, eu não vou casar com o vestido da mãe dele.” Soraia: “ai, é bonito, oh, Tilde eu te conheço tu não quer mais casar com o vinagre, é isso?” Matilde: “ai, eu não sei Soraia, eu quero é estudar eu passei o dia inteiro com números na cabeça sabe fazendo as contas de quanto tempo eu tenho pra conquistar o meu sonho.” Soraia: “garota teu sonho não era casar?” Matilde: “ai, era, mais conheci outro dia, o Eneias que me deu uma carona.” Soraia: “opa, pera aí, que eu perdi, quem é Eneias?” Matilde: “o cara que eu conheci.” Soraia: “ai, eu vi crime, conta mais conta tudo.” (Episódio 7, 4/11/2014 – SN).

Mensagem 13- Trabalha a questão da afetividade: Enéas: “Está entregue.” Matilde: “Obrigada. Enéas: Posso te ligar?” Matilde: “Enéas deixa eu te explicar uma coisa: eu meio que to noiva.” Enéas: “Você não usa aliança.” Matilde: “é meio complicado. Eu e o Vinagre.” Enéas: “Vinagre?” Matilde: “é Adilson. Vinagre é o apelido.” Enéas: “Você está me dizendo que vai casar com o Vinagre? E por livre espontânea vontade?” Matilde: “pois é.” Enéas: “Então, eu posso te pedir um beijo?” Matilde: “Beijo?” Enéas: “Um último beijo? Já que você vai casar você tem direito a uma despedida de solteira. Um beijo de despedida.” Matilde: “pode ser, mas um beijo só.” (Episódio 9, 09/12/2014 – SN).

Mensagem 14 – Trabalha a questão da afetividade : Adilson: “Não quer aceitar por que Tilde?” Matilde: “porque a Gaudéria deixou bem claro que não quer que eu use e eu não vou me casar com um vestido da tua mãe. Não sei nem se agente vai casar” Adilson: “vem cá você é maluca? Você está guardando essa tralha toda nesse baú para quê se não é para casar?” Matilde: “eu gosto de você. A gente está junto desde que eu tenho 18 anos, mas agora eu resolvi caminhar na minha vida e eu to vendo você aí parado. É física Adilson. Se eu vou, e você fica.” Adilson: “Tu vai para onde? Vem cá você está querendo terminar comigo e não sabe como? Tá bom, Tilde eu já entendi” Matilde: “Adilson, eu quero que você venha comigo. Você não pode se acomodar. Você está muito novo para isso.” Adilson: “Eu sou bom no que faço.” Matilde: “mas, você pode ser bom em outras coisas? Volta a estudar comigo? Se você voltar a estudar eu me caso com você.” Adilson: “você promete?” Matilde: “prometo” (Episódio 8, 11/11/2014 – SN).

ANEXO D

Quadro 8 – Dados qualitativos retirados de MB

<p>Mensagem 1 – Trabalha a questão do preconceito racial: Marques: “parados, vocês estão invadindo propriedade particular, mãos para cima.” Michelle: “hahaha, eu não vou botar minhas mãos para cima.” Brau: “Não, ela não vai colocar as mãos para cima.” Marques: “saíam da piscina.” Michelle: “Só se vocês virarem de costas.” Brau: “É.” Andreia: “Marques.” Michelle: “O que você está olhando aí menino, vira de costas.” Brau: “vem cá, quem é o senhor?” Marques: “Eu sou o tenente Marques, sou chefe de segurança do condomínio Montanha Rio, e você quem é?” Brau: “você está de brincadeira comigo?” Marques: “Estou com cara de quem está de brincadeira aqui, rapaz?” Brau: “você realmente não sabe quem eu sou?” Henrique: “Não, deveríamos? Quem é você?” Marques: “hahaha Mister Brau” Brau: “Sou eu.” Marques: “então, você vai me dizer que ela é a Michelle Brau?” Brau: “ela é a Michelle Brau, pronto falei. Ti dei meu coração meu amor é você nossa conexão é 6g, 6g.” Marques: “G graçinha, G gostosa. Nossa, Mister Brau, cara sou muito seu fã, cara que prazer. Dona Michelle, com todo respeito. Nossa gente, eles são muito famosos, ele é cantor, muito famoso.” (Episódio 1, 22/09/2015 – MB)</p>
<p>Mensagem 2 – Trabalha a questão do preconceito racial: Dono do carro (juiz): “cuidado com esse carro!” Brau: “ih! o cara pensou que eu era manobrista. Me entregou a chave do carro dele. Ah, então tá. Leva meu carro, Patrik!” (Episódio 11-22/12/2015 – MB).</p>
<p>Mensagem 3 - Trabalha a questão do preconceito racial: Michele: “que carro é esse?” Brau: “o cara me deu. Me confundiu com o manobrista e me deu a chave do carro.” Michele: “tá brincando. E você saiu com o carro?” Brau: “porque não? O cara me deu a chave, não me perguntou nada. Eu também não disse nada para ele. Se ele quiser o carro que venha buscar aqui.” Michele: “você tá maluco?! Quero ver se o dono do carro baixar aqui com a polícia na hora do meu jantar.” Brau: “tomara que ele faça isso. Assim, ele vai ter que me explicar porque é que me deu a chave do carro. Dependendo do que ele falar taco logo um processo nele.” Michele: “tá certo, tem que denunciar mesmo. Essa gente fica dizendo que não é racista, mas no fundo é. E muito!” (Episódio 11- 22/12/2015 – MB).</p>
<p>Mensagem 4 - Trabalha a questão do preconceito racial: Henrique: “você tem mandado de apreensão do veículo e do documento do carro?” Policial: “não. Não, mas no caso de flagrante.” Henrique: “que flagrante? O vídeo prova que não houve roubo.” Policial: “Sim, mas Brau não pode dirigir um carro sem documentos.” Henrique: “Mas, o veículo agora está parado. Brau, não está dirigindo.” Policial: “não seria mais simples vocês entregarem o veículo e está tudo certo?” Michele: “não, não. O mais simples seria o senhor explicar para mim porque o dono do carro confundiu Brau com manobrista.” Brau: “eu não tenho nada contra manobrista.” Lima: “Eu tenho. Quando nos lavávamos carro no meio da rua, Brau, os manobristas sempre implicavam com a gente.” Michele: “vocês só vão tirar esse veículo daqui quando o dono do veículo pisar aqui e pedir desculpas para o Brau pessoalmente.” Henrique: “tem certeza?” Brau: “a Michele tem certeza e eu também tenho certeza. Eu estava na porta de um restaurante o cara me esculacha e agora na porta da minha casa a polícia me esculacha.” Henrique: “mas, se o dono for um bandido?” Michele: “bandido ou não, meu querido, ele foi racista.” Henrique: “E um pedido de desculpas por escrito.” Brau: “eu não fui preconceituoso por escrito, Henrique. Então, ele tem pedir desculpas pessoalmente. Então, eu boto minha boca no mundo.” Policial: “não vai ser necessário. Vou falar com meus superiores e volto a falar com vocês.” Michele: “muito obrigada” (Episódio 11-</p>

22/12/2015 – MB).

Mensagem 5 – Trabalha a questão do preconceito racial: Henrique: “Senhores, meu cliente vai explicar.” Brau: “Na última quinta feira o juiz Cunha, aqui presente, me confundiu com um manobrista de um restaurante e me entregou a chave de um carro.” Dono do carro: “Eu queria aproveitar esse momento para pedir desculpas por esse terrível mal-entendido. Eu estava ocupado falando ao telefone quando automaticamente entreguei as chaves do meu carro para ele sem me dar conta de que você não era manobrista.” Brau: “quantos enganados. Eu não sou manobrista e você não é o bandido, dono do carro.” Henrique: “o carro nem é seu – realmente é de um bandido.” Brau: “como é?” Henrique: “o carro é realmente de um bandido, Pequinho do Rio Comprido, que você (juiz) mandou apreender como prova os documentos. Foi o senhor mesmo que apreendeu o veículo que está em sub guarda da justiça.” Brau: “jura! Agora resta saber o que o juiz tava fazendo num restaurante com um carro de um bandido.” Dono do carro: “Eu posso explicar” (Episódio 11- 22/12/2015 - MB).

Mensagem 6 Trabalha a questão da desigualdade social atrelada a igualdade, mestiçagem e mobilidade social: Henrique: “eu acredito numa nova forma de enxergar a sociedade, não estou aqui pra brigar com vocês o meu grito é pela tolerância, tolerância gente a favor dos seres humanos das suas misturas se somos todos iguais temos direitos iguais, por que não misturar todos os ritmos latinos, africanos europeus, asiáticos oceânicos, sim oceânicos que são ritmos da Oceania que inclui a Austrália, nova Zelândia, nova Caledônia, nova Guiné e muitas outras ilhas, além da Indonésia que é parte da Oceania e parte da Ásia, gente.” Andreia: “Henrique, você está bem?” Henrique: “eu estou ótimo, nunca estive tão bem, nunca estive tão bem, eu tô bem bão, Mister brau, Mister Brau é um afro descendente brasileiro, que se tornou um brasileiro afro descendente ascendendo socialmente e acendendo a mente social com sua arte musical.” Henrique: “enquanto, a burguesia com hambúrguer e alguns têm bolsa vazia, sem um real, outros acham que é real ou uma bolsa de 50 mil reais.” Povo: “É isso mesmo!” Andreia: “desce aqui, vem aqui, vem aqui, Henrique, venha...” Henrique: “uma bolsa vazia de couro, sei lá o que é isso que pode sustentar 50 famílias em um ano. Essa é a verdadeira bolsa família, atenção, atenção, olha o que eu faço com essa bolsa, é isso aí vamos festejar a mistura e misturar a festa e bebida e o Brau paga tequila.” (Episódio 3, 06/10/2015 – MB)

Mensagem 7- Trabalha a questão diversidade: Brau: “Espera aí pessoal, que eu tive uma lesão no meu instrumento de trabalho.” Lima: “cor da pele.” Brau: “que foi?” Lima: “está escrito aqui, oh, cor da pele.” Brau: “cor da pele, cor da pele, não paro, paro, como assim cor da pele, cor da pele. Não, no Brasil são 52% de negros.” Lima: “é isso mesmo. Nós, somos a maioria da cor de pele do Brasil, tinha que ser cor da pele escura.” Brau: “não, melhor deveria ter várias cores, várias peles, olha aqui cada pele, olha aqui uma coisa, aqui uma coisa, meio índio, meio japonesa aqui, olha aqui. Todo mundo é diferente gente, o mundo não é preto e branco, né. É isso, deveria ter várias cores, deveria ter um adesivo multicolor, devia não. Deve ter, vai ter, terá, teremos, vamos fazer um.” (Episódio 2, 29/ 9/ 2015 – MB)

Mensagem 8 – Trabalha a questão da desigualdade social e raça: Andreia: “querido, tudo bem? Você trabalha aqui?” Lima: “mais ou menos.” Andreia: “jardineiro?” Lima: “músico.” Andreia: “claro, claro você tem maior cara de músico. Olha, eu não queria que você pensasse que eu pensei que você é jardineiro, não só por causa da sua cor, raça. Como é que se diz mesmo não sendo politicamente correto quando a pessoa é escura, negra. O certo é preto? Olha, eu adoro preto viu. O meu armário tem pra lá de uns vestidos pretos ou negros, ou melhor. Melhor, eu ter ficado muda mesmo. Meu pai me avisou, eu falei alguma besteira?” Lima: “ah, desculpe eu

não estava prestando muita atenção. Tava mais de olho no seu decote.” Andreia: “ai graças, graça e com muita admiração e muito respeito, muito obrigada, tá. Desculpa, qualquer coisa. Lembrei: pardo, o senhor é pardo.” Lima: “eu não sou envelope para ser pardo, minha senhora. Sou afro, atuante.” Episódio 3, 6/10/ 2015 – MB)

Mensagem 9 – Trabalha a questão da identidade nacional: Brau: “mais e sabe qual é a do chegere? solte um canto para a tristeza esquecer, seu canto forte benze a alma e o coração, o negro quando canta, canta a dor de uma nação, pois o negro quando canta, canta a dor de uma nação, e o negro quando canta canta a dor de uma nação.” Povo: “Mister Brau, Mister Brau.” Mister Brau: “valeu, valeu, obrigado, muito obrigado, pera aí, pera aí deixa eu apresentar aqui esse aqui é meu parceiro Lima, e eu não me chamo mais Mister Brau, Mister Brau já era, meu nome agora é Mister Breu.” (Episódio 4, 20/10/ 2014 – MB).

Mensagem 10 – Trabalha a questão de raça e diversidade cultural: Andreia: “papai.” Antônio Carlos: “eu não posso alegar que o som de galos quebra a regra que proíbe ouvir música em alto volume das 22 horas as 10 da manhã, por que galo não é música.” Andreia: “eu nunca vou conseguir vender aquela casa, papai, eu sou vizinha de um aviário durante o dia, de uma escola de samba à noite, vou fazer um despacho na encruzilhada com tumburin e galo preto.” Antônio Carlos: “por via das dúvidas usa um galo branco e cuidado com as piadinhas em público. Qualquer ataque seu a aos únicos negros do condomínio vai ser visto como racismo e racismo é um crime inafiançável.” Andreia: “você acha que eu sou racista só por que eu acho um absurdo esse tipo de gente desclassificada sem berço sem, cultura e sem educação morando num condomínio de luxo.” Antônio Carlos: “acho, você não pode dizer que eles são sem cultura, têm a cultura deles.” Andreia: “desde quando batucar e rebolar é cultura papai?” Antônio Carlos: “desde sempre, eu posso te dar um conselho Andreia? bota um vidro duplo na janela, compra uns fones de ouvido e fica muda, minha filha.” (Episódio 3, 6/10/2015 - MB).

Mensagem 11 – Trabalha a questão de raça e diversidade cultural: Andreia: “se eu virar amiga da Michele ela pode falar bem de mim, entendeu. Eu li a minha fama de preconceituosa e eu tenho amigos negros.” Catarina: “não tem, não.” Andreia: “mas, vou ter, entendeu? é só conquistar a simpatia dos “Braus”.” Catarina: “ah, dona Andreia, mas me desculpa, isso é mais difícil do que gargarejar de busto.” Andreia: “é não, só começar a gostar de funk, rap, músicas de negro.” Catarina: “não tenho idade pro rap, não tenho bunda pro funk , mas forró eu posso te ensinar, só que dançar é tudo na vida. Para fazer direito tem que gostar.” Andreia: “mas, eu quero gostar.” Catarina: “dona Andreia, desculpa, mas a senhora é muito certinha, e pra dançar bem tem que ser um pouco sem vergonha, assim.” (Episódio 10, 15/12/ 2015 – MB).

Mensagem 12- Aborda a questão do trabalho: Michele: “Amor a música está pronta? Você tem que lançar uma música, está no contrato.” Brau: “você acha que é fácil fazer música para cego?” Michele: “Não, não é só para cego, não. É um show beneficente para 50 mil pessoas.” Brau: “Beneficente para mim agora está sendo assistir televisão.” Gomes: “Com licença, seu Brau, aqui a sua Coca-Cola bem gelada. Ah, e o Vídeo Games que você pediu para eu encontrar eu encontrei.” Brau: “eu vou jogar na fase 11. Quero entrar na galáxia dos etês perdidos.” Michele: “Etês perdidos e Coca-Cola é o escambal.” Gomes: “Brau, fiz uma pesquisa só 3% conseguiu passar da fase 1.” Brau: “Eu quero chegar na fase 11.” Michele: “estúdio. E não me saia de lá sem a música pronta.” Episódio 7, 10/11/2015.

Mensagem 13: – Trabalha a questão da desigualdade social: Brau: “boa noite. Querem que eu fique de boca fechada?” Plateia: “não!” Brau: “me chamam de ignorante, de analfabeto, somente por que eu uso palavras que ninguém usa, mas eu

vou dizer uma coisa - a boca é minha, a língua é minha. Eu estou com o microfone. É tudo no meu nome, eu sou do povo e o povo inventa língua, eu posso até ficar de boca fechada, mas, eu não posso deixar de cantar.” (Episódio 7, 10/11/2015- MB).

Mensagem 14 –Trabalha a questão da afetividade: Lima: “Marques me pediu ajuda porque acha que namoro com mulher brava.” Maria Augusta: “Deu oitenta a compra. O que é um absurdo?” Lima: “que a gente namora.” Maria Augusta: “a gente não namora, não?” Lima: “que eu saiba, não.” Maria Augusta: “que absurdo.” (Episódio 11, 22/12/2015- MB)

Mensagem 15 - Trabalha a questão da afetividade: Lima: “vocês vão onde?” Mimosinho: “Ela vai me levar num show de uma banda de metal que ela adora.” Maria Augusta: “Quer ir?” Lima: “você quer que eu vá?” Maria Augusta: “eu não sabia se você queria ir ou não, mas como a gente não está namorando, eu acho que vou querer ir só eu e o mimosinho.” Mimosinho: “Tchau, Lima” (Episódio 11, 22/12/ 2015 – MB)

Mensagem 16 – Trabalha a questão da divisão racial: Andreia: “eu vou ler para vocês uma notícia muito triste que saiu agora a pouco na internet. Mister Brau é visto constantemente em churrasco no morro do esqueleto, onde mora Pequinho do Rio Comprido, um dos bandidos mais procurados do momento e dono do carro que Brau circulava pela cidade.” Michele: “você tem razão, é Andreia que passa as informações.” Gomes: “Isso é terrível.” Michele: “não acho, não. Acho isso maravilhoso. Assim, posso continuar odiando ela sem me sentir culpada.” Gomes: “você pode desmascarar ela com essa sua fala, amiga.” Michele: “Não. Vou fazer uma coisa melhor, nada. Eu sabendo que é ela, eu posso dar uma de sabida sem ela saber – Entendeu?” Gomes: “não.” Michele: “então, siga e aprenda. Isso é um absurdo. Isso é uma mentira e eu posso provar.” Andreia: “pode?” Michele: “posso.” Episódio 11, 22/12/ 2015 – MB